

UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO – UNINOVE
PROGRAMA DE MESTRADO EM GESTÃO E PRÁTICAS
EDUCACIONAIS (PROGEPE)

**PROFESSORES CONTRATADOS POR TEMPO
DETERMINADO: SENTIMENTOS DE UM
INQUILINATO DOCENTE**

CLIVIA MARTINS DE OLIVEIRA CAINELLI

SÃO PAULO
2016

**PROFESSORES CONTRATADOS POR TEMPO DETERMINADO:
SENTIMENTOS DE UM INQUILINATO DOCENTE**

CLIVIA MARTINS DE OLIVEIRA CAINELLI

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Mestrado Gestão e Práticas Educacionais (PROGEPE) da Universidade Nove de Julho (UNINOVE), como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Prof.^a Dr.^a Rosiley Aparecida Teixeira

**SÃO PAULO
2016**

Cainelli, Clivia Martins de Oliveira Martins.

Professores contratados por tempo determinado: sentimentos de um inquilinato docente./ Clivia Martins de Oliveira Martins Cainelli. 2016.

187f

Dissertação (mestrado) – Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo, 2016.

Orientador (a): Profa. Dra. Rosiley Aparecida Teixeira.

1. Professor contratado. 2. Provisoriedade. 3. Sentimentos.

2. Precarização. 3. Representações.

I. Teixeira, Rosiley Aparecida.

II. Título

CDU 372

**PROFESSORES CONTRATADOS POR TEMPO DETERMINADO: SENTIMENTOS
DE UM INQUILINATO DOCENTE**

CLIVIA MARTINS DE OLIVEIRA CAINELLI

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Mestrado Gestão e Práticas

Educacionais (PROGEPE) da Universidade
Nove de Julho (UNINOVE).
Banca Examinadora formada por:

São Paulo, 22 de março de 2016.

Presidente: Prof.^a Dr.^a Rosiley Aparecida Teixeira, UNINOVE

Membro: Prof.^a Dr.^a Maria Angélica Pedra Minhoto, UNIFESP

Membro: Prof.^a Dr.^a Patrícia Aparecida Bioto-Cavalcanti, UNINOVE

Suplente: Prof.^a Dr.^a Mônica de Ávila Todaro, USP

Suplente: Prof.^a Dr.^a Roberta Stangherlim, UNINOVE

RESUMO

CAINELLI, C.M.O. Professores Contratados por Tempo Determinado:
sentimentos de um inquilinato docente. São Paulo, 2016. Dissertação (Mestrado em
Gestão e Práticas Educacionais), UNINOVE, 2016.

Este trabalho visa identificar e analisar os sentimentos dos professores contratados por tempo determinado de uma Escola Técnica da cidade de São Paulo, visto que esta condição de provisoriaidade possa atribuir-lhes um caráter de “inquilinato docente”. Optou-se, assim, pela pesquisa qualitativa, sendo que os dados apreendidos resultaram das entrevistas semiestruturadas realizadas com as

professoras que atuaram como temporárias na escola técnica pesquisada, e das informações contidas nas normas e documentos do Centro de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS). O trabalho buscou sustentação em BAUMAN (2014); CASTEL (2008; 2013); CODO (2002); HUBERMAN (1989) e OLIVEIRA (2004; 2005; 2006; 2007; 2008; 2009) e nos autores que estudam e discutem as transformações de uma sociedade moderna em relação ao mercado de trabalho e seus reflexos nas reformas educacionais brasileiras, intensificando-se a partir da década de 1990, com uma interferência direta na flexibilização, provisoriação e precarização do trabalho docente. A análise das entrevistas mostrou que os sentimentos de felicidade, bem-estar, inserção, pertencimento e satisfação emanam no início e durante a atuação docente, principalmente, em sala de aula e no relacionamento com coordenadores, colegas e alunos; no entanto, ao presenciarem a saída de um colega por rescisão do contrato, bem como no momento em que tomam conhecimento da não renovação do próprio contrato, os sentimentos se modificam em: exclusão, tristeza, insatisfação, apreensão descontinuidade, perda, melancolia, lamentação e incompreensão. Ao considerar as discussões e conceitos embasados em autores da sociologia do trabalho e da psicologia social foi possível compreender, enfim, que os sentimentos não nascem no sujeito, como se pensou nas inquietações iniciais, mas, na forma do Estado gerir os recursos humanos com base no novo modelo do capital.

Palavras-chave: Professor contratado. Precarização do trabalho docente. Provisoriação. Sentimentos docentes.

ABSTRACT

Cainelli, C.M.O. **Contracted teachers by Determined time: Feelings of a Tenancy Lecturer.** São Paulo, 2016. (Master's dissertation).UNINOVE, 2016.

This work aims to identify and analyze the feelings of teachers hired for a temporary job at Technical School in São Paulo, since this condition of temporariness can assign them a character of "teaching tenancy." It was decided, therefore, to conduct a qualitative research, and the data seized resulted from semi-structured interviews with teachers who have worked temporary in the technical school searched, and from the information contained in the standards and documents of Technological Education

Paula Souza Center (CEETEPS). The theoretical work was supported in BAUMAN (210; 2014); CASTEL (2008; 2013); CODO (2002); HUBERMAN (1989) and OLIVEIRA (2004; 2005; 2006, 2007; 2008; 2009) and the authors who study and discuss the transformations of modern society in relation to the labor market and its consequences on the Brazilian educational reforms, intensifying from the 1990s, with a direct interference in flexibility, temporariness and precariousness of the teaching profession. The results showed that feelings of happiness, well-being, inclusion, belonging and satisfaction emanate from the beginning and during teaching practice, especially in the classroom and the relationship with the coordinators, colleagues and students; however, when they witnessed the left of a colleague for rescission of contract, as well as when taking knowledge of the non-renewal of the contract itself, the feelings intensify in: exclusion, sadness, dissatisfaction, seizure interruption, loss, melancholy, mourning and misunderstanding.

Keywords: hired teacher. Casualization of teaching, Temporariness, teachers' feelings.

RESUMEN

Cainelli, C.M.O. Profesores contratados por tiempo determinado: los sentimientos de un arrendamiento docente. São Paulo, 2016. (Disertación de Mestrado). UNINOVE, 2016.

Este trabajo objetiva verificar y analizar los sentimientos de los profesores contratados por un período determinado, en una Escuela Técnica, en la ciudad de São Paulo, ya que esta condición de provisorio puede asignar un carácter de “arrendamiento docente”. Se decidió, por lo tanto, por una metodología cualitativa y los datos alcanzados resultan de las entrevistas semiestructuradas realizadas con los profesores que ya fueron temporarios en la escuela técnica investigada, y de las informaciones contenidas en las normas y documentos del Centro de Educação Teconlógica Paula Souza (CEETEPS). El trabajo buscó sustentación en BAUMAN (2010; 2014); CASTEL (2008; 2013); CODO (2002); HUBERMAN (1989) e OLIVEIRA (2004; 2005; 2006; 2007; 2008; 2009) y en los autores que estudian y discuten las

transformaciones de la sociedad moderna en relación con el mercado de trabajo y sus efectos en las reformas educativas en Brasil, intensificándose en la década de 1990, con injerencia directa en la flexibilidad, el provisório y la precarización de la profesión docente. El análisis de los datos mostró que los sentimientos de felicidad, el bienestar, la inclusión, pertenencia y satisfacción emanaban en el principio y durante la actuación docente, especialmente, en el aula, y en las relaciones con los coordinadores, los colegas y alumnos; sin embargo, cuando fueron testigos de la salida de un colega por rescisión de contrato, así como al tomar conocimiento de la propia rescisión contractual, los sentimientos se combinan en: exclusión, tristeza, insatisfacción, preocupación, discontinuidad, pérdida, melancolía, lamentación e incomprendimiento. Al considerar las discusiones y conceptos basados en autores de la sociología social fue posible comprender, que los sentimientos no nacen en el sujeto, cómo se pensó

en las iniciales inquietaciones, pero en la forma del Estado gestionar los recursos humanos apoyada en el nuevo modelo de capital.

Palabras clave: Profesor contratado. Provisorio. Precarización y sentimientos.

Dedico este trabalho à minha querida Orientadora Prof.^a Dr.^a Rosiley Aparecida Teixeira por caminhar ao meu lado, direcionando-me no estudo e na pesquisa e à Prof.^a Dr.^a Patrícia Aparecida Bioto-Cavalcanti, minha primeira Orientadora, por seu carinhoso

acolhimento e grande ajuda em meus primeiros passos na academia.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Divino Ser que me concedeu a vida e com ela a possibilidade de sonhar e concretizar objetivos, principalmente, na área da Educação: ensinando e aprendendo.

Meus agradecimentos vão também para à minha mãe Iracy, que em seus 85 anos de vida é a força, o incentivo e o alicerce da família;

Ao meu marido Guido, companheiro de trinta e quatro anos, que me deu o maior apoio para a realização do Mestrado e esteve sempre disponível a me ouvir, a ler e reler os meus textos;

Aos meus amados filhos Juliana e Fabrizio, simplesmente, por terem me dado a oportunidade de ser mãe e serem os maiores incentivadores e fãs das minhas produções escritas;

A todos os meus professores do Ensino Básico e da Universidade, principais responsáveis por minha escolha da carreira docente, na qual me encontro até hoje, realizando um antigo sonho infantil;

À Direção do Programa de Mestrado em Gestão e Práticas Educacionais (Progepe), Prof. Dr. Jason Ferreira Mafra;

A todos os professores do Mestrado Profissional (Progepe) que pacientemente me “alfabetizaram” na pesquisa acadêmica, com leituras e discussões de textos das

diversas áreas do conhecimento, em destaque àqueles, com os quais tive a oportunidade de estudar em sala de aula, no ano de 2014;

À Prof.^a Dr.^a Patricia Aparecida Bioto-Cavalcante e prof.^a Rosiley Aparecida Teixeira, na disciplina Teorias do Currículo e nos Seminários Temáticos Formação Continuada de Professores em contextos organizacionais;

À Prof.^a Dr.^a Rosemary Rogero, na disciplina de Fundamentos de Gestão;

À Prof.^a Dr.^a Roberta Stangherlim, na disciplina de Metodologia da Pesquisa e da Intervenção;

À Prof.^a Dr.^a Ligia de Carvalho Abões Vercelli, na disciplina de Metodologia da Pesquisa e da Intervenção, e por sua presença e apoio no Módulo Internacional,

realizado em Buenos Aires, Argentina, ao lado das minhas amigas do coração Luciane Corte e Silvana Monteiro Gondim;

À Prof.^a Dr.^a Anna Maria Haddad Baptista e ao Prof. Dr. Maurício Silva no Seminário de Educação, Linguagens e Interpretação;

À Prof.^a Dr.^a Maria Angélica Pedra Minhoto por fazer parte da Banca de Qualificação e redirecionar a minha pesquisa;

Aos funcionários da Secretaria que auxiliam a administração do Programa de Gestão e Práticas Educacionais (Progepe), pela atenção e prontidão no atendimento aos alunos do programa;

Aos amigos do Mestrado, turma de 2014, por socializarem o conhecimento em um ambiente de bom-humor e harmonia, que se mantém sempre em nossos reencontros;

A todos os meus alunos, por contribuírem e me darem a oportunidade de aprimorar a minha prática docente, aprendendo sempre;

Às pessoas próximas ou distantes, que em algum momento ou de alguma maneira fizeram parte de minha vida, e algo me ensinaram.

(O Livro dos Abraços)

Está envenenada a terra que nos enterra ou desterra.

Já, não há ar, só desar.

Já não há chuva, só chuva ácida.

Vista do crepúsculo no final do século.

Já não há parques, só parkings.

Já não há sociedades, só sociedades anônimas.

Empresas em lugar de nações.

Consumidores em lugar de cidadãos.

Aglomerulação em lugar de cidades.

Não há pessoas. Só públicos.

Não há visões. Só televisões.

Para elogiar uma flor, diz-se: “parece de plástico”.

Eduardo Galeano

LISTA DE ABREVIATURAS

ACT	Admitido em Caráter Temporário
ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa
BANESPA	Banco do Estado de São Paulo
BM	Banco Mundial

CAPES	Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior
CEE	Conselho Estadual de Educação
CEETEPS	Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
CHA	Conhecimentos, Habilidades e Atitudes
CEU	Centro Educacional Unificado
CF	Constituição Federal
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNE/CBN	Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica
CNE/CEB	Conselho Nacional da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação Básica
EAD	Ensino à Distância
ETEC	Escola Técnica
ETESP	Escola Técnica de São Paulo
FATEC	Faculdade de Tecnologia
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Fundamental e Valorização do Magistério
GT	Grupo de Trabalho
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação
OFA	Ocupante de Função Atividade
P	Página
PAE	Plano de Ajuste Fiscal
PPA	Plano Plurianual
PPP	Plano Político Pedagógico
PROEP	Programa da Expansão da Educação Profissional
PROGEPE	Programa de Mestrado em Gestão e Práticas Educacionais
PTCC	Plano de Trabalho de Conclusão de Curso
PTD	Plano de Trabalho Docente
SEE-SP	Secretaria do Estado da Educação de São Paulo
SDECT	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia

SINTEPS	Sindicato dos Trabalhadores do CEETEPS, do Ensino Público Estadual Técnico, Tecnológico e Profissional do Estado de São Paulo
SP	São Paulo
STF	Supremo Tribunal Federal
TCU	Tribunal de Contas da União
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS

Figura I – Distribuição das Escolas Técnicas de São Paulo	67
Figura II – Distribuição das Faculdades Tecnológicas de São Paulo	67
Figura III – Fases da Carreira docente – anos e temas.....	92

Gráfico I – Despesa de pessoal e do orçamento da Administração pública	
Paulista	59
Gráfico II – no Ensino Profissionalizante / Etecs e Fatecs.....	65
Gráfico III – Evolução do atendimento da demanda por ensino técnico de nível médio e de nível superior – 2005-2009.....	68

LISTA DE QUADROS

Quadro I – Enquadramento das Classes – Empregos Públicos Permanentes do CEETESP	80
Quadro II – 1. ^a etapa de enquadramento da nova carreira docente da ETEC	81
Quadro III – Perfil das professoras entrevistadas da ETES	91

Quadro IV – Perfil das professoras entrevistadas da ETESP	97
Quadro V – Categoria gerais e questões	100
Quadro VI – Momentos, sentimentos e motivos	122

LISTA DE TABELAS

Tabela I – CAPES (2011 a 2014)	32
Tabela II – ANPED	43
Tabela III – Evolução na criação de mais unidades FATECS e ETECS.....	69
Tabela IV – Professores ativos na ETESP – 2014 e 2015	77

Tabela V – Professores ativos com cursos superiores em nível de Bacharel e Tecnólogo	78
Tabela VI – Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico	82
Tabela VII – Diário Oficial / Concursos Públicos	85
Tabela VIII – Diário Oficial / Processos Seletivos	86

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	18
INTRODUÇÃO	23

CAPÍTULO 1 – ESTUDOS E DISCUSSÕES SOBRE TEMÁTICAS AFINS: RESULTADOS E CONTRIBUIÇÕES.....	32
1.1 Estudo dos trabalhos: CAPES.....	32
1.2 Estudos dos trabalhos:ANPED	43
1.3 Refletindo sobre os trabalhos estudados	51
CAPÍTULO 2 – A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE: UM DOS EFEITOS DO CAPITALISMO MODERNO	53
2.1 Gestão de Pessoas na Administração Pública do Governo de São Paulo: o professor efetivo e não efetivo das Escolas Públicas Paulistas.....	59
2.2 A educação profissional e tecnológica no Estado de São Paulo: um olhar voltado para o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza	64
2.3 Os concursos e processos seletivos: normas e procedimentos para a contratação docente das ETECS.....	72
2.4 Um pouco da Escola Técnica de São Paulo (ETESP)	75
2.4.1 Os professores da ETESP	77
2.4.2 Carreira do professor efetivo da ETESP: referencia e salário	80
2.4.3 Professor temporário da ETESP: carreira e salário?	84
2.4.4 Os Concursos e Processos Seletivos	84
CAPÍTULO 3 – SENTIMENTOS DE UM INQUILINATO DOCENTE	89
3.1 Perfil das professoras entrevistadas	91
3.2 Sentimentos	100
3.2.1 O Ingresso	101
3.2.2 Na Instituição	107
3.2.3 O Trabalho	110
3.2.4 A Remuneração	114
3.2.5 A Saída	117
CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
REFERÊNCIAS	127

ANEXOS142

APÊNDICES153

APRESENTAÇÃO

Ao rever minha trajetória como estudante de escola pública paulista, posso dizer que os meus professores, do antigo primário, ginásio e normal, sempre foram referências para que eu perseguisse e lutasse pela realização de um dos meus maiores sonhos - a carreira docente – que nasce ao final da década de 1950 e se reafirma, mais fortemente, pela escolha do curso de Letras, nos anos setenta. Inúmeras razões poderiam justificar este anseio, no entanto, destaca-se o fato de enxergar na escola e, principalmente, na importante figura do professor da época, um caminho garantido para a minha ascensão no mundo do trabalho e valorização pessoal.

No entanto, ao iniciar o curso de Letras, na Universidade de São Paulo, em vez de seguir o magistério, que tanto almejava, passei no concurso de um Banco público do Estado de São Paulo e, até por questões financeiras e estabilidade no emprego, deixei o sonho docente para depois. No Banco, trabalhei vinte anos em Recursos Humanos, na área de treinamento e desenvolvimento, tempo em que aprendi a ministrar cursos, realizar projetos e planos de aula, embasados na taxonomia de Bloom, para a definição de objetivos instrucionais: conhecimentos, habilidades e atitudes (CHA).

Não me encontrava ainda na educação escolar que tanto desejei, entretanto, esta experiência empresarial trouxe-me alguns conhecimentos didático-pedagógicos, ao planejar e ministrar diversos cursos, além de aprimoramento constante em relacionamento humano que, mais tarde, foram bem oportunos para a minha atividade como professora, após a aposentadoria aos quarenta e dois anos.

Assim, na década de 1990, sentia-me mais forte e renovada para ir ao encontro do meu antigo sonho. Retornava à escola estadual em que estudei o ginásio e o normal, agora como professora de português admitida em caráter temporário (ACT).

Fui contratada, sem a realização de concurso ou processo seletivo, por indicação de uma professora do colégio e minha amiga; preenchi uma ficha com os meus dados pessoais e formação acadêmica, entrando em sala de aula no mesmo dia, em substituição ao professor efetivo que se manteria afastado por seis meses. Depois de mais de trinta anos, agora, à frente da sala de aula, deparava-me com algumas situações bem diferentes daquelas que ainda guardava na memória: o prédio

e as salas de aula danificados e um ambiente de desânimo e muita reclamação devido à indisciplina e falta de interesse dos alunos.

Assumi as aulas e, durante aquele período, organizei os diários de sala, que se encontravam totalmente em branco; estudei muito para disponibilizar textos com conteúdos e atividades sobre literatura, redação e gramática, para os alunos e procurei também aliar os meus conhecimentos de treinamento, com dinâmicas, para estimular o interesse e a participação do grupo. Mesmo com todo o trabalho realizado não obtive retorno, nem da direção e nem da coordenação, sentindo-me, pela primeira vez, um pouco desconfortável em minha atuação profissional, sem saber, ao certo, definir aquela sensação, que não parecia ser somente minha, mas de outros professores com os quais me deparei na época, nas mesmas condições de admitidos em caráter temporário.

Em relação ao salário, recordo-me que o pagamento vinha somente três meses após a data de contratação, proporcional ao período trabalhado, por meio de depósito no Banco do Estado de São Paulo – BANESPA, hoje, Santander, ou seja, o professor efetivo, ou temporário, contratado pelo Estado paulista, nos anos de 1990, trabalhava um considerável período (três meses) sem receber. Prática esta inconcebível, revelando-se em uma das mais perversas formas de exploração e desvalorização do trabalho docente.

Não posso afirmar que saí como entrei, pois aprendi muito, apesar de assustada e decepcionada com aquela escola pública paulista do ano de 1995, que, em apenas seis meses, pude observar não mais ser o reduto seguro e estável para a carreira docente, como assim resguardava em minha memória. Um pouco desencantada deixei o Estado e, no ano seguinte, passei a trabalhar em uma escola particular, no Ensino Fundamental II e Médio, como professora de português e espanhol, ali permanecendo por dezoito anos. Durante esse tempo aproveitei para estudar e aprimorar as minhas práticas docentes, participando de eventos, seminários e encontros sobre Educação, além de realizar duas especializações nessa área, uma em Coordenação Pedagógica e Trabalho Continuado e a outra em Psicopedagogia Institucional já que, a cada dia, mais me envolvia e me encantava com a carreira docente, mesmo com todos os obstáculos e dificuldades encontrados.

Em 2012, pedi demissão da escola particular para ir em busca do Mestrado em Educação. No mesmo ano, como surgiu a oportunidade, via indicação de uma professora efetiva e coordenadora do curso de Desenho Industrial, participei do

processo seletivo para docente da Escola Técnica de São Paulo (ETESP), que após o preenchimento da ficha de inscrição, para as disciplinas de Língua e Literatura Portuguesas e Espanhol, eu deveria acompanhar, pelo site da escola, as datas e horários, bem como preparar os três temas referentes a cada componente curricular, para a realização da aula teste.

Aprovada na primeira fase: análise da ficha de inscrição e das certificações acadêmicas, passei para a segunda e última fase, a aula-teste, pois somente aconteceria a prova escrita caso o número de inscritos ultrapassasse trinta candidatos, o que não ocorreu em nenhum dos componentes curriculares para os quais me inscrevi. Definidos os dias, horários e os três temas a serem preparados para cada componente curricular (disciplina); frente à Banca composta por três avaliadores, assinei a lista de presença; um dos professores fez o sorteio do tema e iniciei a aula que deveria ter a duração de 15 minutos no máximo, ritual que se repetiu nas duas aulas-teste realizadas: português e espanhol.

A princípio, ser avaliada em quinze minutos sobre meus conhecimentos e prática didática, trouxe-me certa inquietação, porém, pensei que assim fosse somente em caso de recrutamento de professores, para permanecer no cadastro da escola, e não fui em busca de maiores esclarecimentos sobre essa questão.

Aproximadamente, vinte dias depois, meu nome estava no Edital do Diário Oficial do Estado, de maio de 2012, dentre os aprovados nas duas disciplinas (Língua Portuguesa e Literatura e Espanhol). Em julho de 2012, assinei o contrato de professora por tempo determinado, da Escola Técnica de São Paulo, em regime de CLT, com o valor de R\$ 17,00 a hora aula e, pela segunda vez, passados vinte anos, encontrava-me novamente como professora temporária. A sensação de tristeza e de desvalorização, ainda pouco definida, em 1995, veio a se transformar em um sentimento de descarte, tristeza e, às vezes, até de indignação, ao conscientizar-me de que esta é uma prática comum na educação escolar brasileira, no mundo contemporâneo, instigando-me a compreender melhor essa questão.

Portanto, as inquietações para a realização desta pesquisa nascem entre 2012 e 2013, período de um ano e meio, em que atuei como professora contratada por tempo determinado em uma Escola Técnica da cidade de São Paulo, ligada ao Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETESP), após participar de um Processo Seletivo para Docentes do Ensino Médio em Língua Portuguesa e Literatura (Base Nacional Comum) e Espanhol (Parte Diversificada). Com a aprovação

nas duas disciplinas, conforme Aviso n.º 018/01/2012 de 05/04/2011 – Processo n.º 8.720/2011, assumi as aulas de Língua Portuguesa e de Literatura, na parte da manhã, em substituição à professora em licença maternidade e, no mesmo semestre, junho de 2012, passei a ministrar aulas de Linguagem, Trabalho e Tecnologia, nos cursos de Administração e Finanças, na Classe Descentralizada da Escola Técnica de São Paulo (ETESP), Ministro Costa Manso¹, permanecendo ali até a rescisão do meu contrato, em dezembro de 2013.

Assim, posso afirmar que de tantas outras inquietudes sentidas como docente, a da provisoriação na escola pública paulista impulsionou-me à realização do Mestrado, visando estudar este assunto, orientada e direcionada pela academia. Comecei meus estudos no Programa de Mestrado em Gestão e Práticas Educativas - PROGEPE, em 2014, após a aprovação no processo seletivo de bolsas para o Mestrado Profissional e, por meio de várias leituras, sobre teóricos e estudiosos do campo da Filosofia, Sociologia, História, Pedagogia e Educação, bem como a produção de artigos, resenhas, papers; participação e apresentação de trabalhos em Congressos e Encontros, sempre com o incentivo e orientação dos professores do Programa, pude refletir melhor sobre o que eu queria pesquisar e, das diversas modificações e ajustes realizados na versão inicial do meu projeto, o cenário e os sujeitos permanecem, e seguem presentes, no decorrer desta dissertação.

Devo destacar também que não me senti acolhida pela Escola Técnica, pois, desconhecendo os meus direitos e deveres, o sistema de ensino e, principalmente, o Projeto Político Pedagógico da Escola, já passei a atuar como professora determinada, entrando em sala de aula e participando de reuniões administrativas, pedagógicas e de conselho de classe, como se não existissem diferenças entre o professor determinado e o efetivo². Assim, as distinções e semelhanças entre os dois tipos de contratação iam clareando, de forma empírica, durante o dia a dia de trabalho, o que me levou, muitas vezes, a ter expectativas não possíveis de serem atendidas, já que o professor determinado (temporário) tem as mesmas obrigações do professor indeterminado (efetivo), porém, não os mesmo direitos.

¹ A apresentação das Classes Descentralizadas da ETESP encontra-se no Capítulo 2 deste texto.

² Para a Escola Técnica de São Paulo, o nome correspondente ao “professor efetivo” é “professor contratado por tempo indeterminado” e para o “professor temporário” é o de “professor contratado por tempo determinado”.

Vencido o prazo, fui comunicada por telefone, em novembro de 2013, de que o meu contrato seria rescindido em dezembro do mesmo ano, ou seja, eu teria ainda um mês para elaborar e aplicar as provas e exames finais, preencher devidamente o diário de classe e levar as notas para a Secretaria da Escola. Foi um período extremamente difícil, entretanto, não deixei transparecer em nenhum momento para os alunos, colegas e coordenadores os sentimentos de tristeza, desmotivação e decepção, que ficaram ainda mais intensos com a rescisão do contrato.

INTRODUÇÃO

Com o título de *Professores Contratados por Tempo Determinado: sentimentos de um inquilinato docente*, este trabalho visa estudar e compreender os sentimentos dos professores temporários de uma Escola Técnica da cidade de São Paulo. Fundamenta-se nas discussões acerca das transformações ocorridas na sociedade moderna, nas últimas décadas, em que a flexibilização e a precarização marcam intensamente o mundo do trabalho e incidem na dinâmica escolar, inclusive, no Estado de São Paulo, por meio da crescente contratação de professores temporários, uma das faces da globalização do Capital.

Antes, porém, ao considerar que a atividade do professor não está somente relacionada à sala de aula, nem aos resultados alcançados no ensino-aprendizagem, mas, passa também, segundo Basílio (2012), pela compreensão norteada pelo estatuto do emprego, pensou-se, a princípio, conhecer os dois tipos de contrato existentes na Escola Técnica de São Paulo: por tempo indeterminado (efetivos e concursados) e por tempo determinado (temporários e por processos seletivos), a partir dos direitos e deveres, de acordo com o Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais.³

Por isso, considera-se relevante mencionar que durante esta pesquisa encontrou-se, no site do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETESP, o Manual do Professor Ingressante (2013) e outros importantes documentos, que deveriam ser do conhecimento do novo professor, independente do tipo de contratação, em razão de ser um dos objetivos da política de Recursos Humanos no Estado de São Paulo a “transparência na nomeação, com critérios técnicos e com atividades e responsabilidades definidas”. (BASSOTTI, 2010, p. 15)⁴.

Dentre esses documentos, destacam-se, a princípio, o Manual do Professor Ingressante e o Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais, visto que apontam, de forma objetiva e resumida, o histórico do Centro Paula Souza; sua vinculação à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia

³Aprovado pelo Conselho Deliberativo – Deliberação CEETEPS n.º 003, de 18-07-2013. Anexo Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza”.

⁴ BASSOTTI, Ivani Maria. **Um Panorama da Política de Recursos Humanos no Estado de São Paulo:** conceitos e desafios. Instituição da Certificação Ocupacional no Estado de São Paulo. Brasília: III Congresso Consad de Gestão Pública. Painel 36/142, 2010, p. 15.

(SDECT) do Estado de São Paulo; missão, visão; objetivos e diretrizes estratégicas; indicadores educacionais e oficiais; organograma do Centro Paula Souza e das Escolas Técnicas; pontuação docente; evolução funcional e cumprimento curricular. O Regimento Comum das Escolas Técnicas contém informações sobre as Unidades de Ensino; dos Princípios e das Finalidades; da Organização Técnico-Administrativa; do Regime Escolar; do Pessoal Técnico-Administrativo; dos Direitos, Deveres e do Regime Disciplinar do Corpo Discente; dos Direitos e Deveres dos Pais ou Responsáveis; das Instituições Auxiliares e das Disposições Gerais e Finais e Transitória.

Os direitos e deveres dos membros do corpo docente encontram-se descritos na Deliberação CEETEPS n.^o 003, de 18-7-2013 que aprova o Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, sem a distinção entre efetivos e temporários, levando o professor contratado por tempo determinado a identificar essas informações no seu dia a dia, ou muitas vezes, passar e sair da Instituição desinformado de sua própria condição como professor.

Conforme consta no artigo 93, Capítulo II, são deveres dos membros do corpo docente as seguintes ações:

elaborar e cumprir o plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica da Unidade Escolar, e o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS; zelar pela aprendizagem dos alunos; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência delas aos mesmos; participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; cumprir os dias letivos e as horas-aula estabelecidas pela legislação; preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação; informar os alunos no início do período letivo do plano de trabalho docente; manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados; atender às orientações dos responsáveis pelas atividades pedagógicas e Coordenação de Área, pela Direção, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros interesses do ensino; colaborar com as atividades de articulação da Etec⁵ com a família e a comunidade; colaborar nos assuntos referentes à conduta e aproveitamento dos alunos; comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte; colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos. (DELIBERAÇÃO CEETEPS n.3, de 18/07/2013).

⁵ Etec corresponde à Escola Técnica.

Cabendo ainda a esse professor: estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

Os direitos do corpo docente, constantes no artigo 92, Capítulo II da mesma Deliberação, alguns deles não aplicáveis ao professor por tempo determinado, haja vista que esse professor temporário não pode candidatar-se, ou concorrer em eleições para representante em conselhos, comissões, bancas, instituições auxiliares, nem para Coordenador de Área e Diretor, são os seguintes:

candidatar-se ou concorrer em eleições para representante em conselhos, comissões, bancas, instituições auxiliares, coordenação e direito de escola técnica, respeitadas as exigências legais; participar da elaboração do projeto político-pedagógico, do Plano Plurianual de Gestão da escola e do Plano Escolar; participar de atividades voltadas à pesquisa e extensão e a prestação de serviços à comunidade; participar de cursos de capacitação e atualização profissional na área de sua atuação; participar do replanejamento da escola; reunir-se no espaço escolar, desde que sem prejuízo das atividades letivas, para tratar de assuntos do ensino ou da Instituição; ser atendido em diferentes opções de horários de trabalho, respeitada a organização da Etec e os direitos dos alunos; ser ouvido em pedidos e reclamações; ter assegurada condições de trabalho na Etec. (DELIBERAÇÃO CEETESP n. 3, de 18/07/2013).

O direito de ter asseguradas as condições de trabalho é questionável, pois, o professor por tempo determinado, somente as têm, durante seis meses, com a possibilidade de renovação até dois anos, desde que o “dono” (professor efetivo) daquela disciplina não a requeira. Por isso, dentre tantas outras metáforas possíveis de representá-lo, pensou-se na de “inquilinato⁶ docente”, pois, assim como um “inquilino” é ocupante de um espaço, por um tempo determinado, conforme o estabelecido nos contratos de aluguel, o professor temporário também encontra-se em situação análoga.

Considerou-se, inclusive nesta similitude, a entrada e a saída do inquilino no imóvel alugado, com a entrada e saída do professor temporário na Instituição Escolar. A entrada de ambos parece simbolizar um momento de reconhecimento do espaço,

⁶ Segundo o Dicionário Jurídico Brasileiro de Washington dos Santos: inquilinato (Lat. Inquiinatus). S.m. Relação de aluguel de imóvel entre locador e locatário, estado de quem reside em casa, barraco, apartamento ou cômodo alugado; tempo em que dura a ocupação do imóvel.

de organização dos objetos, de bem-estar e de alegria ao construir dia a dia uma nova vida, embora temporária; a saída, porém, é uma fase de desmonte, desconstrução, de empacotamento, limpeza e liberação do espaço ocupado, que vem cercada de cansaço, lamentação, desconforto e expectativas frente ao novo destino.

Cenas como esvaziar armários, fechar notas, organizar diários de classe, para conferência e “vistoria” da coordenação, aliadas às expressões de tristeza, descontentamento, e de outros sentimentos inquietantes presenciados, e sentidos pela pesquisadora, principalmente, no encerramento de contratos, foram determinantes para o objeto desta pesquisa: os sentimentos dos professores contratados por tempo determinado, por uma escola técnica da cidade de São Paulo, na perspectiva de compreender a condição de provisoriação docente, que tende a aumentar nesta dinâmica moderna do Capitalismo como mais um bem de consumo.

Lembrando Bauman (2010), esta questão dos relacionamentos humanos colocarem-se no mesmo patamar dos objetos descartáveis, parece representar um dos grandes desafios da educação contemporânea. A “pertinência momentânea”, segundo o autor, é resultado das características da sociedade global, que por meio de constantes mudanças promove a individualização e a flexibilização dos sujeitos, em uma “série de estações de serviço ou de motéis”, às quais acrescenta-se a do “professor temporário”, sujeito desta pesquisa.

No Brasil, essa flexibilização intensifica-se após a década de 1990, devido às transformações ocorridas na produção e nas relações de trabalho, inclusive, no aumento dos contratos temporários nas redes públicas de ensino, que segundo Oliveira (2004), em alguns estados esse número corresponde e até ultrapassa ao de trabalhos efetivos.

O Relatório de Auditoria Coordenada no Ensino médio, TCU (Fiscalização n.º 177/2013) reforça a ideia de que esse professor contratado constitui classe diferenciada nos quadros estaduais da docência, sem contar com a proteção estendida aos professores estatutários, apontando também que

O uso ostensivo, intensivo e, em algumas redes, claramente abusivo do regime de contratação temporária é deletério ao sistema educacional por várias razões. De um lado ele frustra a perspectiva de desenvolvimento e amadurecimento profissional onde há a prática de rescisão dos contratos logo após o período letivo, a prorrogação contumaz de contratos em outras redes cria verdadeiras subcategorias de professores, sem a mesma remuneração e sem

outros direitos viabilizados por meio de vínculo minimamente estável com os governos estaduais. (RELATÓRIO TCU, 2013, p. 28).

Acrescenta-se ainda o que diz o Inciso IX, do artigo 37 da Constituição Federal, ao admitir a contratação por prazo determinando, “para atender necessidade temporária de excepcional interesse público”, o que não acontece ao se verificar uma utilização desmedida do contrato por prazo determinando, nas Instituições públicas, oportunizando falta de estímulo, de expectativas e decepção, em diferentes momentos da atuação docente. (MONTALVÃO, 2005)⁷.

Frente à sensação de insegurança e desamparo, provocada pela provisoriação e a precarização do trabalho docente, principalmente, nas relações de emprego, duas questões norteiam a pesquisa:

1. Diante da condição de provisoriação dos professores contratados por tempo determinado da Escola Técnica de São Paulo, que sentimentos se manifestam?
2. Estes professores temporários percebem os sentimentos que derivam desta condição? Em que momento?

O levantamento e análise dessa condição de trabalho deve partir da realidade social vivida e construída por esses professores, procurando levar em conta questões objetivas e subjetivas. Os estudos de Codo (2002), ao considerarem que a relação de trabalho não pode ser meramente objetiva, pois nela se encontram as alegrias, insatisfações, queixas e sonhos, deixam claro que o sentimento é de fundamental importância para o reconhecimento do esforço no produto final.

Precisamos pensar que há três esferas diferentes de necessidades, as quais estão interagindo na determinação do controle sobre o processo de trabalho: a necessidade ou capacidade do próprio trabalhador, da organização do trabalho e da tarefa em si. (CODO, 2002, p. 115).

Os múltiplos sentimentos relacionados à prática docente, como alegria, satisfação, estresse, frustração, indignação, culpa, resignação, indiferença, tristeza, sofrimento e depressão, segundo Lima (2011), derivam de uma série de obrigações e tarefas a serem desenvolvidas em um ambiente de intensa relações sociais, pressões

⁷ Artigo escrito pelo advogado Antônio Fernando Dantas Montalvão, publicado em 05/2005 pela revista Jus Navigandi.

e conflitos. A partir desta ambiência, a autora define o sentimento como um fator natural no ser humano ao estabelecer contato com o mundo, podendo expressar-se de diferentes formas, de acordo com as circunstâncias do entorno aos quais se insere.

A condição de provisoriação dos contratos deve ser conduzida a partir dos estudos sobre a precarização do trabalho, que decorre das intensas mudanças nas relações de trabalho, a partir da década de 1980, em razão da aceleração econômica e tecnológica, bem como a internacionalização do capital. Nesse novo panorama global, o processo de precarização, de acordo com Oliveira (2004), sugere formas flexíveis de organização e gestão do trabalho, incentivando maior adaptabilidade dos trabalhadores às situações novas e viabilizando a intensificação e exploração do trabalho, aspectos estes que chegam também à escola.

Nesse contexto, em que a precarização do trabalho atinge a dinâmica escolar em suas estruturas administrativa e pedagógica, ressalta-se o alto número de contratos temporários de professores, o que provavelmente traz insatisfação e sentimentos que parecem se mesclar às emoções de tristeza, de insegurança, baixa estima, desmotivação, descarte e desvalorização profissional.

Assim, pensando na condição dos professores contratados por tempo determinado, de uma Escola Técnica da cidade de São Paulo, instituída pelo processo seletivo, o objetivo geral da pesquisa é identificar e analisar os sentimentos dos professores decorrentes dessa condição de provisoriação, desdobrando-se em três objetivos específicos:

1. Verificar em que situação e momento do trabalho na escola esses sentimentos aparecem.
2. Investigar de que forma esses sentimentos se manifestam no cotidiano escolar.
3. Averiguar se/como esses sentimentos se apresentam ao término do contrato.

A dinâmica desestabilizante na contemporaneidade, proveniente da flexibilização e provisoriação dos contratos de trabalho e das legislações social e trabalhista, reflete-se na organização escolar, e na pressão sofrida pelos professores, que, no caso do contrato temporário, podem levar a sentimentos de descarte, insegurança, baixa estima desmotivação, tristeza e desvalorização.

Para responder às indagações, bem como discutir os aspectos levantados no tema e nos objetivos da pesquisa, adotou-se os seguintes referenciais teóricos: Bauman (2010; 2014), Castel (2005; 2008; 2013), Codo (2002), Huberman (1989),

Oliveira (2004; 2005; 2006; 2007; 2008; 2009) e outros autores que investigam concepções voltadas para a sociedade moderna.

Visando elucidar o objeto de pesquisa, além de nos apropriarmos de conceitos voltados à contratação temporária docente, nos utilizamos da pesquisa bibliográfica, selecionando autores que discutem questões voltadas à flexibilização, provisoriação e à precarização do trabalho docente, bem como aqueles que estudam os sentimentos de professores.

Com a revisão bibliográfica foi possível definir a escolha dos referenciais teóricos, a partir de leitura, releitura e anotações dos trabalhos que mais se aproximasse ao que se pretendia pesquisar. Pesquisa que se deu nos bancos de dados nacionais e internacionais disponíveis na Internet, em destaque para a Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES) e Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa (ANPED), recorrendo-se às palavras-chave: carreira docente, professor contratado, professor eventual, professor interino, professor substituto, professor temporário, precarização, proletarização, sentimento, sentimento de pertencimento e valorização docente.

A pesquisa documental desenvolveu-se mediante a definição dos sujeitos (professores contratados por tempo determinado) e do cenário (uma Escola Técnica da cidade de São Paulo). Realizada desde o início de 2013 junto à administração da Escola Técnica e nos arquivos *on-line* disponibilizados pelo Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS), corresponde a Leis, Decretos, Deliberações, Instruções, Regimentos Internos, Editais de Concursos e de Processos Seletivos, publicações no Diário Oficial do Estado de São Paulo e Manual do Professor Ingressante.

Esses documentos apresentam a história, missão, visão, objetivos e diretrizes estratégicas do Centro Paula Souza e das Escolas Técnicas. Para a obtenção de dados referentes aos concursos (contratação de docentes por tempo indeterminado) e processos seletivos (contratação de docentes por tempo determinado) realizados pela Escola Técnica de São Paulo recorreu-se ao site da Imprensa Oficial do Estado – Diários Oficiais do período de 2010 a 2014.

Foram utilizadas ainda entrevistas semiestruturadas com três professores que trabalharam como contratados por tempo determinado na Escola Técnica de São Paulo e vivenciaram a experiência do encerramento de contrato. Elaborou-se um Roteiro de Entrevista com o objetivo de entrevistar os professores, que estão ou já

estiveram na condição de contratados por tempo determinado na Escola Técnica de São Paulo (sujeitos e cenários da pesquisa de Mestrado), a fim de identificar os sentimentos que se manifestam no início, durante as suas atividades docentes, bem como ao término do contrato.

O Roteiro de Entrevista divide-se em duas etapas: a primeira é um questionário, que busca mapear os sujeitos com os dados pessoais (idade, sexo, estado civil, cidade e bairro, e número de membros da família); e os dados profissionais (tempo na docência e na Escola Técnica de São Paulo; tipo de contrato; disciplinas ministradas; carga horária na ETESP e em outras Instituições). A segunda com 28 (vinte e oito) questões subdivididas em 05 (cinco) categorias gerais, da seguinte forma:

1. O ingresso: formação e trajetória profissional; como se deu o processo seletivo; na aprovação do processo seletivo; no acolhimento pela Escola Técnica; no trabalho como professor contratado temporário.

2. Na Instituição: conhecimento da história, missão e valores do Centro de Educação Tecnológica – CEETESP; conhecimento da Proposta Pedagógica da ETEC; reuniões pedagógicas e a participação do professor temporário e efetivo.

3. O trabalho: atividades na ETESP; carga horária, turmas, horários e relacionamento com alunos; dificuldades, limitações ou pressões no trabalho; trabalhar como professor contratado; exigências no trabalho; grau de satisfação em relação ao trabalho.

4. A Remuneração: salário; relação entre salário e condição de vida; exigências no trabalho e o salário; direitos e deveres no que diz respeito à carreira e remuneração.

5. A Saída: encerramento de contrato de colegas e do próprio professor; contribuições acrescidas à entrevista.

A dissertação está organizada em três capítulos, de acordo com a sequência, assim estabelecida: O Capítulo 1 apresenta a revisão da literatura, em que se destacam as principais discussões e estudos realizados pelos autores sobre as temáticas que mais se aproximam ao que se busca nesta pesquisa: professores temporários; a precarização do trabalho e o sentimento docente.

O Capítulo 2 retoma as questões sobre a precarização do trabalho docente como efeito do capitalismo moderno, procurando compreender esta nova dinâmica do mercado de trabalho competitivo e lucrativo e a sua relação com a política de gestão de pessoas voltada à contratação docente, no governo do Estado de São Paulo, a

partir de 2004. Ainda neste capítulo, são analisados os documentos e as Leis que regulamentam os Concursos Públicos e Processos Seletivos de docentes do Centro Estadual de Educação “Paula Souza” (CEETEPS).

O Capítulo 3 volta-se para a coleta de dados e análise dos sentimentos de um “inquilinato docente”, a partir das entrevistas realizadas com três professores, que já atuaram em caráter de contrato por tempo determinado na Escola Técnica de São Paulo, encontrando-se, hoje, em condições diferentes.

CAPÍTULO 1 - ESTUDOS E DISCUSSÕES SOBRE TEMÁTICAS AFINS: RESULTADOS E CONTRIBUIÇÕES

A amplitude e diferentes perspectivas dos estudos sobre os textos encontrados, na revisão da literatura, tiveram fundamental importância para o embasamento deste trabalho. As buscas foram realizadas de acordo com as palavras mais próximas e associadas à temática da pesquisa, assim definidas em: “carreira docente”, “proletarização”, “precarização”, “professor contratado”, “professor eventual”, “professor substituto”, “professor temporário”, “sentimentos”, “sentimento de pertencimento” e “valorização docente”.

Os artigos, dissertações e teses lidos e selecionados encontram-se na rede mundial e nacional de computadores, em especial na Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES – a partir de 2005) e na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa (ANPED).

1.1 Estudo dos trabalhos: CAPES

Os estudos dos trabalhos encontrados nos Bancos de Teses e Dissertações da CAPES realizaram-se, inicialmente, na organização dos dados por palavras-chave e números pesquisados, conforme demonstra a Tabela I.

Tabela I – CAPES (2005 a 2014)

Palavras-chave	Números pesquisados
Carreira docente	82
Precarização	67
Proletarização	05
Professor contratado	03
Professor eventual	02
Professor provisório	01
Professor temporário	02
Sentimentos	68
Sentimento de pertencimento	13
Valorização docente	97
Total	340

Dados organizados com base nos trabalhos disponíveis no Banco de Teses e Dissertações da CAPES – 2005 a 2014.

A Tabela I mostra que foram encontrados 340 (trezentos e quarenta) trabalhos e os assuntos em maior número dizem respeito à “valorização docente” com 97 (noventa e sete); “carreira docente” com 82 (oitenta e dois); “sentimentos” com 68

(sessenta e oito) e “precarização” com 67 (sessenta e sete), sendo que a “valorização docente” e a “carreira docente” superam, em número, os estudos identificados nesta pesquisa. Embora se tenha investigado trabalhos com as palavras-chave: “carreira docente”, “proletarização” e “valorização docente”, ao estudá-los não se encontrou proximidade com o tema desta pesquisa, por isto, não constam das análise seguintes.

A provisoriação do trabalho docente

O menor número de trabalhos encontrados referem-se ao “professor contratado”; “professor eventual”; “professor provisório” e “professor temporário”, que somados, perfazem um total de 08 (oito), lembrando que, em todos eles, a condição de provisoriação docente decorre das mudanças sucedidas no mundo do trabalho, em razão da mundialização do capitalismo, refletindo-se fortemente na escola por meio da precarização do trabalho docente.

Ambrosio (2007) aborda algumas questões atuais que contribuem para inviabilizar o desempenho qualificado do professor contratado para o exercício do magistério e levanta algumas inquietações emergentes na leitura e análise da legislação, que cria a contratação de professores para a Rede Pública Estadual através de Contratos Emergenciais e Temporários. Discute ainda os prejuízos pedagógicos causados à Educação Pública Estadual com a contratação de professores sem concurso público como prática sistemática dos governos e propõe uma reflexão acerca de alternativas que sirvam à qualificação do processo educacional e a interpretação da legislação responsável pela regulação do funcionamento das instituições públicas de Ensino, no Estado do Rio Grande do Sul.

O autor, em sua dissertação de Mestrado, preocupa-se em estudar o que levou o administrador a tornar a contratação temporária uma prática regular, usada de forma sistemática e não como, a princípio, foi proposta: atender uma demanda específica de falta de professores, até que todos os profissionais aprovados em concurso público fossem nomeados. Faz também a análise da conjuntura nacional e das políticas públicas de acordo com as diversas concepções políticas, educacionais e sociais desenvolvidas no processo educacional no Estado do Rio Grande do Sul e a influência da globalização no ensino e no dia a dia da educação; apresenta o histórico dos contratos de professores e funcionários no Estado do Rio Grande do Sul, do ponto de

vista legal e do seu desenvolvimento administrativo, em que se nota o seu caráter transitório a se perpetuar no Magistério Público Estadual.

Para estudar o papel contraditório do professor eventual da rede pública de ensino do Estado de São Paulo e a articulação das relações de trabalho e profissão docente, Souza (2012) em sua dissertação de Mestrado, realiza um diagnóstico sobre a forma de contratação e atuação do professor eventual do Ensino Fundamental II e Ensino Médio, na rede pública de ensino do estado de São Paulo, e retoma a contextualização histórica, que prioriza as mudanças nas relações de trabalho e profissão docente.

A autora apresenta a construção e desconstrução de direitos adquiridos pelo professor eventual, publicado em legislação específica e, nesse ínterim, a figura do professor substituto, vulgo eventual, e procura mostrar o panorama da deterioração do magistério público, sob uma perspectiva teórica, nos mais variados sentidos, mas que desvenda a precarização do trabalho docente pelo baixo salário, bem como das condições e das relações de trabalho, da formação, da escassez de professor, que levam à desprofissionalização, à desvalorização, à discriminação, ao desprestígio, à baixa estima do professorado, da rede pública paulista, ao adoecimento e até o abandono da função.

Comenta que o desenvolvimento dos professores, no âmbito pessoal e do trabalho, é um processo complexo e contraditório, ou seja, tecido de acordo com seus posicionamentos em relação às múltiplas situações, e para compreender esse desenvolvimento há a necessidade de se considerar as mediações existentes na sociedade, para que, no meio do método dialético em Marx, possibilite o entendimento da totalidade do modo de produção capitalista em sua concretude, colocando como pano de fundo, para a sua pesquisa, o cenário político-econômico mundial e as suas transformações no modo de produção capitalista, ocorridos em nível mundial, em destaque ao mundo do trabalho e, por fim, seus reflexos nas ações políticas brasileiras, até chegar ao trabalho docente contratado na rede pública estadual paulista.

Galdino (2012), em sua dissertação de Mestrado, procura compreender aspectos relacionados aos impactos da política de flexibilização adotada pela Secretaria a partir da Gestão Serra, de 2007 a 2010, em relação aos professores contratados. A autora empreende um levantamento da legislação aplicável aos docentes contratados com o intuito de verificar a realidade e identificar a percepção de tais professores, em relação ao seu trabalho; descreve o momento histórico

marcado pela “Mundialização do Capital”, mostrando as profundas transformações no modo de produção capitalista que afetaram o mundo do trabalho e finaliza com um resumo das principais ações voltadas à área educacional das Gestões dos Governos Covas (1995-1998) e José Serra (2007-2010).

A contribuição de Koehler (2012) é importante à medida que investiga a forma como se constitui a trajetória institucional/docente desse profissional substituto, verificando os aspectos que indiquem entraves, conquistas e sentimentos em termos de atuação docente, em sua relação com a instituição, alunos, colegas e com a universidade como um todo. Para isso, a autora, em sua dissertação de Mestrado, inicia com o histórico da Universidade Federal de Santa Maria, em sua trajetória mundial, no Brasil e no Estado do Rio Grande do Sul, comentando a legislação do professor substituto, sua trajetória pessoal e profissional, definindo formação e ensinar e aprender. Os sentimentos experienciados e traduzidos na pesquisa, por esse professor substituto, foram os de tristeza e preocupações; já os sentimentos positivos relacionam-se ao desejo de ser professor e da relação professor-aluno.

Ao discutir o tema dos professores substitutos, em sua dissertação de Mestrado, Andrade (2012) busca compreender de que maneira as políticas neoliberais têm influenciado no Brasil e, no Estado do Paraná, em específico, na modalidade contratual de temporários, que se veem obrigados a se submeterem às condições do sistema para se manterem economicamente e investirem em sua própria qualificação. Converge a atenção para a influência do neoliberalismo na flexibilização do trabalho docente e as suas consequências em um gerencialismo da gestão das instituições educacionais, possibilitando a terceirização do trabalho docente e a precarização do processo de ensino-aprendizagem. Para isso, a autora parte de estudos documentais, analisando os dados sobre a realidade do trabalho docente na condição de efetivos e temporários, no período de 2007 a 2010, em três instituições do ensino superior no Estado do Paraná e verifica que a precarização do trabalho docente afeta também a questão pedagógica, e a educação, bem como a formação humana como um todo.

A análise do professor temporário, nos estudos de Souza (2011), tem início nas condições de trabalho e de remuneração do professor temporário no Paraná e busca compreender se essas condições podem ser consideradas como indicativo de um quadro de precarização do trabalho docente no Estado; analisa os documentos que regulam a categoria desses professores contratados temporariamente pelo

Estado do Paraná, a fim de entender a admissão desses profissionais, conhecer as origens e os aspectos que caracterizam esse tipo de trabalho no Estado.

Verifica também, em sua dissertação de Mestrado, os impactos das políticas educacionais adotadas a partir dos anos 90, em especial as políticas de fundos – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF) e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério (FUNDEB) – e o Piso Salarial Profissional nas condições de trabalho e de remuneração dos professores temporários. Na parte empírica do estudo, o autor analisa o trabalho precário/temporário no Estado, desde algumas legislações anteriores à aprovação da Lei Complementar n.º 007/1976 (Estatuto do Magistério Público do Paraná) à Lei Complementar 108/2005 e seus impactos sobre as condições de trabalho e remuneração do professor temporário do Paraná.

Latorre (2013) faz uma análise crítica das condições de trabalho dos professores admitidos em caráter temporário (ACT), nas escolas públicas estaduais de Florianópolis, considerando a categoria trabalho como fundante do ser social e a atividade docente uma práxis voltada para a formação dos indivíduos sociais, determinados por relações sociais históricas e concretas, imediatas e mediatas, enfocando propostas e práticas neoliberais na educação pública brasileira, a reestruturação produtiva dos processos de trabalho e a organização dos trabalhos, nos moldes do acúmulos de capital para a burguesia mundial. Foram pesquisados em sua dissertação de Mestrado, os professores temporários por representarem, dentro de uma situação mundial geral de exploração intensificada da classe trabalhadora, o elemento mais precarizado e vulnerável dos trabalhadores e, para o autor, *O Fenecer da Educação Capitalista* que denomina parte do seu trabalho, significa afirmar categoricamente que a educação e a formação humanas, sob as bases do capital, não podem mais desenvolver plenamente tarefas progressistas na instituição escolar, já que fenecer é morrer, extinguir-se, dar lugar ao novo, ao diferente, porém, em relação à educação e escola capitalista, dizer que ela fenecerá, só é possível em um sentido figurado, pois sendo instrumento de adequação da sociabilidade determinada pelo capital, somente poderá ser abolida revolucionariamente para não fenecer.

A respeito dos professores temporários da educação básica, na rede pública estadual do Paraná, Ferreira (2013), em sua dissertação de Mestrado, procura compreender as possíveis causas do uso recorrente dessa prática de contratação no

magistério paranaense, seus impactos nas condições de trabalho desses docentes temporários e de que forma eles avaliam tal prática. Observa que a contratação em regime especial é uma forma atípica de admissão, assegurada por lei, no intuito de atender a necessidades temporárias de excepcional interesse público, no entanto , essa modalidade passou a ser uma prática recorrente nos últimos anos.

Os resultados evidenciados na pesquisa mostram que os professores contratados pelo Processo Seletivo Simplificado não possuem os mesmos direitos dos estatutários, admitidos mediante concurso. Não gozam ainda de estabilidade profissional, não têm direito ao plano de carreira e nem aos demais benefícios historicamente associados ao magistério público, resultado da precarização das condições de trabalho dos profissionais submetidos a esse regime de contratação, situação esta que pode incidir de forma negativa sobre a qualidade do ensino na rede, devido principalmente à rotatividade desses professores demitidos ao final de cada ano letivo, sem garantias de posterior recontratação no ano seguinte, permanecendo na dependência da demanda de vagas ofertadas nos diferentes estabelecimentos de ensino.

Sentimentos dos professores

Os dois trabalhos encontrado sobre “sentimentos”, dentre os 63 (sessenta e três) dispostos no Quadro I, dizem respeito aos sentimentos de desvalorização, baixa estima, sofrimento psíquico e um mal estar docente, que também parecem advir dessa intensificação e flexibilização do mundo do trabalho, já tratado pelos autores citados anteriormente.

Para Lima (2011), a lógica da competitividade na sociedade globalizada, centrada na informação, impõe à educação formal, executada nas escolas, uma realidade desafiadora, especialmente aos docentes, em razão de uma série de exigências de responsabilidades, competências e habilidades visando a efetivação de um ensino de qualidade, voltado ao desenvolvimento econômico e social do país. Acrescenta também, em sua dissertação de mestrado, que as mudanças profundas ocorridas no mundo do trabalho e o desempenho exigido do profissional pelo Estado, pela sociedade e pelo mercado levam a sentimentos de impotência e mal estar, provocando mudanças no perfil profissional, além da desvalorização dos sentimentos, da expressão emocional e das tensões corporais dos professores, que ao reprimi-los

pode-se ter como resultado até mesmo alterações físicas e funcionais que afetam o bom desenvolvimento da ação docente. Observa que dentre esses sentimentos danosos, encontra-se a culpa, que, embora seja, para muitos professores um problema pessoal, origina-se das condições de trabalho, às vezes por uma avaliação injusta, ou por uma resposta incorreta dada ao aluno ou colega, gerando situações de constrangimento, em um contexto escolar mergulhado em muitos conflitos, em que a falta de liderança pedagógica e/ou administrativa fragmenta o coletivo do professorado.

Na perspectiva de Silva (2013), o sofrimento psíquico de professores, enquanto fenômeno contemporâneo, manifesta-se por meio do desinteresse, desgaste físico e psíquico, degradação da imagem e autoestima decorrentes das condições de trabalho, da desvalorização profissional, da proletarização docente e da precarização do trabalho no âmbito escolar. Destaca, em sua dissertação de Mestrado, que o papel social da educação, o processo de produção e os processos educativos são marcados por concepções conflitantes e antagônicas e que, para a classe dominante, a educação está subordinada à demanda do capital com a pretensão de potencializar o trabalhador para a apropriação apenas da técnica, fundamentada na ideologia da produção a fim de satisfazer as demandas do mercado, já na perspectiva da classe trabalhadora a educação deve estar voltada para fazer valer os seus interesses econômicos, políticos e culturais, ampliando espaços de expressão, desenvolvendo suas potencialidades e apropriação do saber social.

Nesse sentido, a autora procura compreender o sofrimento psíquico de professores e a sua interface com o trabalho, repensando a relação saúde-doença, pelo afastamento das atividades laborais através de licenças para tratamento de saúde, bem como as licenças por motivo de doenças em pessoa da família, a quem deve dispensar cuidados.

A precarização do trabalho docente

Dos 68 (sessenta e oito) trabalhos encontrados sobre a precarização, anotados na Tabela I, optou-se pelos 07 (sete) textos apresentados a seguir, visto que discutem a precarização do trabalho docente nos Estados brasileiros, com base na trajetória histórica da precarização do mundo do trabalho e a sua interferência na dinâmica da escola, a partir do cenário de um mundo global e de políticas neoliberais.

Encontra-se na dissertação de Mestrado em Araújo (2011) um olhar sobre o ambiente escolar, em especial, os professores, ao evidenciar que a trajetória histórica da precarização do trabalho docente, em um cenário global, é marcada pela presença de um grande número de professores substitutos (temporários), em relação ao quadro de professores efetivos, pela alta rotatividade docente, pelas perdas salariais e pelo cerceamento de direitos historicamente constituídos. Fundamenta-se nas graves contradições que acompanham a expansão do capitalismo desde a sua origem, na medida em que dá espaço ao crescimento econômico e aprofunda as desigualdades sociais, participando dessa dinâmica os submetidos a condições de trabalhos precários, até a sua inserção no ambiente escolar brasileiro na década de 1990, em pleno movimento das transformações objetivas de trabalho.

O autor escolhe, como cenário de sua pesquisa, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IFM, por tratar-se de uma instituição pública de ensino, formadora de profissionais para o mundo do trabalho, que iniciou suas atividades pedagógicas e administrativas na década de 90, época em que as reformas políticas no Estado brasileiro transferem a sua responsabilidade, enquanto estrutura governamental, para o indivíduo enquanto trabalhador, evidenciando uma forte intenção no sentido de adequar os serviços públicos aos interesses capitalistas contemporâneos, reduzindo custos trabalhistas, previdenciários e da carga tributária sobre o capital, cenário este que abarca frontalmente os professores.

Cunha (2011) procura respostas a respeito do trabalho docente à distância: flexibilização ou precarização? Para isso retoma a reestruturação e organização imposta pelo capitalismo, na década de 1970, no mundo do trabalho e na crise mundial, destacando a nova infraestrutura propiciada pelas Tecnologias da Informação e Comunicação estabelecidas na Educação à Distância no Brasil, com apoio na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para análise das condições do trabalho docente, no Curso de Pedagogia, a Distância, na Universidade Federal de Uberlândia, bem como a divisão do trabalho pedagógico no ensino superior à distância e suas implicações para os distintos agentes (professor/formador, tutor a distância e tutor presencial).

Destaca em sua dissertação de Mestrado que, para investigar o trabalho docente, especificamente no ensino superior, na modalidade à distância, é necessária uma ampla compreensão do processo de reestruturação produtiva, da intervenção do Estado na economia e da mudança advinda da transição do sistema fordista de

produção, para a acumulação flexível no processo de mercantilização da educação, no Brasil, e dos impactos contemporâneos na vida e no trabalho dos professores.

Os estudos de Maroneze (2011), em sua dissertação de Mestrado, dirigem-se para a precarização do trabalho docente na rede estadual de educação básica do Paraná, focando a gestão do governo Jaime Lerner, no período de 1995 a 2002. A autora procura analisar as configurações atribuídas aos docentes, com base nos elementos fundamentais que incidiram na política educacional paranaense, a partir da articulação entre a política educacional paranaense e as políticas de cunho liberal, destacando que o governo, por meio da Secretaria de Estado da Educação – SEED PR, implementou uma série de programas e ações que, alinhados aos pressupostos da reforma administrativa do Estado, resultaram em baixos investimentos no campo educacional e estratégias de desregulamentação do trabalho docente, tendo os professores que buscar bons resultados, otimizando os recursos e os serviços existentes. Observa também que a precarização do trabalho docente no estado encontra-se conectada à nova dinâmica de produção capitalista, e delimita-se a considerar os mecanismos de reorganização do capital em sua fase de mundialização e a influência das agências internacionais no encaminhamento das reformas neoliberais, adotadas pelo governo brasileiro, que chegam ao Paraná remodeladas aos interesses de um Estado impregnado de valores mercantis.

Ao discutir a relação entre os processos de mercantilização da educação e a docência, nas instituições privadas de ensino superior, Nonnemacher (2008), em sua dissertação de Mestrado, utiliza-se da categoria “mercantilização” da educação como parte da economia de mercado e das exigências do capitalismo financeiro, sustentando a ideia de que a educação superior é um direito de cidadania a ser abarcado pelo Estado e não um serviço simplesmente a ser consumido. O tema em estudo situa-se em um contexto abrangente, que se inicia nas práticas docentes nas instituições de ensino superior e vai até as decisões tomadas pelos organismos transacionais e supranacionais, condicionando políticas governamentais, recriando culturas, determinando os rumos da educação em todos os níveis e em contextos locais e globais.

Para a autora, a mercantilização da educação é parte da configuração mundializada, que a economia de mercado adquire e se constitui em um desdobramento das exigências do capitalismo financeiro, um fenômeno que tende a

globalizar-se por meio da condução de grupos detentores do poder político e do ajuste estrutural das economias nacionais às premissas da economia de mercado neoliberal, em uma luta pela exploração de novos domínios de mercado com potenciais para bons negócios.

Direcionando a questão da precarização do trabalho docente à educação superior no Paraná, Tavares (2011) lembra, em sua dissertação de Mestrado, as reformas do Estado e da Educação Superior e as mudanças ocorridas nesse nível de ensino, na Universidade pública, além das crises sociais e econômicas do sistema, ocorridas nos países da Europa, Estados Unidos, e nos países da América Latina e no Brasil, a partir da década de 1970. A contratação temporária, potencializada na flexibilização e na desvalorização de salários, direitos trabalhistas, condições de trabalho e o isolamento desses trabalhadores na participação direta da produção do trabalho material e imaterial dos conhecimentos acadêmicos, científicos e tecnológicos precariza, ainda mais, o trabalho docente e possibilita o não fortalecimento da Universidade, como uma instituição de referência, no ensino superior público, gratuito e de qualidade socialmente referenciada, no Estado do Pará.

A dissertação de Mestrado de Dantas (2013), ao investigar a política educacional paulista, desde 1995 até 2012, traz contribuições importantes, principalmente ao considerar as transformações profundas operadas na educação do Estado de São Paulo, nesse período, em que a noção de modernização passa a ser a temática estruturante do discurso político educacional e condutora da reforma educativa estrutural, advinda de orientações neoliberais. A sua pesquisa mostrou que a reforma da educação, proposta nas últimas décadas, para o Estado de São Paulo, alterou profundamente a escola pública, imprimindo-lhe uma feição mercadológica e, para tanto, valeu-se do desmantelamento do sistema educacional, da pauperização e desvalorização econômica e intelectual de seus agentes.

A autora parte da premissa de que a Educação no Estado de São Paulo vivencia um *continuum* de reformas, cuja lógica está ancorada na reforma do Estado, que vem imprimindo transformações profundas na Educação de São Paulo, nos últimos 18 anos, conforme o avanço alcançado em cada governo, a partir da Gestão Covas, de 1995 a 1998, à Gestão Covas/Alckmin, de 1999 a 2002, que para a autora devem ser vistas como momentos históricos em que a noção de modernização passa a ser a temática estruturante do discurso político educacional do governo e indutora

da reforma educativa, implicando em reformas estruturais, cujas orientações neoliberais eram emergentes.

Em Moura (2013) verifica-se um estudo sobre as condições do trabalho docente, a partir do ideário neoliberal incorporado às políticas públicas da educação paulista, nos anos de 1990, em busca de uma investigação sobre os aspectos que indicam a intensificação, a flexibilização e a precarização do trabalho dos professores efetivos e dos temporários, que segundo a autora, esses temporários totalizam quase metade do quadro funcional da Secretaria do Estado da Educação de São Paulo (SEE-SP). Faz também uma retomada dessas relações de trabalho como fruto das diretrizes de organismo internacionais – Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM), Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), contribuindo na implementação de políticas públicas baseadas na lógica capitalista de privatização, mercadorização, desregulação e abertura de mercados e a implantação de uma estado mínimo, incidindo diretamente na educação e, principalmente, na atuação docente. Declara, em sua dissertação de Mestrado, que analisar o trabalho docente na rede pública do estado de São Paulo é uma tarefa fundamental e complexa, em razão das escolas públicas paulistas terem uma gama de contratos de trabalhos diferenciados e semelhantes às condições de emprego da classe trabalhadora fabril na atualidade, sendo que esses contratos possuem o mesmo resultado dos contratos das empresas capitalistas: precarizar e flexibilizar o trabalho a fim de desoneras os empregadores, mesmo que isso signifique uma inflexão nos ganhos que os movimentos organizados tiveram, principalmente, na década de 1980.

Antes de se passar para o próximo item, considera-se importante destacar que os 17 (dezessete) trabalhos estudados, anteriormente, sobre “a provisóridade do trabalho docente”, “sentimentos dos professores” e “precarização do trabalho docente” correspondem a dissertações de mestrado e mostram uma maior produção no período de 2011 a 2013. Com base nestas observações, pode-se dizer que o grande interesse acadêmico em pesquisar sobre o assunto é recente, apesar da precarização do trabalho docente ser resultado das transformações ocorridas no mundo do trabalho, devido à nova ordem do capitalismo global, mais fortemente presente no Brasil a partir da década de 1980.

Considerações em destaque: trabalhos da CAPES

Antes de se passar para o próximo item, considera-se importante destacar que os 17 (dezessete) trabalhos estudados, anteriormente, sobre “a provisoriação do trabalho docente”, “sentimentos dos professores” e “precarização do trabalho docente” correspondem a dissertações de mestrado e mostram uma maior produção no período de 2011 a 2013. Com base nestas observações, pode-se dizer que o grande interesse acadêmico em pesquisar sobre o assunto é recente, apesar da precarização do trabalho docente ser resultado das transformações ocorridas no mundo do trabalho, devido à nova ordem do capitalismo global, mais fortemente presente no Brasil a partir da década de 1990.

As pesquisas mostram também que os trabalhos que buscam discutir e compreender o aumento dos contratos de professores temporários nas escolas públicas estaduais brasileiras e a precarização do trabalho docente, a partir das políticas educacionais neoliberais de 1990, encontram-se em sua maioria nas regiões Sudeste e Sul do país. Dos trabalhos estudados sobre os temas, encontrou-se 11 (onze) dissertações de Mestrado sendo: 03 (três) do Estado de São Paulo; 04 (quatro) do Estado do Paraná; 01 (uma) do Estado de Santa Catarina e 03 (três) do Estado do Rio Grande do Sul, dados estes que abrem possibilidades para novos questionamentos e estudos a respeito.

1.2 Estudo dos trabalhos: ANPED

Após leitura, seleção e estudo dos trabalhos encontrados nos Bancos de Teses e Dissertações da CAPES, apresentam-se, em seguida, os dados resultantes de pesquisa realizada nos Grupos de Trabalho 05 (Estado e Política Educacional); 09 (Trabalho e Educação) e 14 (Sociologia da Educação), na ANPED, por meio da Tabela II.

Dentre os 23 (vinte e três) Grupos de Trabalho da Anped, optou-se pelos GT05, GT09 e GT14, visto que reúnem e socializam o conhecimento produzidos pelos pesquisadores da área de educação, em Reuniões Científicas Nacionais, por meio de assuntos mais próximos a contribuírem com este trabalho. Destaca-se também que a pesquisa se deu por Reunião Científica, a partir da 23.^a realizada em Caxambu – MG (2000) até a 37.^a, em Goiânia – GO (2015).

Tabela II - ANPED

Reuniões Científicas Nacionais / anos	G.T. 05	G.T. 09	G.T. 14
35. ^a e 37. ^a 2012 e 2015	19	13	14
32. ^a 2010	-	11	17
28. ^a 2006	-	13	19
Total	19	37	53

Dados organizados com base nos trabalhos disponíveis nas Reuniões Científicas realizadas em 2006, 2010, 2012 e 2015, e nos Grupos de Trabalho 05, 09 e 14 correspondentes.

Nota-se, na Tabela II, que, somados os três grupos de trabalho (05, 09 e 14), foram encontrados 109 (cento e nove), dos quais 12 (doze) deles foram selecionados para estudo, em razão de trazerem aportes para esta pesquisa, ao discutirem as concepções de participação nas políticas educacionais, a contratação temporária de docentes na rede pública de ensino e a precarização do trabalho docente temporário.

Dos 19 (dezenove) trabalhos encontrados no G.T. 05, dois devem ser analisados, o de Freire (2012) e o de Pinto (2015), pois mostram a necessidade da Educação estar atenta às condicionantes sociais desenvolvidas pelo capitalismo, bem como a análise das decisões judiciais e a aplicação do direito na área educacional, a fim de compreender a contratação temporária de docentes na rede pública de ensino no Brasil.

Participação nas políticas educacionais

O texto de Freire (2012) problematiza as concepções fundamentais de participação nas políticas educacionais, por meio da dimensão conceitual, a partir de uma perspectiva sócio-histórica, procurando mostrar que o problema da participação e sua relação é tematizado a partir de perspectivas diversas – da visão liberal que individualizada enfraquece a dimensão política, supervalorizando a dimensão técnica, operacional ou gerencial.

A autora busca ainda conhecer os fundamentos teóricos e o desenvolvimento sócio-histórico do conceito de participação, na relação indivíduo e sociedade na

modernidade, com base para a apreensão de suas formas de representação teórico-conceitual, no âmbito específico da educação, partindo do pressuposto de que a participação e seus desdobramentos, na particularidade da prática social da educação, sofrem os condicionantes sociais mais amplos que determinam a relação indivíduo-sociedade no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo. Considera, portanto, que são os homens, como seres individuais e sociais, que constituem o tecido das relações sociais, ou seja, que constroem a sociedade e sua rede de instituições, cabendo à educação atentar para as condições sociais de existência, materiais e culturais, em sua abrangência e aprofundamento históricos.

Provisoriedade docente

A contratação temporária de docentes na rede pública de ensino no Brasil é tema do estudo de Pinto (2015), com base na análise das decisões judiciais do Supremo Tribunal Federal, no período de 2003 a 2012, partindo da concepção de que o conhecimento e análise da aplicação do direito na área educacional merecem integrar a compreensão do fenômeno educacional contemporâneo, com o objetivo de investigar e analisar o posicionamento e a interpretação, desenvolvidos pelo Poder Judiciário, em específico, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em demandas referentes à contratação temporária de docentes na rede pública de ensino, no âmbito da educação básica.

A autora observa que o processo de ampliação do número de contratações temporárias de docentes, na rede pública de ensino no Brasil, tem merecido especial atenção de diversos pesquisadores da área educacional nos últimos anos, justificável, já que segundo dados do Censo Escolar de 2013, 28,32% dos contratos de trabalho dos docentes, nas redes municipais e estaduais da Educação Básica brasileira, são temporários, ou seja, são efetivados sem a realização de concurso público e, portanto, sem a formação de vínculo estável com a Administração Pública.

A escolha, como apoio às nossas reflexões, das ações do Supremo Tribunal Federal deu-se em razão de ser o órgão judicial que se apresenta, atualmente, como um dos principais protagonistas do fenômeno de judicialização da política, podendo, este, ser compreendido como o processo de transferência de questões políticas, tradicionalmente decididas no campo parlamentar e executivo, para o Poder Judiciário, além de ter as suas atribuições ampliadas para assumir os papéis de Tribunal

Constitucional, órgão de cúpula do Poder Judiciário e lócus especializado e privilegiado para discussão e efetivação dos direitos fundamentais, garantidos pela Constituição Federal de 1988.

Precarização do trabalho docente

Os artigos seguintes, encontrados nos Grupos de Trabalho GT. 09 e GT. 14, estudam a “precarização do trabalho” e seus reflexos no mundo da escola, no contexto das reformas escolares e a atuação docente, assim como a condição dos professores temporários frente à flexibilização e a mercantilização de um capitalismo voltado para a produção, competitividade e lucratividade, na atual sociedade globalizada.

Para a temática da precarização, Augusto (2013) apresenta um artigo que tem como objetivo descrever e analisar as condições de trabalho nas escolas do Estado de Minas Gerais, no contexto das reformas educacionais. Procura estabelecer uma relação entre as novas exigências de desempenho e novos conhecimentos e habilidades, com as condições de trabalho, que se distanciam das prescrições das reformas sobre a atuação docente, denominadas “Choque de Gestão”, que preveem corte de despesas, redução de custos e enxugamentos na área de pessoal da educação, além do arrocho salarial, sendo medidas que acabam constituindo-se em restrições e obstáculos à melhoria da prestação de serviços educacionais, conforme proposta da atual gestão da Secretaria de Educação.

A autora considera as políticas e diretrizes para a educação no país com base na relação entre o contexto das reformas do Estado, que preconizam a sua transformação, no sentido de ajuste do país aos novos requerimentos do modelo econômico, mediante às exigências do mercado internacional, sempre visando atingir o alto grau de racionalidade técnica nas decisões e ações públicas. Destaca que esse modelo, assumido pelo Estado, pede a redução de custos trabalhistas, previdenciários e carga tributária sobre o capital, visto que tais fatores são entraves à competitividade, além do Estado ser pressionado pelas empresas a corte de gastos trabalhistas, redução de encargos e recolhimentos, e medidas de flexibilização do direito do trabalho.

O fenômeno relativo à precarização do trabalho, no campo da pesquisa, é discutido por Fiód (2009), a partir da existência de uma quantidade expressiva de professores admitidos em caráter temporário (ACTs) na rede pública estatal

catarinense. No entanto, os dados empíricos coletados mostram que o trabalhador temporário, no Magistério Público Estadual, não sofreu um incremento nos últimos anos, mas sim uma diminuição, tanto dos professores efetivos, quanto dos professores temporários, sendo que o sistema de educação pressupõe a combinação de duas categorias, a de professores efetivos e temporários, e em razão disso, a autora passou a explicar teoricamente a natureza do trabalho do professor, para assim compreender o que é esse professor temporário que ora está empregado, ora desempregado, em razão da precariedade do vínculo de trabalho. A autora nota que a profissionalização da atividade docente caminha passo a passo com o processo industrial e, por conseguinte, com a instituição do assalariamento, mesmo considerando-se o fato de ser uma carreira que exige conhecimentos e competências particulares, adquiridos graças a rigorosos estudos sistemáticos, não impede que a modernização do Estado passe a conjugar as forças políticas, contidas no processo industrial, na relação capital e trabalho, incorporando a carreira docente na mesma lógica da produção industrial.

Para compreender a precarização do trabalho docente, na rede estadual de educação do Rio Grande do Sul e a contratação temporária de professores como flexibilização das relações de trabalho, Neto (2014) procura olhar para o mundo da produção capitalista da década de 1970 e as mutações no mundo do trabalho que passaram a afetar a totalidade da produção, incluindo desde novas formas de organização do processo de trabalho, até novas formas de funcionamento da produção, perpassando também por novas formas de contratação da força de trabalho. Estuda a reforma do aparelho do estado em 1995, política que gerou uma ampla redefinição das funções do estado, contornando sua crise fiscal e o chamado modelo burocrático, a partir da implementação de *um estado gerencial*, atuando com uma política de ajuste fiscal e contenção de gastos.

O texto de Rigolon (2013) analisa a precariedade nas relações profissionais entre docentes vinculados à Secretaria Estadual de Educação do Estado de São Paulo, embasado nos aspectos históricos, que configuraram as formas de seleção de professores para atuarem nas escolas estaduais, adotando, como eixo estruturante, para a noção de precariedade, a compreendida nos anos de 1970, por autores franceses, como a representação do contrato de trabalho desprovido dos direitos vinculados ao trabalho, já que a precariedade visava acirrar a luta de classes e fragilizar os movimentos dos trabalhadores.

Ao recuperar a história, desde os primeiros concursos, no período imperial, final do século XIX, observou o autor, que, no decurso do século XX, até a primeira década do século XXI, as formas de contratação de professores, para atuarem no estado de São Paulo, sofreram variações e marcas importantes de flexibilização e, a sua organização do trabalho, se caracteriza por um ambiente de constante tensão e pressão, pelo cumprimento das metas estabelecidas anualmente pela política, para os docentes não efetivos, além da precariedade objetiva vivenciada pela instabilidade no emprego, por não saberem se no ano seguinte terão classes garantidas e por não contarem com os mesmos direitos que os efetivos, sofrem também outras formas de constrangimento, contribuindo para o mal-estar docente.

A partir dos dados encontrados nos anais da ANPED, de 2001 a 2007, Silva (2008) pesquisa o fenômeno relativo à precarização do trabalho docente universitário, buscando compreender como e com que intensidade a comunidade acadêmica vem atentando para essa questão, e em que perspectivas teórico-metodológicas se situaria a precarização do trabalho docente universitário no campo da pesquisa.

Para isso, a autora tomou como objetivo central examinar a precarização do trabalho docente, no momento da crise estrutural do capital, verificando também o tratamento conferido ao fenômeno da precarização do trabalho docente universitário pelos pesquisadores brasileiros na área educacional, já que a profunda crise estrutural do capital, vivenciada atualmente, encontra-se claramente perceptível, por mais que a realidade venha sendo mascarada, com o uso dos diversos recursos e aparelhos do capital, a exemplo de alguns deles: Pedagogias do Aprender a Aprender, Empreendedorismo, Empregabilidade, Inclusão Social e Cidadania - por meio das suas nefastas repercussões na vida das pessoas e no mundo do trabalho, merecendo destaque, a precarização do trabalho que ganha escala mundial.

A mercantilização do Ensino Superior e as consequências das mudanças produtivas, para os docentes desse nível de ensino, que nomeia a pesquisa de Ávila (2010), tem como objetivo analisar o trabalho dos docentes na sociedade contemporânea, a partir das mais recentes configurações do trabalho docente no ensino superior brasileiro, nos setores públicos e privados, nas relações entre Estado, capital e trabalho.

Para a autora a crise estrutural do capital, que se evidencia na década de 1970, interfere no trabalho do docente universitário, em particular, à medida que a educação se encontra coagida pela mercadorização e que se estabelece uma relação capitalista

- vender a sua força de trabalho para o proprietário da empresa escolar produz mais-valia - e, em consequência, o capital, impondo novas formas de controle do trabalho, novas políticas de salários, de gestão e de formação: a flexibilidade, “autonomia” e a polivalência, acaba submetendo a educação às exigências do mercado e adaptando os indivíduos para uma nova relação entre a oferta de trabalho e a procura de trabalhadores, demandando um novo sujeito do conhecimento, um novo cenário produtivo com mão de obra mais qualificada e aberta a novas qualificações.

Lievore (2015) analisa as mudanças promovidas pelas políticas públicas nacionais e locais, implantadas na educação municipal de uma capital brasileira e que tiveram impacto nas condições do trabalho docente, visto que promoveram a intensificação das atividades pedagógicas e administrativas, gerando um processo de precarização, dificultando o desenvolvimento de programas educacionais e o cumprimento das metas de melhoria da educação, previstas no Plano Nacional de Educação. Afirma que os ajustes políticos e econômicos executados a partir da década de 1990, tanto no Brasil como em toda a América Latina, marcaram definitivamente a configuração das políticas públicas, em especial a educação, na direção de uma propalada democratização e modernização, e que a gestão das políticas educacionais, no contexto neoliberal da reforma do Estado, foi fomentada por ações descentralizadas em todos os níveis, tanto no campo privado quanto no público, transferindo para as unidades federativas (para as escolas e para os trabalhadores da educação) as responsabilidades com a oferta do serviço social, mobilizando duas dimensões inconciliáveis na sua base: a democratização das relações institucionais e o eixo gerencial como modelo de organização eficiente e eficaz.

Sobre a precarização do trabalho docente, encontrou-se nos Grupos de Trabalho da ANPED três textos de Juliana Regina da Silva Basílio, que, devido a relevância dos temas apresentados para esta pesquisa, compõem os estudos deste levantamento bibliográfico.

As discussões realizadas por Basílio (2010) referem-se aos contratos de trabalho de professores e a construção da condição docente na escola pública paulista, de 1974 a 2009, em relação às práticas de recrutamento e das formas de inserção dos professores nas escolas que compõem essa rede de ensino, a partir do levantamento e análise histórica da legislação que governou a contratação de professores de 1974 a 2009, além de um estudo dos dados estatísticos disponíveis sobre os professores e seus contratos, no Departamento de Recursos Humanos da

Secretaria Estadual de Educação e da observação *in loco* dos processos de recrutamento e inserção de professores efetivos temporários e eventuais, no ano de 2009, em diferentes etapas de atribuição de aulas, em uma das Diretorias Regionais de Ensino. O estudo apontou que a atuação dos professores na escola tem uma relação intrínseca com a sua situação de emprego, ou seja, se ele possui ou não um contrato de trabalho e se ele tem ou não estabilidade no emprego; sua atuação docente, quando analisada do ponto de vista da formação inicial e continuada, tende a culpabilizar o professor pela situação da escola, sem considerar as condições objetivas do exercício do seu trabalho; o processo de obtenção do emprego e, a inserção na escola, são reveladores dos processos pelos quais se constrói o lugar objetivo do professor no sistema de ensino, quanto de sua posição social.

A autora finaliza dizendo que o professor temporário e o eventual são aqueles que sempre estão chegando e não ocupam um lugar; são eternos novatos, e nem todos são vistos como “professores de verdade”, expressão esta que parece abrir possibilidades para entendê-la a partir de muitas outras metáforas, já utilizadas em livros e trabalhos acadêmicos, que estudam a precarização do trabalho docente.

Na comunicação de Basílio (2012), sobre a seleção pública para o trabalho não efetivo na rede paulista de ensino, à luz da seleção social dos candidatos, a autora discute a relação entre o trabalho temporário e o trabalho eventual docente e as pessoas que procuram esse tipo de trabalho e se mantém nele, desvelando algumas implicações da manutenção, ao longo de mais de quatro décadas de formas de contratação de professores, denominadas precárias, pela não estabilidade e a falta de vínculo empregatício. Coloca em pauta a chegada do professor à escola, num determinado sistema de ensino, que tem merecido pouca atenção nos estudos sobre a docência na escola básica, visto que as clivagens existentes, em razão da relação de emprego que o professor mantém com o Estado, definem condições objetivas para o exercício do seu trabalho: um professor que tem estabilidade no emprego e vínculo empregatício – o efetivo – estabelece com a comunidade escolar relações muito diferentes daquelas estabelecidas por um professor que não está nessa condição – o temporário ou o eventual, dando indício de que a categoria “professores da rede de ensino” é muito abstrata e que, dessa maneira, a investigação do trabalho docente, em termos objetivos, pode alcançar resultados mais plausíveis, se levar em consideração a diversidade de estatuto do emprego existente nessa organização.

Em seu texto sobre a situação de emprego e o processo de trabalho docente na escola pública paulista, Basílio (2012) apresenta os resultados de uma pesquisa com a finalidade de problematizar a condição docente, a partir do estudo dos processos de obtenção do emprego de professores efetivos (funcionários públicos) e não efetivos (servidores públicos). Observa que a situação de emprego dos professores da rede paulista de ensino é definida por várias modalidades de admissão, os efetivos são os funcionários públicos concursados, e os não efetivos, servidores públicos que passam anualmente por um processo seletivo para manter ou conseguir vínculo empregatício com o Estado, a categoria dos não efetivos, são contemplados com várias modalidades e sofrem variações no decorrer dos anos: extranumerários, subsídios, precários, temporários ocupantes de função-atividade (OFA), estagiários, celetistas, estáveis, eventuais.

1.3 Refletindo sobre os trabalhos estudados

Ao refletir sobre as concepções, caminhos e discussões trazidos pelos 29 (vinte e nove) trabalhos estudados, considera-se que colaboraram para o desenvolvimento desta pesquisa, em quatro importantes aspectos, assim pensados:

O primeiro corresponde ao embasamento histórico e social presente em, praticamente, todas as discussões, que diz respeito às transformações ocorridas no mundo do trabalho por influência da globalização do capital, mobilizado em torno da flexibilização dos contratos e da instabilidade no emprego, recaindo na educação escolar, dentre outros aspectos, em precarização do trabalho docente.

O segundo, proveniente deste novo cenário marcado pelo avanço da tecnologia e da comunicação, pela competitividade e produtividade do mercado capitalista, refere-se à necessidade de se conhecer e analisar as Leis e documentos Federais e Estaduais, que vêm regulando a categoria dos professores temporários, nos Estados brasileiros, em particular, no Estado de São Paulo, a fim de se compreender a recorrente admissão dos professores provisórios, intensificada na década de 1990, em razão das políticas educacionais mercantilistas adotadas pelo Estado.

O terceiro aspecto traz contribuições importantes, por meio das análises dos sentimentos vivenciados pelos professores em suas atividades, sob o impacto das constantes mudanças exigidas do trabalhador, submetendo-o a um novo modelo

profissional. Embora os sentimentos tratados nesses trabalhos não se reportem, em específico, ao professor temporário, trouxeram importantes referências, conceitos e situações presentes na escola contemporânea, que levam os professores a sentirem tristeza, desmotivação, decepção, insatisfação e outros bem mais desconfortantes, como o estresse, o mal-estar e até o sofrimento psíquico, em razão da precarização do mundo do trabalho contemporâneo e do trabalho docente.

O quarto e último aspecto observado nos trabalhos, corresponde às metáforas utilizadas pelos autores na representação deste professor temporário da escola pública de alguns estados brasileiros, inclusive de São Paulo. Elas parecem traduzir, de algum modo, os sentimentos dos pesquisadores a respeito da situação de provisoriação docente, assim como a metáfora que intitula esta pesquisa.

Destacam-se, portanto, as usadas por: Galdino (2012), *Trabalho decente? Para que(m)?; “Lúmpen-professorado”;* Nonnenmacher (2008), *Mercantilização da educação e docência; O Fenômeno da Educação Capitalista;* Latorre (2013), e *professores de verdade,* Basílio (2012), às quais se acrescenta a de *inquilinato docente*, utilizada nesta pesquisa, pois ela é a expressão de instabilidade do professor temporário, que vem incansavelmente atuando em uma escola, hoje, reflexo de um Estado que se move e enxerga a Educação como um mercado econômico e financeiro.

CAPÍTULO 2 – A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE: UM DOS EFEITOS DO CAPITALISMO MODERNO

Neste capítulo, pretende-se discorrer sobre os efeitos do capitalismo moderno em suas diferentes formas de interferir e gerir o mundo do trabalho, com ênfase, na relação entre a estrutura de mercado e a sociedade atual, em que as inovações tecnológicas e científicas têm influenciado sobremaneira no novo perfil exigido do trabalhador e investido intensamente em contratações temporárias. Esta nova configuração do capital, em que destacam-se a flexibilização e adaptabilidade em todas as formas de produção e as trajetórias profissionais, transporta-se para a escola e incide mais especificamente sobre o trabalho docente.

Este cenário global, segundo Castel (2008), sustenta-se nas regulações do trabalho, no enfraquecimento das formas de política salarial, no crescimento do desemprego e na precarização do emprego. Isto tudo, em razão de um Estado que,

em vez de se mobilizar para combater a insegurança social, segue recomendando um retorno à lei e à ordem, que se contradiz ao organizar-se para atender às demandas da produção do lucro e da competição do mercado, criando uma dinâmica de individualização, que passa a operar em toda a sociedade contrária

ao jogo livre de competência e da competitividade que, conforme se promulga ao mesmo tempo, deve reinar no seio da empresa e no mercado. Um Estado puramente dedicado à segurança se condena deste modo a radicar uma contradição entre o exercício de uma autoridade com fendas, ao restaurar a figura do Estado com base na segurança pública para garantir a segurança civil, e um sistema moral frente às consequências de um liberalismo econômico que alimenta a insegurança social. (CASTEL, 2008, p.73-74, tradução nossa).

Portanto, pensar na precarização do trabalho docente como um dos efeitos do capitalismo moderno, é antes de tudo, reconhecê-lo em suas diferentes formas de interferir e gerir o trabalho humano, mantendo desde a sua criação, no final da Idade Média, inclusive hoje, fortes características como um sistema econômico e social da propriedade privada dos meios de produção, livre iniciativa e concorrência entre os indivíduos e as empresas.

A ideia central de que a questão social mantém, ainda hoje, a mesma essência das mudanças econômicas, políticas e sociais ocorridas na Europa do século XIX, em razão da industrialização, é tema dos estudos de Castel (2005), já que afetou e segue afetando a vida das populações e instalando as desigualdades sociais. Para o autor, o Estado moderno traz uma supervvalorização do indivíduo e, paralelamente, um sentimento de fragilidade e vulnerabilidade, ampliando e fortalecendo este Estado protetor e de direito, ao se traduzir em uma contradição que se alimenta, da extrema preocupação por segurança frustrada, a um sentimento de insegurança, mantendo viva a pobreza e a precariedade permanente do proletariado. “Esta é a face sombria do Estado de direito. Deixa em um ponto morto a condição daqueles que não possuem os meios de assegurar a existência por meio da propriedade”. (CASTEL, 2008, p. 40).

Vale destacar ainda que, além da pobreza, o Estado liberal atua como um princípio de desmoralização e de dissociação social, já que os indivíduos não se sentem pertencentes a um grupo ou a uma coletividade. Diante dessa situação, o autor, de forma bem esquemática, apresenta duas propostas que, para garantirem melhores condições ao trabalhador, precisam caminhar juntas. (CASTEL, 2008, p. 41).

A primeira corresponde a “associar garantias de direitos à condição do próprio trabalhador”, em que o trabalho deixa de ter uma relação de “contrato de aluguel do Código Civil” entre um empregador poderoso e um assalariado desamparado, haja vista que o estado possui um “estatuto” com garantias de direito ao trabalhador, à cobertura por acidentes, por doença, além do direito à aposentadoria e ao afastamento. Esse trabalhador passa a ter uma fonte de recursos e de garantias “à condição salarial”, a exemplo da “sociedade salarial” que se formou após a Segunda Guerra Mundial na Europa ocidental, em que praticamente todos os indivíduos encontravam-se protegidos por um sistema de garantias, provenientes do trabalho.

A segunda proposta diz respeito à possibilidade dos membros da sociedade salarial terem acesso “à propriedade social”, nos moldes do pós-guerra, uma solução encontrada na articulação do econômico e do social. Época em que se instala o Estado social a se estender em três vertentes: a garantia da proteção social generalizada, a manutenção do equilíbrio macroeconômico e a busca de um compromisso entre os envolvidos no decurso do crescimento, em todos os setores: educação, saúde pública, planejamento dos recursos, urbanismo e planejamento para as famílias.

O Estado dirige a economia. Constrói uma correspondências entre objetivos econômicos, objetivos políticos, objetivos sociais. Circularidade de uma regulação que pesa sobre o econômico para promover o social e que faz o social o meio de tirar de apuros a economia quando esta se abate.” (CASTEL, 2013, p. 487).

No início da década de 1970, o consumo e a produtividade geraram um acréscimo de contratações para atender à demanda de um novo mercado competitivo, apoiado no desenvolvimento de uma sociedade, já totalmente mergulhada e dependente dos avanços científicos e das tecnologias de informação. A esse cenário de intensas transformações sociais, alia-se a questão dos estados nacionais terem perdido a capacidade de ajustarem a economia mediante o poder do sistema financeiro internacional e do grande capital produtivo e global, conforme valores neoliberais voltados para a redução dos gastos públicos; abertura comercial e liberalização financeira; reformas do sistema de previdência e do mercado de trabalho; privatização das empresas e dos serviços públicos.

Assim, de acordo com Castel (2008), outro fator determinante para a insegurança social, que vem se intensificando nestas últimas décadas, encontra-se

no fato de que as garantias sociais passam a ser efetuadas “a partir da inscrição dos indivíduos em garantias coletivas”, pois em uma sociedade moderna, industrializada, urbanizada, em que as proteções de proximidade debilitaram-se consideravelmente, o indivíduo depende da segurança do coletivo, já construída por regulamentos e estatutos jurídicos, sendo que

o trabalhador como indivíduo de si mesmo, não “possui” quase nada, e ainda tem a necessidade vital de vender sua força de trabalho. É por isso que a pura relação contratual empregador-empregado é um intercâmbio profundamente desigual entre os indivíduos, já que um pode impor suas condições porque possui, para levar adiante a negociação ao seu entorno, recursos que faltam totalmente a outros. (CASTEL, 2008, p. 50, tradução nossa).

O autor acrescenta ainda que a mudança no mundo do trabalho moderno se faz por meio de uma “convenção coletiva”, e o indivíduo ao ser contratado por uma Instituição já está atrelado a um conjunto de regras, que foram anteriormente negociadas e constituídas por organizações sociais coletivas e legalmente constituídas. Muitas vezes, os sistemas de garantias conquistados e firmados por lutas comuns são bastante frágeis e caros, demandando impulso, legitimação e financiamento de um Estado, que vem se revelando pouco capaz de assumir e acompanhar a economia e o controle do mercado, em proveito da manutenção do equilíbrio social.

A nova configuração social do capitalismo atinge o mundo do trabalho, em quase todas as profissões na Europa, demandando e impondo ao trabalhador competências que vão além da técnica, em uma dinâmica de “mobilidade generalizada”, “individualização das tarefas”, “adaptabilidade” e “disponibilidade”, termos estes que, na visão de Castel (2008), repercutem no aumento da insegurança em diversas áreas da sociedade contemporânea.

Vale lembrar ainda que, para Castel (2013), as relações presentes no mundo do trabalho, em constante mudança, apresentam-se por meio do enfraquecimento da condição salarial; fim do quase pleno-emprego e a precarização do trabalho é um processo central, comandado pelas novas exigências tecnológicas e econômicas da evolução do capitalismo moderno.

De acordo com Abramides e Cabral (2003), durante o processo de expansão do capitalismo, o Estado desenvolve políticas sociais e de empregos afinadas com as exigências de produtividade e de lucratividade das empresas, sob controle do grande

capital, sendo que essa intervenção regulacionista é voltada unilateralmente para a força de trabalho economicamente ativa e inserida no sistema produtivo.

No entanto, nos países periféricos, em específico, no Brasil, as transformações econômicas e sociais ocorridas logo após o processo de desindustrialização na década de 1970, aliada à acirrada concorrência mundial no mundo capitalista e o emprego de novas tecnologias, contribuíram para moldar um novo processo de acumulação de tipo flexível, em que, de forma progressiva, começam a surgir a redução de trabalhos estáveis; ampliação do desemprego estrutural e uma expansão do trabalho precarizado parcial, temporário e terceirizado.

Esse capitalismo flexível, segundo Cunha (2011), chega ao Brasil ressignificando o emprego estável para um novo regime, já que a globalização da economia passa a exigir dos governos a flexibilização da legislação do trabalho. A pressão do mercado global aumenta, na década de 1990, com políticas de caráter neoliberais, enfraquecendo os sindicatos e os movimentos sociais brasileiros, além de provocar a redução de garantias e amparo conquistados pelos trabalhadores até a promulgação da Constituição de 1988, considerando também que o conjunto das classes de trabalhadores brasileiros, vive a degradação das condições de vida e de trabalho, incluindo-se os trabalhadores da educação.

Para Brito (2012), a política neoliberal promove o impulso e o desenvolvimento do sistema capitalista de produção e da sociedade capitalista propriamente dita, colocando em um jogo de relações antagônicas e desiguais, as questões sociais intensificadas, de maneira complexa e desafiadora, com a intenção de equilibrar o conjunto de disparidades sociais já presentes. O autor entende que o neoliberalismo aprofunda as diferenças sociais e econômicas, prevalecendo a política de garantia mínima de direitos sociais, com um Estado cada vez mais subjugado pelo sistema mercantil vigente, que se afasta de suas responsabilidades governamentais, transferindo-as aos setores privados.

Os estudos de Castro e Pereira (2014), ao analisarem as políticas educacionais para o ensino superior, mostram que a reforma do Estado nas sociedades capitalistas baseadas na propriedade privada e sob a primazia das estratégias econômicas e político-sociais, possui um movimento que leva à redefinição das estratégias econômicas e político-sociais, de acordo com a lógica do mercado.

Impelido pela necessidade de otimizar os recursos disponíveis e romper com a gestão burocrática, por meio da eficiência e eficácia na administração pública, o

governo brasileiro adotou os contratos de gestão, visando gerenciar os serviços prestados à comunidade. Para as autoras o contrato de gestão constitui um instrumento que possibilita conferir rigorosamente a eficiência, a eficácia e a efetividade, e teve início no Brasil com o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), instituindo as primeiras normativas legais para as mudanças no âmbito da gestão, aprofundadas pelos governos que o sucederam.

O “Programa de Gestão de Empresas”, conforme Decreto Federal 137, de 27 de maio de 1991, instituído pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, foi criado com o objetivo de tornar mais ágil, eficiente e produtivo o setor público, em busca da defesa de ambientes participativos, descentralizados, trabalho em equipe, segurança, criatividade e inovação, defesa esta que parece se contradizer, pois, para Teixeira, Camargo e Salomão (1999) os contratos de gestão seriam úteis para o estabelecimento de critérios de avaliação da eficiência das empresas, além de favorecer a concordância de ação das diferentes esferas do Governo, por meio de definição de metas plurianuais.

Segundo Castro e Pereira (2014), o contrato de gestão pode ser associado a, pelo menos, três mecanismos, oferecidos pela nova e atual gestão pública: a) responsabilização pelo controle social; b) a responsabilização pela introdução da lógica dos resultados; c) a responsabilização pela competição administrada.

Para as autoras, as inovações, como o contrato de gestão, revelam uma administração baseada na eficiência e na eficácia entre o Estado e as Instituições escolares, na lógica de mercantilização de bens e serviços.

Assim, a flexibilização e a provisoriadade, presentes no universo do trabalho atual, inserem-se na educação brasileira, na década de 1990, por meio das reformas do Estado, que passaram a pedir mudanças na organização e na gestão da educação pública, concentrando-se na equidade social, que Oliveira (2001) denomina como o período da “educação e equidade social”. Vale lembrar que, para a autora, a noção de educação e desenvolvimento, no Brasil, vem da necessidade de organizar os sistemas de ensino para atender às exigências do mercado de trabalho, conforme os padrões da “industrialização emergente”, assim mencionando:

O vínculo direto entre escolaridade e trabalho, em decorrência da relação educação e desenvolvimento, é forjado a partir daí, o que pode ser percebido no texto da primeira LDB n.º 4024, de 1961. Tal relação intensifica-se durante o regime autoritário, que tem lugar no Brasil a partir de 1964, apresentando a educação como investimento

produtivo, como ficou expresso na lei 5692, de 1971. (OLIVEIRA; DUARTE, 2001, p. 71).

Essas interferências na educação, em meio à intensa flexibilização que mobilizou a sociedade, em função da economia global, atinge o seu auge nos anos de 1990 e, a escola, ainda de acordo com Oliveira (2001), como traço marcante abraça “uma educação que responda às exigências do setor produtivo (gestão do trabalho) e outra que atenda às demandas da maioria (gestão da pobreza)”. O novo contexto social, já presenciado na Europa, atinge a sociedade brasileira ao se verificar que o perfil profissional solicitado no mundo do trabalho, é baseado em competências de flexibilidade e adaptabilidade, que levam a contratos de trabalho, muitas vezes provisórios.

As formas flexíveis e gestão do trabalho conduzem à precarização, ou vice-versa, a um processo simultâneo que, ao atingir a escola, passa a apresentar modelos de organização muito mais embasados em discursos sobre a prática, do que a própria realidade, daí a importância “de se chegar até o chão da escola” para compreender as mudanças que, de fato, ocorrem no trabalho docente, intensamente atingido por essas transformações. (OLIVEIRA, 2004, p. 1139). Para a autora, dentre tantos efeitos da precarização nas condições de trabalho e remuneração do professor, destacam-se os contratos temporários, aos quais vêm se submetendo esse profissional, nos últimos anos.

Ainda neste sentido, na década de 1990, os trabalhadores da educação passaram a depender de políticas de “arrocho salarial, com grandes perdas econômicas, colaborando para a “deteriorização das condições de trabalho e remuneração”, bem como para a “flexibilização da legislação do Direito do Trabalho”, concebendo diferenças salariais e o “aumento do número de professores contratados temporariamente, em condições precárias no setor público”. (OLIVEIRA, 2006, p. 216)).

Nesse contexto, pretende-se, no próximo item, estudar a Escola Técnica de São Paulo (ETESP) e as suas formas de recrutamento e seleção dos professores contratados, com ênfase nos contratos temporários, por serem estes, os sujeitos desta pesquisa.

Em razão do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS) gerenciar as Faculdades de Tecnologia (Fatec) e as Escolas Técnicas Estaduais (Etecs) tencionava-se, a princípio, compreender a sua dinâmica, a partir do

Plano Estadual de Expansão da rede de ensino técnico e tecnológico no Estado de São Paulo, em 2007, lançado no governo de José Serra e ampliado na gestão de Geraldo Alckmin, até os dias atuais.

2.1 Gestão de Pessoas na Administração Pública do Governo de São Paulo: professor efetivo e não efetivo das Escolas Públicas Paulistas

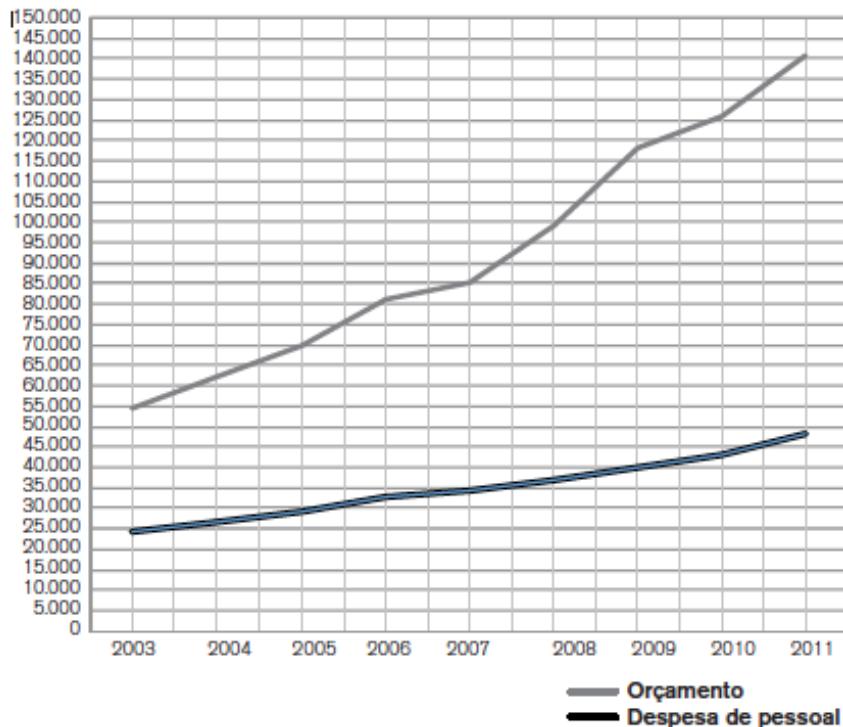
Hoje, a forma de contratação docente, no Estado de São Paulo, encontra-se em conformidade com o panorama da política de Recursos Humanos, voltada para o desenvolvimento de pessoas e para os resultados. Os principais objetivos estabelecidos para o cumprimento desta política, pelo Governo de São Paulo, no período de 2007 a 2009, foram os de renovar a força de trabalho; instituir a meritocracia; reestruturar e remunerar por mérito e competência e, seguindo os padrões de mercado, atualizar, qualificar, motivar e responsabilizar a força de trabalho. (BASSOTTI, 2010, p. 7-8).

Os objetivos estabelecidos pela gestão de pessoas, em São Paulo, conforme menciona Bassotti (2010) mostram a permanência das reformas de Estado ocorridas durante os anos de 1990, na educação brasileira, ao privilegiarem a redução dos gastos públicos e maior participação no setor produtivo. Como lembra Oliveira (2006) a padronização de processos administrativos e pedagógicos assinalam estas reformas, hoje, em razão de concentrar-se na redução de custos e redefinição dos gastos, conforme um modelo de gestão escolar em que se combinam formas de planejamento e controle central na produção de políticas com o descentralizar da execução.

Neste sentido, a realização de concursos públicos e reposição do quadro de pessoal ficou restrita às consideradas áreas essenciais (educação, saúde, segurança), no período de 2007 a 2009, conforme limite imposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n.º 101, de 04/05/2000), que procurou estabelecer metas que equilibrassem o orçamento arrecadado com as despesas de pessoal, conforme o gráfico I.⁸

Gráfico I- Despesa de pessoal e do orçamento da Administração pública paulista

⁸ E-book Contribuições para a Gestão de Pessoas na Administração na Administração Pública – Governo do Estado de São Paulo – Secretaria de Gestão Pública, 2013, p. 15-16.



Fonte: Unidade Central de Recursos Humanos – Secretaria de Gestão Pública – SP (2012).

O gráfico I aponta que, em nove anos, de 2003 a 2011, o orçamento paulista teve um grande salto, e vem contribuindo para manter uma margem de segurança significativa, no que se refere ao custo com pessoal, frente à despesa total do Estado. Segundo a Secretaria de Gestão Pública do Estado de São Paulo, “o crescimento do gasto de pessoal não comprometeu a saúde orçamentária estadual, que se encontra em equilíbrio”. (BASSOTTI; SANTOS; TEIXEIRA, 2013, p. 16).

O Plano de Ajuste Fiscal (PAE) apresenta diversos compromissos de controle, redução e aprimoramento da gestão dos gastos com pessoal, dentre os quais, destacam-se alguns itens do parágrafo 33, relativos aos Sistema Previdenciário, que revelam uma administração pública mais direcionada para o desenvolvimento técnico e econômico do mercado de trabalho. São eles:

aprimorar os instrumentos geradores de informações gerenciais relativos aos reflexos previdenciários de decisões inerentes à política de recursos humanos do Estado que venham a ser implantadas; buscar maior eficiência das organizações públicas, melhorando o nível de despesa com pessoal, que no campo da gestão de recursos humanos compreende ao planejamento da força de trabalho, compatibilizando os quadros de pessoal às estruturas organizacionais; reestruturação das classes e carreiras com características

abrangentes e generalistas, inclusive com amplitude que se alcance o final em no mínimo 25 anos, e ascensão funcional por mérito e por competências; ampliação da sistemática de remuneração do Poder Executivo voltada à gestão de resultado e, por último, implantação de um sistema único de informação aplicável à área de recursos humanos, inclusive com integração e/ou geração de folhas de pagamento, visando, além da racionalidade das atividades, um melhor controle sobre a despesa com pessoa. (BASSOTTI; SANTOS; TEIXEIRA, 2013, p. 17-19)⁹.

Esses ajustes e controles, que, hoje, pretendem demonstrar a eficiência da máquina do Estado de São Paulo, lembra Castel (2013), ao se referir ao Estado de crescimento como a articulação dos dois parâmetros fundamentais que acompanham e compõem laços com a sociedade salarial: o crescimento econômico e o crescimento do Estado Social. Para o autor, a gestão política reuniu-se à sociedade privada, à propriedade social, ao desenvolvimento econômico, às conquistas dos direitos sociais, ao mercado e ao Estado. (CASTEL, 2013, p. 478-479).

O caminho adotado na gestão de pessoas pelos governos do Estado de São Paulo, desde 2004, encontra-se no racionamento dos gastos e na redução da responsabilidade do Estado, enquanto provedor de direitos sociais básicos à população. Contribuindo, portanto, para o incentivo da precarização no mundo do trabalho e a provisoriação dos contratos, conforme dispõe a Lei Complementar Estadual n.º 1093, de 17/07/2009, sobre a contratação por tempo determinado de que trata o inciso X, do artigo 115, da Constituição Estadual¹⁰, formalizada mediante contrato e nas seguintes hipóteses:

Urgência e inabilidade de atendimento de situação que possa comprometer ou ocasionar prejuízo à saúde ou à segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares; Necessidade de pessoal em área de prestação de serviços essenciais, em decorrência de vacâncias, criação de novas unidades ou ampliação das já existentes, afastamentos ou licença para tratamento de saúde; Necessidade justificada de execução de função eventual, transitória e determinada relativa à consecução de projetos de informatização e de natureza técnica especializada;

Para suprir atividade docente da rede de ensino público estadual. (BASSOTTI, 2010, p. 10-11).

⁹ E-book. Contribuições para a Gestão na Administração Pública. Org. BASSOTTI, Ivani Maria, SANTOS, Thiago Souza e TEIXEIRA, Hélio Janny.

¹⁰Para a organização da administração pública direta e indireta , inclusive as fundações instituídas ou mantidas por qualquer dos Poderes do Estado, é obrigatório o cumprimento das seguintes normas: X – a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

As mudanças ocorridas na política de recursos humanos do Estado de São Paulo, de 2007 a 2009, que prevalecem até os dias de hoje, encontram-se pautadas no desempenho e nos resultados, exigindo do trabalhador moderno flexibilidade e ajustes à atividade e às flutuações da demanda do mercado econômico. Retomando Castel (2013), a “flexibilidade” pode levar à corrida da eficácia e à competitividade, assim como à desqualificação dos menos aptos e, a formação permanente, pode funcionar como uma seleção permanente.

As contratações temporárias, nas escolas públicas paulistas, decorrem de uma política de pessoal provisória, que vem regulamentando os professores temporários em diversas categorias, a partir da Lei Complementar 1.093/2009 e se institui em regime jurídico pela Lei n. 500, de 13 de novembro de 1974¹¹.

No texto de Santos, Camargo e Minhoto (2014), essas diversas categorias de docentes não efetivos, em 2012, correspondem a: F (OFA Estabilizado); I (Eventual); L (OFA – CLT), N (OFA Estatutário); O (OFA Quarentena), P (OFA Estável); S (Eventual); V (Eventual), em que a sigla “OFA” significa Ocupante de Função-Atividade e que relaciona os servidores em caráter temporário. Os autores consideram ainda que:

Com exceção dos docentes categorias F, N e P – considerados estáveis – todas as demais categorias mantêm seus vínculos com a rede estadual por meio de contratos em caráter temporário. Apesar das diversas nomenclaturas criadas, entendemos que a grande problemática se encontra na divisão dos docentes em: efetivos e não efetivos. (SANTOS; CAMARGO; MINHOTO, 2014, p. 2).

Das várias considerações apresentadas por Santos, Camargo e Minhoto (2014), é possível dizer que do ponto de vista legal (Constituição Federal – CF/88, em específico o inciso IX, do art. 37), assim como da categorização entre efetivos e não efetivos, a contratação de professores da Escola Técnica de São Paulo (ETESP), guardadas as proporções, peculiaridades e histórico da Instituição Técnica, apresenta equivalência com as das escolas públicas paulistas, embora estejam vinculadas a Secretarias diferentes.

¹¹ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO – Secretaria Geral Parlamentar: Departamento de Documentação e Informação
<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1974/lei-500-13.11.1974.html>.

Considera-se não efetivos todos os docentes que não foram aprovados em concurso público, condição primeira para a titularidade do cargo público de acordo com o inciso II do art. 37 da CF/88. Entre os não-efetivos incluem-se todas as categorias existentes (Categoria O, I, L, N. P, S, V e F) até o ano de 2010, ano em que nosso estudo dispõe de Folha de Pagamento cedida pela Secretaria Estadual da Educação. (SANTOS; CAMARGO; MINHOTO 2014, p. 2).

Por isso, independente das diferentes categorias dos professores não efetivos no Estado, a semelhança encontrada entre as duas Escolas (públicas estaduais e técnicas estaduais), entre o professor efetivo e temporário, está em: o professor efetivo (por tempo indeterminado) da ETESP é aquele aprovado em Concurso Público de docente e o professor temporário (por tempo determinado) é contratado via Processo Seletivo.

2.2 A educação profissional e tecnológica no Estado de São Paulo: um olhar voltado para o Centro Paula Souza

Apesar da educação profissional e tecnológica, no Brasil, ter completado cem anos em 2009, a sua base legal e normativa, hoje, encontra-se na Constituição Federal e na Lei Federal n.º 9.394/96 – LDB, que a colocam na junção entre os direitos do cidadão à educação e ao trabalho. Em seu artigo 227, a Constituição Federal destaca o dever da família, da sociedade e do Estado em “assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”.

O parágrafo único do artigo 39 da LDB n.º 9.394/96 define que “o aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador em geral, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional”. Ressalta-se ainda que, no artigo 40 da mesma LDB, consta uma articulação da educação profissional técnica com o ensino médio em: “A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular, ou por diferentes estratégicas de educação continuada”, em que o termo “articulação” indica a conexão e a manutenção da identidade de ambos, gerando o Decreto n.º 5.154 em 23 de julho de 2004, instaurado no Governo de Luís Inácio Lula da Silva.

Nos estudos de Souza (2010), é a partir da instituição desse Decreto, que novas políticas de educação profissional passaram a ser implementadas no país,

como o programa Brasil Profissionalizado, em vigor desde 2007 e o Programa da Expansão da Educação Profissional (PROEP)¹². No entanto, foi a Lei n.º 11.741, de 16 de julho de 2008, que ao alterar dispositivos da LDB n.º 9394/96, inclui mais um nível na educação básica: A Educação Profissional, que passa a incorporar as definições do Decreto n.º 5.514/04.

Destas regulamentações Federais do ensino técnico e profissionalizante, este estudo direciona-se para o Estado de São Paulo, a partir do governo de José Serra (2007-2010), período em que o ensino técnico e profissionalizante passa por importantes mudanças em decorrência do Plano de Carreiras, de empregos públicos e sistema retributório¹³ dos professores do Centro Paula Souza. Nessas transformações inclui-se o Plano de Expansão do Ensino Profissional¹⁴ que passou a ser uma das prioridades da gestão do governo e conforme Relatório das Atividades da Administração Estadual¹⁵, em 2008 já

foram implantadas 13 novas Etecs e o vestibulinho para o 1.º semestre de 2009 ofereceu 57.995 vagas. Dessas, 16.683 para o ensino médio (aumento de 25,54% em relação às 13.288 vagas oferecidas no 1.º semestre de 2008) e 41.312 para o ensino técnico (aumento de 16% sobre as 35.707 vagas oferecidas no 1.º semestre de 2008). Foram criadas 12 novas Fatecs e para o 1.º semestre de 2009 ofereceu 7.715 vagas (aumento de 23,34% em relação às vagas oferecidas no 1.º semestre de 2008). (RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL, 2008, p. 116).

Para o Governo paulista os destaques dessa expansão voltam-se à implantação de cursos para atender às demandas dos setores produtivos e direcioná-los de acordo com as vocações econômicas de cada região. Nas Fatecs esses cursos inéditos foram os de Bioenergia Sucroalcooleira, Silvicultura e Logística Aeroportuária e nas Etecs o de Agroecologia e o Industrial Madeireiro, a maioria deles implantados por meio de parcerias com outros órgãos do estado, prefeituras e empresas privada.

¹² Ministério da Educação Secretaria Profissional e Tecnológica. Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio. Documento Base. Brasília: 2007.

http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf

¹³ Lei Complementar n.º 1044, de 13 de maio de 2008. Institui o Plano De Carreiras, de Empregos Públicos e Sistema Retributório dos Servidores do Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” – CEETEPS, e dá outras providências.

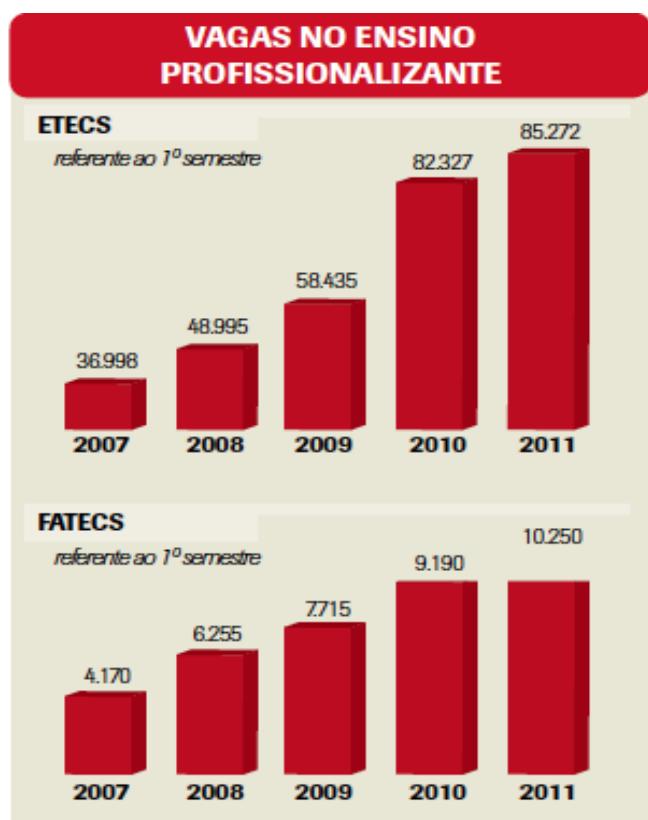
¹⁴ http://www.al.sp.gov.br/StaticFile/sessao_inalta/relatorio_atividades_administracao_estadual_2008.pdf

¹⁵ Relatório das Atividades da Administração Estadual em 2008. Governo do Estado de São Paulo, Mensagem Anual à Assembleia Legislativa do Estado – São Paulo, 2009, p. 116.

Dando continuidade à acelerada expansão do ensino técnico no Estado de São Paulo, tanto em nível superior como médio, a revista SP Notícias organiza no gráfico II, dados representativos desse crescimento: o número de vagas abertas para o ensino profissionalizante, referentes aos primeiros semestres do período de 2007 a 2011. O Portal do Governo do Estado de São Paulo – SP Notícias afirma que mais de 100 mil alunos serão beneficiados, acrescentando que:

Com sede na capital, o Paula Souza abrange 135 Etecs, em 111 municípios paulistas, e 30 Fatecs, em outros 28. As Etecs atendem a mais de cem mil estudantes dos ensinos médio e técnico, oferecendo 77 habilitações, nos setores industrial, agropecuário e de serviços. Açúcar e álcool, automobilística, gestão da produção de calçados e telecomunicações são algumas dessas habilitações. Nas Fatecs, mais de 20 mil alunos estão distribuídos em 31 cursos superiores de graduação, entre os quais agronegócios, mecânica de precisão e produção de plásticos. (SP Notícias, 2007)

Gráfico II – Vagas no Ensino Profissionalizante/ Etecs e Fatecs



Fonte” Revista SPnotícias – Ano 2 – Número 18

O considerável aumento anual de vagas disponíveis para alunos dos cursos técnicos no Estado de São Paulo, conforme mostra o Gráfico II, reafirma um dos grandes desafios do Governo no Plano Plurianual (PPA) de 2008 a 2011, que é a ampliação e o aprimoramento da rede de Escolas Técnicas Estaduais (Etecs) e de Faculdades de Tecnologia (Fatecs), “aumentando a oferta de vagas de acordo com as vocações regionais e as peculiaridades das cadeias produtivas locais”¹⁶.

A expansão do ensino técnico paulista faz parte de um conjunto de ações para “estimular o trabalhador a atingir e manter grau adequado de empregabilidade e/ou refletir e decidir sobre sua ação como empreendedor”. (PPA, 2008, p. 64). Desta forma, para a elaboração de uma política adequada à qualificação do trabalhador, o Governo mantém uma parceria com o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS), a fim de qualificar profissionais às necessidades do mercado regional.

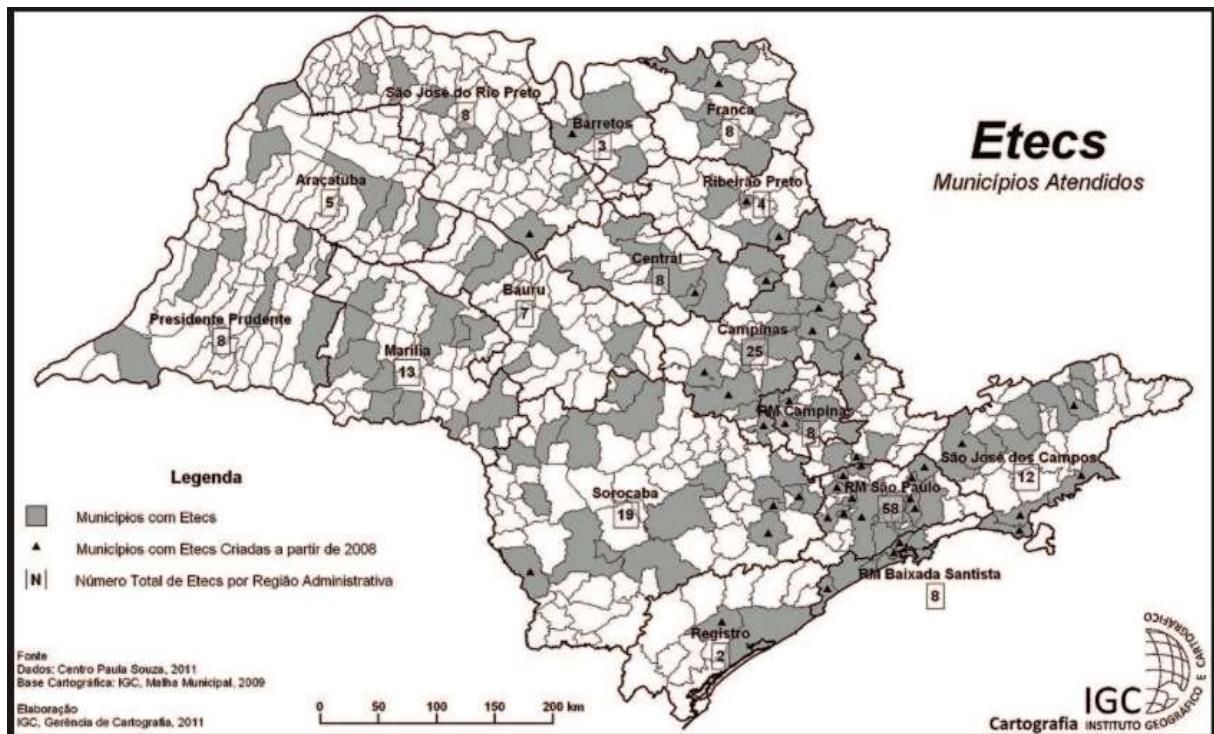
No período de 2012 a 2015, o governador Geraldo Alckmin declara a grande importância de seguir ampliando o ensino técnico e profissional, em todo estado de São Paulo, já que as oportunidades educacionais encontram-se “na aproximação da condição de sociedade educada, cada vez mais apta em atender às exigências e oportunidades abertas pela economia fundada nas novas tecnologias de informação e comunicação”. Enfatiza também que há muitos desafios ainda a serem superados, principalmente, reduzir o número de desempregados e ampliar a parcela formal do mercado, para isso, conta com a Secretaria de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia para:

novos investimentos, reforçando a infraestrutura científica e tecnológica do nosso estado, assim como ampliando as interações entre empresas e instituições de ensino e de pesquisa, de modo a difundir o conhecimento gerado nessas instituições por toda a sociedade paulista. Essa Secretaria, através do Centro Paula Souza, também tem se dedicado a ampliar a oferta de vagas no ensino técnico e tecnológico, assim como nos níveis superior e de pós-graduação – cuja excelência é amplamente reconhecida – de modo a conferir aos jovens paulistas oportunidades crescentes de progresso intelectual e econômico. (PPA, 2012-2015, p. 49).

¹⁶ Governo do Estado de São Paulo – Secretaria de Economia e Planejamento – Plano Plurianual (PPA) 2008-2011 – Lei n.^o 13123 de 8 de julho de 2008.

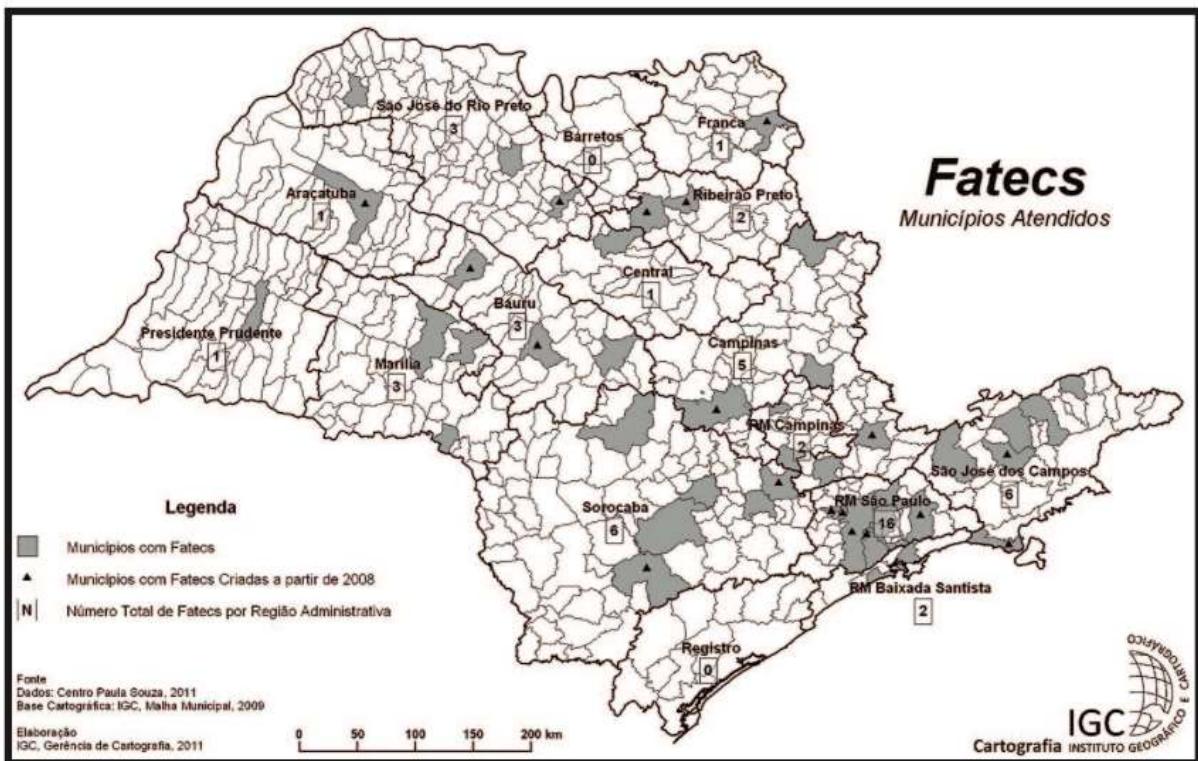
A expansão da educação profissional no Estado de São Paulo, conforme mostram as Figuras I e II, a seguir, acontece por meio do ensino técnico, uma tendência decorrente das reformas da década de 1990, que estipulava como prioridade o ensino técnico posterior ou concomitante à formação em nível médio e direcionava a educação às exigências de mercado. (SOUZA, 2010, p. 58).

Figura I – Distribuição das Escolas Técnicas de São Paulo



Fonte: Plano Plurianual do Governo do Estado de São Paulo - 2012-2015 – p. 50

Figura II – Distribuição das Faculdades Tecnológicas de São Paulo

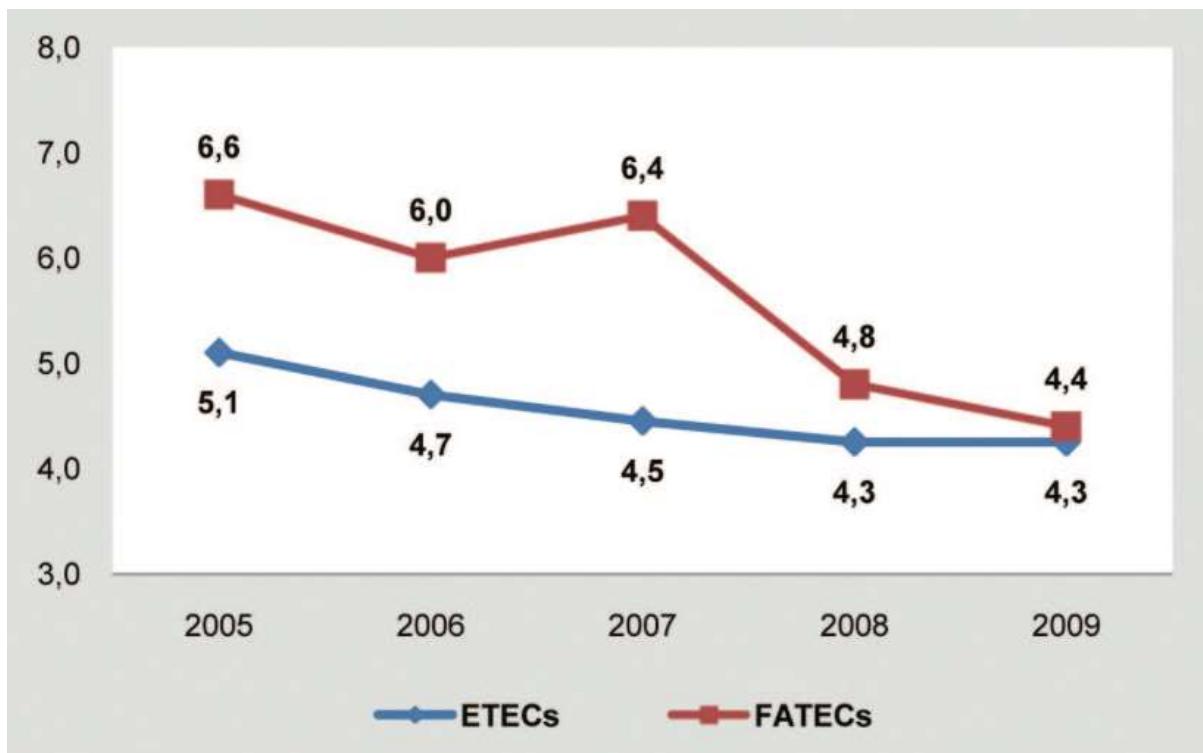


Fonte: Plano Plurianual do Governo do Estado de São Paulo - 2012-2015 – p. 50

As figuras I e II representam o número de alunos matriculados nos ensinos médio técnico e de graduação técnica, distribuídos em todo Estado de São Paulo, no período de 2012 a 2015, contabilizados pelo Centro Paula Souza em: 199 mil estudantes das Etecs, sendo mais de 49 mil no Ensino Médio. No Ensino Técnico, para os setores Industrial, Agropecuário e de Serviços, o número de alunos ultrapassa 150 mil, em 91 habilitações. As Fatecs recebem mais de 46 mil alunos em 51 cursos superiores em tecnologia, o que para o Governo representa o alto nível de empregabilidade dos cursos das Etecs e Fatecs paulistas, já que nas primeiras, quatro a cada cinco formandos saem empregados e, nas segundas, nove a cada dez alunos também saem do curso com emprego. (PPA, 2012, p. 50).

O gráfico III demonstra o investimento na ampliação do ensino técnico e tecnológico em todo o Estado, de 2005 a 2009. Com os resultados, observa-se um avanço contínuo no grau de atendimento à demanda por ensino técnico, tanto no nível médio como no superior. (PPA, 2012-2015, p. 51).

Gráfico III – Evolução do atendimento da demanda por ensino técnico de nível médio e de nível superior – 2005-2009



Fonte: Centro Paula Souza.

Nota: Refere-se ao número de inscritos por vaga.

Conforme dados recolhidos no informativo do Sindicato dos Trabalhadores do CEETEPS, do Ensino Público Estadual Técnico, Tecnológico e Profissional do Estado de São Paulo (SINTEPS) e nos Relatórios de Gestão do Centro Paula Souza, observa-se que a Tabela III, mostra o aumento do número de Fatecs e Etecs, a partir da década de 1980 até 2015.

Tabela III – Evolução na criação de mais unidades FATECS e ETECS

Ano	FATECS	ETECS
>1980	02	06
1993	02	86
2002	09	99
2004	16	105
2005	18	109
2006	26	126
2007	33	138
2008	45	151
2012	45	209
2015	63	217

Dados organizados conforme informativo do SINTEPS¹⁷ e Relatórios

¹⁷ http://www.fedeps.org.br/technologico/Ensino_Técnico_Tecnológico_CEETEPS.pdf

de Gestão do Centro Paula Souza.

O crescente número de unidades, a partir de 2002, é resultado de convênios e parcerias do CEETEPS com prefeituras, sindicatos e organizações sociais, que levaram o Centro Paula Souza a contar, hoje, com 63 Fatecs e 217 Etecs, e contar com cerca de 285 mil estudantes em mais de 300 municípios. Em 45 anos de existência, na última década, o número de alunos nos cursos técnicos e tecnológicos triplicou, com a implantação de novas unidades e cursos e, até 2017 o número previsto de Fatecs e Etecs chega a 80 e 240, respectivamente. (FOLHA DIRIGIDA, 2014).

A Tabela III mostra também um maior enfoque na difusão das ETECS e um crescimento substancial, em relação às FATECS, confirmando o interesse e manutenção do Plano de Expansão do Ensino Profissional, com início no Governo de Serra em 2004, prolongando-se no atual Governo de Alckmin, visto que em 2015 o número de ETECS dobrou.

Esta intensa e constante preocupação com o ensino técnico e profissionalizante, para Souza (2010, p. 06), vincula-se ao processo produtivo em dupla relação, desde que se modifica para atender os novos modos de produção, além de servir o mercado com a formação de mão de obra qualificada àquela demanda. Palavras que se ajustam à missão e à visão estabelecidas pelo Centro Paula Souza, respectivamente, ou seja: “promover a educação profissional pública dentro de referenciais de excelência, visando ao atendimento das demandas sociais e do mundo do trabalho” e “consolidar-se como centro de excelência e estímulo ao desenvolvimento humano e tecnológico, adaptado às necessidades da sociedade”¹⁸, bem como aos seus objetivos estratégicos, constante do Manual do Professor Ingressante 2013:

- a) Antever/Antecipar-se às demandas sociais e do mercado de trabalho;
- b) Obter a satisfação dos públicos que se relacionam com o Centro Paula Souza;
- c) Aperfeiçoar continuamente os processos de planejamento, gestão e as atividades operacionais/administrativas;
- d) Alcançar e manter o grau de excelência diante do mercado em seus processos de ensino e aprendizagem;
- e) Estimular e consolidar parcerias (internas e externas), sinergias e a inovação tecnológica;

¹⁸ Centro Paula Souza – Governo do Estado de São Paulo - Manual do Professor Ingressante, 2013. http://www.eteclencois.com.br/arquivos/Manual_Professor_Ingressante.pdf

- f) Reconfigurar a infraestrutura e intensificar a utilização de recursos tecnológicos;
- g) Promover a adequação, o reconhecimento e o desenvolvimento permanente do capital humano;
- h) Incentivar a transparência e o compartilhamento de informações e conhecimentos;
- i) Assegurar a sustentabilidade financeira da instituição. (MANUAL DO PROFESSOR INGRESSANTE, 2013, p.7).

A Escola Técnica de São Paulo é o foco de estudo dos próximos itens, em destaque para as normas e procedimentos para a contratação docente (os concursos) e o sistema de ensino e seus professores. Dentre as 217 (duzentas e dezessete) Etecs existentes, hoje, no Estado, optou-se pela ETESP, em razão da pesquisadora ter ali atuado como professora contratada por tempo determinado.

2.3 Os concursos e processos seletivos: normas e procedimentos para a contratação docente das ETECS

O Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” – CEETEPS, passa a contratar o seu pessoal tanto por concurso (tempo indeterminado) como por processo seletivo (tempo determinado), inclusive, o professor da Escola Técnica de São Paulo – ETESP, a partir da Lei Complementar Estadual n.º 1.044/2008, de 13 de maio de 2008, que também institui o Plano de Carreira, de Empregos Públicos e Sistema Retributório dos servidores do Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” – CEETEPS, e dá outras providências.

Em seu artigo n.º 10, a Lei n.º 1.044/2008, estabeleceu que “o ingresso nas carreiras e nos empregos públicos permanentes de que trata esta lei complementar far-se-á por concurso público de provas e títulos”, inclusive os docentes por tempo indeterminado das Escolas Técnicas. Já o artigo 52 da mesma Lei Complementar institui o contrato temporário, em que se enquadra o professor por tempo determinado das Etecs:

A contratação por tempo determinado, nos termos da legislação trabalhista, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, poderá ser formalizada, no âmbito do Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” – CEETESP, mediante contrato e na necessidade de pessoal na prestação de

serviço nas áreas de ensino médio, técnico e tecnológico, em decorrência de:

I – dispensa, demissão, falecimento e aposentadoria;

II – criação de novas unidades escolares ou ampliações das já existentes;

III – licença para tratamento de saúde; licença-gestante, bem como outras licenças ou afastamentos que impliquem na imediata reposição temporária;

IV – atribuição de horas-aula a serem ministradas inferior a 4 (quatro) horas semanais;

§ 1.º - A contratação nas hipóteses mencionadas nos incisos I e II deste artigo, quando celebrada, dará início à tramitação de processo para realização de concurso para realização de concurso público.

§ 2.º - O Conselho Deliberativo do Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” – CEETEPS expedirá normas complementares para regulamentação da contratação de que trata este artigo.

§ 3.º - A remuneração do pessoal contratado nos termos deste artigo para exercer as atividades correspondentes aos empregos públicos das carreiras docentes será equivalente ao valor da hora-aula correspondente e a de Auxiliar de Docente, equivalente ao salário mensal fixado para a respectiva inicial da carreira, observada a jornada a que este esteja sujeito. (LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL n.º 1.044/2008, Art. 52).

As informações sobre o processo de seleção pública para as Escolas Técnicas Estaduais (ETECS), referentes a concursos e processos seletivos de docentes, contidas em Deliberações, Comunicados, Instruções do CEETEPS, bem como no Regimento Interno das Etecs, parecem revelar algumas semelhanças, principalmente, quanto a exigências de titulação, modo de seleção e atividades didático-pedagógicas, em caso de contratação. Exigências estas que se amoldam ao pensamento de Martins (2014): “Além dos professores efetivos já conviverem com uma realidade de baixos salários e violência escolar, a situação do temporário é ainda pior. Ele não tem segurança nenhuma”.¹⁹

Os professores contratados por tempo determinado, das Escolas Técnicas, assim como por tempo indeterminado, passam pelos mesmos procedimentos de recrutamento e seleção, diferenciados pelos objetivos instituídos nas Deliberações CEETEPS, conforme a política de contratação vigente no Governo do Estado de São Paulo, atual. A Deliberação CEETEPS – 2, de 28/01/2009 dispõe sobre a contratação por tempo determinado e formação de cadastro de docentes das ETECS, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público; e a Deliberação

¹⁹ Fala de Silvio Martins, vice-presidente do Centro do Professorado Paulista (CPP) – um dos sindicatos de docentes do Estado de São Paulo. Último Segundo Educação: <http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,estado-de-sao-paulo-tem-57-mil-professores-temporarios,1607551>

CEETEPS – 3 de 31/05/2008 orienta as escolas técnicas estaduais para a realização de concurso público, visando preencher o(s) emprego(s) público(s) permanente(s) para admissão na carreira docente das ETECS do CEETEPS.²⁰

As Deliberações, Normas e Procedimentos Internos disponibilizados pelo Departamento de Gestão de Seleção de Docentes e Auxiliares Docentes, do Centro Paula Souza, que embasam o recrutamento e seleção das duas categorias de professores existentes nas Etecs, demonstram que tanto o professor temporário, como o efetivo, passam por semelhantes exigências de titulação e processo de avaliação.

Ambos preenchem uma Ficha de Inscrição com os dados pessoais e titulação acadêmica; caso o número de inscritos não ultrapasse 30 candidatos, serão avaliados por meio de “aula teste” (em caso de Processo Seletivo para contratação por tempo determinado) e “prova de métodos pedagógicos” (em caso de Concurso Público para contratação por tempo indeterminado).

Vale ressaltar ainda que apesar das diferenças de nomenclatura, tanto a “aula teste” como a “prova de métodos pedagógicos” (antes com o nome de “prova didática”) têm o objetivo de avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado à área do componente curricular e sob o aspecto didático pedagógico da prática docente, que seguem as seguintes etapas: preparação de três temas sobre o componente curricular, informados anteriormente no site da Escola Técnica, em Edital, publicado no Diário Oficial do Estado e nas dependências da escola, com a definição também das datas e horários.²¹

Diante da Banca, composta por três professores avaliadores, os candidatos para a “aula teste” ou para a “prova didática”, após o sorteio do assunto, dentre os três temas preparados previamente, têm 15 minutos para a sua apresentação.

Destaca-se que os critérios para avaliação dos candidatos em concurso (prova didática) ou em processo seletivo (aula teste) são os mesmos conforme mostram os ANEXOS I e II.

O ANEXO I refere-se à ficha de avaliação dos candidatos ao Concurso Público de Docente – Edital - Processo CEETEPS. O ANEXO II diz respeito à ficha de

²⁰ Unidade de Recursos Humanos URH - <http://www.centropaulasouza.sp.gov.br/crh/>

²¹ Informações recolhidas nas Deliberações CEETESP n.º 03 de 31/05/2008 (Contratação de docente por tempo indeterminado) e Deliberações CEETESO n.º 02 de 28/01/2009 (Contratação de docente por tempo determinado).

avaliação dos candidatos ao Processo Seletivo de Docente, realizado nos termos do artigo 3.º da Deliberação CEETEPS n.º 2/2009, regulamentado pelo Comunicado CEETEPS – 1/2009, com alterações introduzidas pelos Comunicados CEETEPS n.º 3 E 5/2009).

Observa-se, portanto, que além do professor contratado por tempo determinado da Escola Técnica de São Paulo enquadrar-se nos mesmos deveres do professor contratado por tempo indeterminado, é também selecionado em igual nível de exigências na formação acadêmica, bem como em seu domínio de planejamento, expressão, linguagem/comunicação, procedimentos didáticos e de conteúdo, conforme Anexos I e II, lembrando, ainda, não com os mesmos direitos.

No próximo item, o reconhecimento dos professores deve-se dar, mais recortadamente, por meio da Escola Técnica de São Paulo (ETESP), desde a sua localização, cursos ministrados, sistema de ensino, professores ativos e o número de concursos e processos seletivos para docentes realizados pela Escola, no período de 2010 a 2014, em razão de serem sujeitos e cenário desta pesquisa.

2.4 Um pouco da Escola Técnica de São Paulo (ETESP)

Dentre as quarenta Etecs existentes na cidade de São Paulo, escolheu-se para a realização desta pesquisa, a Escola Técnica de São Paulo (ETESP), localizada no bairro Bom Retiro, visto que a pesquisadora foi professora, contratada por tempo determinado, de julho de 2012 a dezembro de 2014, dessa unidade de ensino.

A ETESP possui duas Classes Descentralizadas, uma funcionando na Escola Estadual Ministro Costa Manso, na Vila Nova Conceição, e a outra no CEU Butantã, no Jardim São Paulo.

A Classe Descentralizada está ampara pela Deliberação CEE n.º 06/99,²² que autoriza sua instalação por tempo determinado, para desenvolver projeto educacional com justificativa social e atendimento a uma demanda. Segundo consta no site do Centro Paula Souza, o CEETEPS expande a sua atuação em municípios que não contam com unidades de ensino da instituição, instalando cursos profissionalizantes que atendam à demanda do mercado de trabalho local, sob a gestão de uma Etec próxima ao município, ampliando assim o acesso à educação pública de qualidade.

²² Conselho Estadual de Educação – Fixa normas para autorização e instalação de classes descentralizadas no sistema de ensino do Estado de São Paulo.

A Classe Descentralizada Costa Manso é resultado da parceria do Programa de Expansão II da Educação Profissional Gratuita do Estado de São Paulo, através do convênio do Centro Paula Souza com a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Este programa possibilita a criação de turmas em salas ociosas das escolas estaduais da Secretaria da Educação, aproveitando a infraestrutura e equipamentos disponíveis. Na Etec Costa Manso, funcionam os cursos de Administração e Finanças, no período noturno, e o curso Técnico em informática, Integrado ao Ensino Médio, é oferecido pelo Programa “Rede Ensino Médio Técnico”, em tempo integral (manhã e tarde). A do CEU Butantã é consequência do Programa de Expansão II da Educação Gratuita do Estado de São Paulo, através da parceria do Centro Paula Souza com a Prefeitura de São Paulo. Os cursos oferecidos são os de Administração e de Recursos Humanos, no período noturno.²³

A equipe de Direção da Escola Técnica de São Paulo é composta por um Diretor; um responsável pelo Núcleo de Gestão Pedagógica e Acadêmica; um Coordenador de Projetos, responsável pela Orientação e Apoio Educacional; um Diretor de Serviços Administrativo; um Diretor de Serviços Acadêmico e um Assistente Técnico Administrativo. A ETESP funciona na parte da manhã, à tarde e à noite com os cursos do Ensino Médio; Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio; Ensino Técnico presencial; Ensino Técnico Semipresencial (modalidade de Educação à Distância – EAD) e Ensino Técnico (presencial) – Cursos de Especialização.

A divisão dos cursos por eixo tecnológico é estabelecida pelo Catálogo Nacional de cursos Técnicos, elaborado pelo Ministério da Educação (MEC). Os cursos oferecidos pela Escola Técnica de São Paulo correspondem a Meio Ambiente Integrado; Eletrônica Integrado; Administração; Ensino Médio; Organização de Eventos Corporativos; Automação Industrial; Administração EaD; Desenho da Construção Civil; Eletrônica; Eventos; Finanças; Informática; Meio Ambiente; Transporte Metroviário e Transporte Rodoviário.

Nos aspectos legais, o Projeto Político Pedagógico da ETESP ajusta-se com os princípios da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB n.º 9.394, de 1996, que estabelece, no artigo 12, que “os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: elaborar

²³ Site da ETESP – Escola Técnica de São Paulo – Classes Descentralizadas.

e executar sua proposta pedagógica". Por isso, esse Projeto reitera os princípios fundamentais da educação nacional, previstos na LDB:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância; V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; VI – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; VII valorização do profissional da educação escolar; VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino; IX – garantia de padrão de qualidade; X – valorização da experiência extraescolar; XI – vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais; XII – consideração com a diversidade étnico-racial. (LDB n.º 9.394, 1996, art. 12).

As diretrizes do processo de ensino e aprendizagem, presentes no Projeto Político Pedagógico da ETESP, baseiam-se na construção de uma Escola Pública de Qualidade, que garanta aos educandos "uma formação que lhes proporcionem competências, habilidades e bases tecnológicas/científicas relacionadas ao mundo científico e do trabalho, à prática social e ao efetivo exercício da cidadania". (PPP ETESP, 2015, s/p.).

2.4.1 Os professores da ETESP

Os contratos dos professores ativos, hoje, na Escola Técnica de São Paulo são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), conforme a promulgação da Emenda Constitucional n.º 19, de 1998, que viabilizou a existência de dois regimes de contratação no setor público, previstos no estatuto do funcionário público. A pesquisa de Souza (2010) aponta que o Centro Paula Souza, autarquia do governo estadual, contrata professores e demais funcionários pela CLT com variações de contrato a partir das necessidades das escolas e as exigências do mercado de trabalho.

De acordo com a Diretoria Administrativa da ETESP, em 2014, os professores ativos na ETESP correspondiam a 98 (noventa e oito), divididos em 80 (oitenta) contratados por tempo indeterminado (os efetivados por Concurso Público), e 12 (doze) contratados por tempo determinado (os temporários selecionados por Processo Seletivo). (ANEXO III).

Em 2015, o número de professores ativos da Escola Técnica passou para 138 (cento e trinta e oito), sendo 119 indeterminados e 19 determinados. (ANEXO IV).

As Tabelas IV e V, a seguir, mostram a movimentação dos professores ativos na ETESP, apenas em 2014 e em 2015, em razão da Diretoria Administrativa da Escola Técnica de São Paulo não possuir arquivos assim organizados nos anos anteriores. Os dados que organizam as Tabelas IV e V foram retirados dos arquivos que compõem os ANEXOS III E IV²⁴.

Tabela IV – Professores ativos na ETESP – 2014-2015

Ano	Indeterminados	Determinados
2014	80	12
2015	119	19

Dados organizados a partir do arquivo dos professores ativos na ETESP, cedido pela Diretoria Administrativa da Escola, Anexos III e IV.

A Tabela IV mostra que proporcionalmente houve uma aumento dos professores determinados, em relação aos indeterminados, de 2014 a 2015, reforçando uma política estadual mais voltada à contratação de professores provisórios. Visando, também, entender este fluxo, comparou-se os dois arquivos cedidos pela Diretoria da ETESP, em que constam os nomes dos professores, e verificou-se que dos 12 professores, determinados em 2014, 03 (três) permanecem na mesma condição em 2015 (professores temporários); somente 01 (um) deles passou para a condição de indeterminado, já os 08 (oito) restantes não constam em nenhuma das listas.

Embora não se tenham os dados relativos aos anos anteriores a 2014, é possível verificar, no período de um ano, a existência de uma alta rotatividade de professores temporários na ETESP, visto que mais da metade não se encontram na Escola. Apesar da rotatividade dos professores temporários não ser objeto de estudo

²⁴ Nos arquivos disponibilizados pela Diretoria Administrativa da Escola Técnica de São Paulo, foram retirados os nomes e os números de documentos (Apêndices III e IV) para resguardo do sigilo.

desta pesquisa, esta amostragem parece revelar mais uma marca da flexibilização dos contratos temporários.

Considerando a questão da formação acadêmica dos professores ativos na ETESP, efetivos e concursados (contratados por tempo indeterminado) e temporários (contratados por tempo determinado, por processo seletivo), APÊNDICE IV, verificou-se que, em 2015, ainda existem professores efetivos e provisórios, com cursos superiores somente no nível de Bacharel e de Tecnólogo, conforme aponta a Tabela V.

Tabela V – Professores ativos com cursos superiores em nível de Bacharel e Tecnólogo

Tipo de contrato	Professores ativos	Bacharel	Tecnólogo
Indeterminado	119	27	02
Determinado	19	07	02
Total	138	34	04

Dados organizados a partir do arquivo sobre os professores ativos na ETESP, cedido pela Diretoria Administrativa da Escola, Anexo IV.

Os dados da Tabela V mostram que, dentre os professores indeterminados (efetivos), 27 possuem formação no nível de Bacharel, e 02 em nível de Tecnólogo. Dentro os determinados (temporários), 07 possuem o nível de Bacharel e 02 professores o de Tecnólogo.

Pelos resultados obtidos, pode-se considerar que o professor do ensino técnico na ETESP não precisa ser necessariamente Licenciado, pois, de 138 professores ativos, 38 deles, hoje, atuam com o grau de Bacharel e/ou Tecnólogo, destacando-se os cursos de Engenharia, Administração, Ciências da Computação, Sistemas de Informação, Processamento de Dados, Arquitetura e Urbanismo, Construção Civil e Ciências Contábeis.(ANEXO IV).

Apesar do que consta no artigo 12, da Lei Complementar 1.240/2014, sobre os requisitos mínimos para ingresso na classe de Professor do Ensino Médio e Técnico das ETECS “ser portador de diploma de licenciatura de graduação ou equivalente, com habilitação específica na área da disciplina a ser lecionada ou formação superior em área correspondente e complementação”, os dados da Tabela V mostram que existem algumas exceções.

Para Souza (2010, p. 3) é o mercado de trabalho que define os critérios mínimos exigidos para a contratação do professor da Escola Técnica, desde que a sua formação superior atenda ao exigido no componente curricular das áreas técnicas. A licenciatura, portanto, é uma escolha posterior aos cursos de Engenharia, Direito e Administração, pois, em caso de não se ter professores licenciados para ministrarem as aulas, conforme exigência preferencial no edital de processo seletivo, a contratação é realizada com a apresentação do diploma do ensino superior correspondente à área, em caso de aprovação.

2.4.2 Carreira do professor efetivo da ETESP: referência e salário

O Plano de carreira dos professores efetivos (concursados) das Escolas técnicas, vinculadas ao Centro Paula Souza, inclusive os da ETESP, é instituído pela Lei Complementar n.º 1.240, de 22 de abril de 2014, altera a Lei complementar n.º 1.044, de 2008, que institui o Plano de carreiras, de Empregos e Sistema retributório dos servidores do CEETESP, encontrando-se o Professor de Ensino Médio e Técnico, no artigo 1.º, Seção II - § 1.º - As classes de Docentes e Auxiliar de Docente, assim instituído:

2 – a classe de Professor de Ensino Médio e Técnico é composta por 3 (três) referências, sendo apresentadas por algarismo romanos de I a III e escalonadas de acordo com as exigências de maior capacitação para o magistério do ensino médio e de educação profissional técnica de nível médio e experiência profissional comprovada, e 15 (quinze) graus por referencia, representados por letras de “A” a “P”. (SÃO PAULO, 2014).

O professor contratado por tempo indeterminado (efetivo e concursado) na Escola Técnica de São Paulo, enquadra-se no Plano de carreiras do Centro Paula Souza, na situação atual, e recebe a denominação de emprego público, conforme Anexo de Enquadramento das Classes – Empregos Públicos Permanentes, Anexo XI

a que se refere o artigo 1º das Disposições Transitórias da Lei Complementar n.º 1.240, de 22 de abril de 2014, de acordo com as disposições transitórias da mesma Lei que diz:

Artigo 2º - Os atuais servidores ocupantes de empregos públicos permanentes correspondentes às classes constantes do Anexo XI desta lei complementar ficam assim enquadrados, a partir de 1º de julho de 2014, na seguinte conformidade:

II – docentes da ETEC:

- a) de Professor I, referência P-1, para Professor de Ensino Médio e Técnico, referência I, grau A;
- b) de Professor II, referência P-2, para Professor de Ensino Médio, referência I, grau C;
- c) de Professor III, referência P-3, para Professor de Ensino Médio e Técnico, referência II, grau A;
- d) de Professor IV, referência P-4, para Professor de Ensino Médio e Técnico, referência II, grau C;
- e) de Professor V, referência P-5, para Professor de Ensino Médio e Técnico, referência III, grau A;
- f) de professor VI, referência P-6, para Professor de Ensino Médio e Técnico, referência III grau C. (SÃO PAULO, 2014).

O Quadro I refere-se ao Enquadramento das Classes de Empregos Públicos Permanentes do CEETEPS, incluindo-se o professor por tempo indeterminado (efetivo e concursado) da Escola Técnica de São Paulo, que se encontra na coluna “situação nova” como Professor de Ensino Médio e Técnico I a III.

Quadro I – Enquadramento das Classes – Empregos Públicos Permanentes do CEETEPS

ANEXO XI
a que se refere o artigo 1º das Disposições Transitórias da Lei Complementar nº 1.240, de 22 abril de 2014

ANEXO DE ENQUADRAMENTO DAS CLASSES - EMPREGOS PÚBLICOS PERMANENTES

SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA	
DENOMINAÇÃO DO EMPREGO PÚBLICO	REFERÊNCIA	DENOMINAÇÃO DO EMPREGO PÚBLICO	REFERÊNCIA
Professor Assistente	PS-1	Professor de Ensino Superior	I
Professor Associado I e II	PS-2 e PS-3	Professor de Ensino Superior	II
Professor Pleno I e II	PS-4 e PS-5	Professor de Ensino Superior	III
Professor I a VI	P-1 a P-6	Professor de Ensino Médio e Técnico	I a III
Auxiliar de Docente I a V	AD-1 a AD-5	Auxiliar de Docente	I a III
Especialista em Planejamento Educacional	7-A	Especialista em Planejamento Educacional, Obras e Gestão	I a III
Especialista em Planejamento de Obras	9-A		
Especialista em Planejamento e Gestão	7-A		
Analista de Suporte e Sistema	8-A	Analista de Suporte e Gestão	I a III
Analista Técnico Administrativo	6-A		
Analista Técnico Educacional	6-A	Analista Técnico de Saúde	I a III
Analista Técnico de Saúde	2-AS		
Técnico de Saúde	1-AS	Técnico de Saúde	I a III
Auxiliar Administrativo	4-A	Agente Técnico e Administrativo	I a III
Técnico Administrativo	5-A		
Técnico Especializado	5-A	Operacional de Suporte	I a II

Fonte: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo: Lei Complementar 1.240, de 22 de abril de 2014.

Em resumo ao artigo 1º das Disposições Transitórias da Lei Complementar nº 1.240, de 22 de abril de 2014, o Quadro I mostra que as referências I, II e III correspondem à situação nova, do professor de Ensino Médio e Técnico. Esse professor enquadrado nas classes de emprego público permanente é aquele contratado por tempo indeterminado pela Escola Técnica de São Paulo, por meio de Concurso Público para Docente.

Acrescenta-se também o Quadro II com os dados referentes à 1.^a etapa de enquadramento dos Professores de Ensino Médio e Técnico, constantes na Cartilha do Sindicato dos Trabalhadores do Centro Paula Souza (Sintesp), com base na mesma Lei Complementar nº 1.240, de 22 de abril de 2014, resultados das últimas lutas e reivindicações dos professores em conjunto com o Sintesp.

Quadro II – 1.^a etapa de enquadramento da nova carreira docente da ETEC

Docentes de ETEC - A partir de 1º de julho de 2014

Situação na carreira anterior			Situação na nova carreira				Variação salarial %
DENOMINAÇÃO	Referência	VALOR	DENOMINAÇÃO	PADRÃO	VALOR		
PROFESSOR I	P-1	14,81	Professor de Ensino Médio e Técnico	I A	17,15	15,80	
PROFESSOR II	P-2	16,59	Professor de Ensino Médio e Técnico	I C	18,55	11,81	
PROFESSOR III	P-3	18,51	Professor de Ensino Médio e Técnico	II A	21,44	15,83	
PROFESSOR IV	P-4	20,88	Professor de Ensino Médio e Técnico	II C	23,19	11,06	
PROFESSOR V	P-5	23,25	Professor de Ensino Médio e Técnico	III A	26,80	15,27	
PROFESSOR VI	P-6	26,07	Professor de Ensino Médio e Técnico	III C	28,99	11,20	

Fonte: Cartilha Sinteps, 2014, p.17.

O Quadro II esclarece e especifica a situação da carreira anterior e da nova do professor de Ensino Médio e Técnico, conforme o Anexo XI a que se refere o artigo 1.º das Disposições Transitórias da Lei Complementar n.º 1.240, de 22 de abril de 2014 (Quadro I). Na situação atual, o padrão de referência se restringe a IA, IC; IIA,IIC; IIIA, IIIC e de acordo com as porcentagens, na variação salarial, nota-se que o padrão A ,de cada referência, obteve um maior aumento.

A escala salarial dos professores efetivos do Ensino Médio e Técnico das ETECS, mais detalhadamente, encontra-se registrada na Tabela VI, que se refere ao Anexo II, do inciso II do artigo 25-A da Lei Complementar n.º 1.044, de 13 de maio de 2008, acrescido pelo inciso I, do artigo 2.º, da Lei Complementar n.º 1.240, de 22 de abril de 2014.

De acordo com a Cartilha do Sintesp, essa tabela se refere à 2.^a etapa de enquadramento, realizada em julho de 2015, no grau (letras), sendo um grau para cada 2 anos de efetivo exercício, no CEETESP, a partir da letra A. (CARTILHA SINTEPS – Nova Carreira, 2014, p. 17).

Tabela VI – Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico

ANEXO II

A que se refere o inciso II do artigo 25-A da Lei Complementar nº 1.044, de 13 de maio de 2008, acrescido pelo inciso I do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240, de 22 abril de 2014

ESCALA SALARIAL - PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

REF.	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N	O	P
I	17,15	17,84	18,55	19,29	20,06	2087	21,70	22,57	23,47	24,41	25,39	26,40	27,46	28,55	29,70
II	21,44	22,29	23,19	24,11	25,08	2608	27,13	28,21	29,34	30,51	31,73	33,00	34,32	35,69	37,12
III	26,80	27,87	28,99	30,15	31,35	32,61	33,91	35,27	36,68	38,14	39,67	41,26	42,91	44,62	46,41

Fonte: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo: Lei Complementar nº 1.240, de 22 de abril de 2014.

Na Tabela VI, observa-se que a escala salarial do Professor de Ensino Médio e Técnico mantém a referência ainda da Lei Complementar nº 1.044, de 13 de maio de 2008. O professor iniciante em caráter efetivo recebe R\$ 17,15 (Dezessete reais e quinze centavos) a hora-aula, mais o percentual de 20% referente às horas-atividade, conforme consta no artigo 5.º das Disposições Transitórias da Lei Complementar nº 1.240 de 22 de abril de 2014, destacando-se que:

fica mantido aos docentes das Escolas Técnicas, o percentual de 20% (vinte por cento) referente ao tempo destinado às horas-atividade de que trata o item do § 3.º do artigo 20 da Lei Complementar nº 1.044, de 13 de maio de 2008, até 31 de dezembro de 2015. (LEI COMPLEMENTAR nº 1.240 de 22 de abril de 2014, s/p).

A título de esclarecimento, exemplifica-se que: Professor II C (antigo Professor IV) que em julho de 2015 estivesse com 10 anos e um dia de efetivo exercício no Ceeteps, no mesmo mês iria para Professor de Ensino Médio e técnico II F. Em julho de 2016, o Sintesp informou que os docentes teriam um terceiro enquadramento para o acerto da referência, de acordo com a titulação, ou seja, se nos enquadramentos de 2014 e 2015 o docente não tivesse chegado à referência relativa à sua titulação (I – graduação, II especialização, III mestrado), em 2016 seria enquadrado na referência compatível com essa titulação. (CARTILHA SINTEPS, 2014, p. 17).

Dentre outras diferenças, o fato de o professor indeterminado (efetivo) e o professor determinado (temporário) da ETESP encontrar-se inserido no Plano de Carreiras CEETESP, como emprego público efetivo, mostra legalmente a condição de provisoriaidade do temporário.

2.4.3 Professor temporário da ETESP: carreira e salário?

Para compreender melhor o salário e referência do professor determinado, no Plano de Carreira da Escola Técnica de São Paulo, foi preciso recorrer à Lei Complementar n.º 1.044, de 13 de maio de 2008, que instituiu o Plano de Carreira de Empregos Públicos e Sistema Retributório dos servidores do Centro de Educação Tecnológica “Paula Souza”, § 3.º, item IV, artigo 52 que diz: a remuneração do pessoal contratado nos termos deste artigo (contratação por tempo determinado): “pelo exercício de atividades relativas aos empregos públicos das carreiras docentes, a remuneração será equivalente ao valor da hora-aula correspondente ao nível inicial das respectivas classes.”²⁵

O professor temporário da ETESP, independente do tempo de atuação e de títulos acadêmicos, a cada nova contratação por tempo determinado, permanece na referência de professor I – A, e o valor da hora-aula, correspondente a R\$ 17,15 (Dezessete reais e quinze centavos), conforme Anexo II – Escala Salarial – Professor do Ensino Médio e Técnico, da Lei Complementar n.º 1.240, de 22 de abril de 2014.

O professor determinado da Escola Técnica de São Paulo ao se encontrar no Plano de Carreira de Empregos Públicos do CEETESP, como um servidor temporário e não concursado, parece representar mais uma das contradições de um Governo mobilizado pelos avanços da flexibilização do trabalho, ao criar brechas nas próprias leis, sobretudo na legislação estadual. (GALDINO, 2012, P. 49).

2.4.4 Os Concursos e Processos Seletivos

Os cursos técnicos de nível médio somente passaram a fazer parte das ações do Centro Paula Souza na década de 1980, apesar de iniciar as suas atividades em 1970, com os cursos de construção civil e mecânica, nas Faculdades de Sorocaba e em São Paulo. Com o total de 14 escolas técnicas de nível médio, no período de 1989 a 1994, o governo de Fleury Filho decretou a transferência das escolas profissionais de nível médio, vinculadas à Secretaria da Educação, para o CEETESP, recebendo as 82 escolas agrícolas, industriais e comerciais e os profissionais que ali atuavam²⁶.

²⁵ Retirado de JUSBRASIL. Art. 52 Lc n.1.044/08, de 13/05/2008. São Paulo.

²⁶ Decreto n.º 37.735, de 27 de outubro de 1993.

<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1993/decreto-37735-27.10.1993.html>

Os professores ligados à Secretaria de Educação, segundo Souza (2010), a princípio, foram transferidos para escolas estaduais, próximas às escolas técnicas, em suprimento ao Centro Paula Souza, até a realização de um concurso próprio para a contratação docente. Em 1994, realizou-se o primeiro concurso para ingresso, nas escolas técnicas de São Paulo, e, a contratação, nos mesmos moldes da Secretaria de Educação, foi pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Os concursos realizados pelo Centro Paula Souza, a partir de 1994, eram para a contratação de professores por tempo indeterminado, conforme o número de aulas necessárias e disponíveis. Em 2008, o Governador José Serra (2006-2010), institui o Plano de Carreiras de empregos públicos e sistema retributório dos servidores do Centro Paula Souza, com a justificativa de “providências indispensáveis para concretizar o processo de expansão dos cursos técnicos de nível médio e do ensino tecnológico de nível superior, em consonância com as metas fixadas pelo governo” (Projeto de Lei Complementar n.º 10, de 2008)²⁷, modifica as formas de contratação e progressão na carreiras dos professores.

O projeto tem por finalidade adequar o Quadro de Pessoal da instituição às necessidades de hoje, bem como dar atendimento ao ambicioso projeto de expansão determinado pelo governo e previsto para ser implantado no período de 2007-2010: aumento de 77 mil para 177 mil matrículas nos cursos técnicos de nível médio; 24 mil para 70 mil no Ensino Médio das Escolas Técnicas Estaduais – ETECs – e de 22 mil para 60 mil as matrículas no ensino tecnológico de nível superior, com a duplicação das Faculdades de tecnologia – FATECs – existentes no início deste governo, de 26 para 52 Faculdades de Tecnologia. (PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR n.º 10, de 2008).

Observa-se que desde a implantação do Plano de Carreiras, as Escolas Técnicas vêm recrutando professores para a formação de cadastro reserva, por meio da contratação por tempo determinado, nos termos do artigo 52 da Lei Complementar 1.044, de 2008:

A contratação por tempo determinado, nos termos da legislação trabalhista, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, poderá ser formalizada, no âmbito do Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza”- CEETESP, mediante contrato e na necessidade de pessoal na prestação de

²⁷ Projeto de Lei Complementar n.º 10, de 2008.
www.al.sp.gov.br/spl/2008/03/Propositura/11250846_783814_plc10.doc

serviço nas áreas de ensino médio, técnico e tecnológico... (LEI COMPLEMENTAR n.º 1044/2008).

Considerando-se as mudanças ocorridas nas formas de recrutar e selecionar os professores contratados pelo Centro Paula Souza, apresenta-se o resultado de uma pesquisa elaborada com base nos Diários Oficiais do Estado de São Paulo sobre o número de Concursos (contratação de professores por tempo indeterminado) e Processos Seletivos (contratação de professores por tempo determinado) para a Escola Técnica de São Paulo, de 2010 a 2014.

Optou-se por esse período, pois, além de coincidir com a fase do Programa de Expansão das Escolas Técnicas pelo Governo do Estado de São Paulo, cinco anos parecem oferecer uma boa visão da política de contratação adotada pelo CEETEPS, ainda hoje. Os dados organizam-se nas Tabelas VII e VIII, a partir de informações retiradas do APÊNDICE I, da seguinte forma:

Tabela VII – Diário Oficial / Concursos Públicos

Ano do Edital	Concursos Públicos	Componentes Curriculares
2010	03	09
2011	07	18
2012	08	14
2013	03	08
2014	01	02
Total	21	51

Dados referentes à pesquisa nos Diários Oficiais do Estado de SP 2010 a 2014 – Editais 018 (Escola Técnica de São Paulo –ETESP).

Tabela VIII – Diário Oficial / Processos Seletivos

Ano do Edital	Processos Seletivos	Componentes Curriculares

2010	06	36
2011	04	17
2012	04	27
2013	03	18
2014	01	21
Total	18	119

Dados referentes à pesquisa nos Diários Oficiais do Estado de São Paulo: 2010 a 2014 – Editais 018 (ETESP).

Em razão dos componentes curriculares, corresponderem às vagas disponíveis em concursos e em processos seletivos, a tabela VIII aponta que, no período de 2010 a 2014, a Escola Técnica de São Paulo abriu 119 (cento e dezenove) possibilidades para a contratação de professores temporários, enquanto, para professor efetivo, Tabela VII, somente 51 (cinquenta e uma), ou seja, menos da metade.²⁸

Essa tendência à contratação provisória, em apenas uma única Escola Técnica, pode relacionar-se ao fato de que o professor, por tempo determinado, nunca ultrapassa a categoria I permanecendo sempre com o salário no nível inicial, já que ele não tem direito ao Plano de Carreira. Para Galdino (2012), o objetivo de o Estado de São Paulo manter a distribuição de professores efetivos e temporários é o de se beneficiar com a redução de custos, em relação à folha de pagamento.

Pensando na condição provisória do professor contratado por tempo determinado, da Escola Técnica de São Paulo, e na dos professores temporários, da rede pública paulista, é possível considerar que vivenciam, hoje, ainda mais intensamente, os efeitos da precarização do trabalho docente, produzidos por políticas educacionais, e reformas de ensino preocupadas com uma educação brasileira orientada para o fortalecimento do mercado econômico e financeiro, desde a década de 1990.

²⁸ As diretrizes para lecionar os componentes curriculares são estabelecidas conforme o Catálogo de Requisitos de Titulação para Docência – Deliberação CEETES n.º 06, de 16/01/2008.

Dentre alguns obstáculos e dificuldades de ordem objetiva (salário, carreira, condição de trabalho e prática docente), que envolvem o professor temporário das escolas da rede pública de ensino e das escolas de ensino técnico, o próximo capítulo vai em busca dos sentimentos advindos dessa condição de provisoriaidade, em específico, nos professores da Escola Técnica de São Paulo.

CAPÍTULO 3 – SENTIMENTOS DE UM INQUILINATO DOCENTE

A metáfora “inquilinato docente”, que se encontra no tema deste trabalho e nomeia este capítulo, simboliza a rápida passagem do professor contratado por tempo determinado, no espaço escolar e, em razão do constante sentimento de não pertencimento à Escola Técnica, que a pesquisadora se percebia envolvida, no período em que ali esteve, na condição de professora provisória.

Após atuar durante seis meses, um ano ou, no máximo, dois anos, variando conforme as cláusulas estabelecidas no contrato, e interesse da escola, o professor precisa deixar o “móvel” e “entregar as chaves”, abandonando, muitas vezes, projetos e esperanças no meio do caminho e impedido de dar prosseguimento aos ajustes e melhorias visualizados no cotidiano de sua prática em sala de aula.

Pensando nos aspectos de descontinuidade do trabalho docente, e no sentir destes professores frente à condição de provisoriação, é que se pretende, neste capítulo, alcançar os objetivos de identificar, compreender e analisar os sentimentos dos professores contratados por tempo determinado da Escola Técnica, decorrentes dessa condição de provisoriação. Para tanto, optou-se pela entrevista semiestruturada como metodologia de pesquisa, considerando ainda que este caminho se fundamenta nos teóricos e autores pesquisados, a fim de se encontrar respostas para as duas questões, a seguir:

1. No período em que vivenciaram a condição de professores determinados da Escola Técnica de São Paulo, que sentimentos manifestaram?
2. Estes professores perceberam os sentimentos derivados dessa condição? Em que momento?

As entrevistas foram realizadas na Etec Costa Manso, uma das classes descentralizadas da Escola Técnica de São Paulo, com 03 (três) professoras, que vivenciaram a condição de professoras temporárias na Escola Técnica de São Paulo e, hoje, encontram-se em diferentes condições. Nomes fictícios foram adotados para preservar a identidade das professoras entrevistadas.

Laura e Celina atuam, hoje, como professoras efetivas na Escola Técnica de São Paulo, e Priscila, não se encontra mais como professora da ETESP. No entanto, aceitaram contribuir para a realização da pesquisa, pois afirmaram ter ainda bem nítidas as lembranças do período em que atuaram como professoras temporárias na Escola, além de reconhecerem a importância do assunto.

Com base nos dados presentes nos arquivos da Diretoria Administrativa da ETESP, sobre os professores indeterminados e determinados ativos na Escola, ANEXOS III e IV, e confirmados pelas professoras entrevistadas, constata-se que:

Laura ficou como professora temporária de julho de 2012 a dezembro de 2014 (período de um ano e meio); e em março de 2014, devido à sua aprovação em um concurso público para docente, aberto no início de 2014, retorna à ETESP como professora efetiva e se encontra na Escola, até hoje.

Celina atuou como professora determinada de 2012 a 2013 (período de um ano) e passou a professora efetiva da Escola Técnica em 2014, permanecendo na Escola, até o presente momento.

Priscila foi professora temporária, de novembro de 2013 a agosto de 2015 (período de um ano e meio), da ETESP, e, após a rescisão do contrato, continuou somente com o emprego na Empresa em que trabalhava, antes da docência na Etec Costa Manso.

Em razão de, praticamente todos os professores da ETESP, terem outro emprego, em horários opostos às aulas, a pesquisadora encontrou algumas dificuldades para a realização das entrevistas, pois, os professores, ou chegavam em cima do horário das aulas, à noite, com início às 19 horas, ou após as aulas, no período da manhã, que terminavam às 12 horas, só tinham tempo para o almoço, ou um lanche, antes de se dirigirem para os outros locais de trabalho.

Com a autorização do Diretor da ETESP e do Coordenador da Etec Costa Manso, várias visitas foram realizadas entre os anos de 2013 e 2014, para as primeiras informações sobre os objetivos, o teor, o cenário e os sujeitos da pesquisa. Após diversos contatos, por telefone e por e-mail, conseguimos marcar as entrevistas, no final dos bimestres, pois as professoras poderiam dispor de um tempo maior, para a realização das entrevistas, e a escola encontrava-se mais silenciosa e propícia às gravações, por ser um período de correção de provas e entrega de notas.

As entrevistas tiveram, em média, a duração de 1h20min (uma hora e vinte minutos) e seguiram o Roteiro de Entrevista – APÊNDICE II, previamente elaborado, com o objetivo de entrevistar os professores, que estão, ou já estiveram na condição de contratados por tempo determinado, na Escola Técnica de São Paulo (sujeitos e cenários da pesquisa de Mestrado), a fim de identificar os sentimentos que se manifestam no início, durante as suas atividades docentes, bem como ao término do contrato.

Com o intuito também de alcançar os objetivos e responder às indagações, a pesquisa dividiu-se em duas etapas, sendo que a Etapa 1 corresponde ao *Perfil das professoras entrevistadas*, e a Etapa 2, às *Categorias gerais e questões: sentimentos*.

- Etapa 1 - mapeamento dos sujeitos com os dados pessoais (idade, sexo, estado civil, cidade e bairro, família); profissionais (tempo na docência e na Escola Técnica de São Paulo; tipo de contrato, disciplinas ministradas, carga horária em outras instituições). (Quadros II e III).
- Etapa 2 - Roteiro de Entrevistas organizado com 28 (vinte e oito) questões em torno de cinco categorias gerais: O Ingresso; Na Instituição; O Trabalho; A Remuneração; A Saída; Contribuições. (Quadro IV).

Nas datas e horários combinados com as professoras, em diferentes dias, e antes da gravação da entrevista, mais uma vez, era apresentado o objetivo da pesquisa, esclarecendo que seus nomes seriam resguardados na transcrição das mesmas e substituídos por nomes fictícios. Cientes do Termo de Participação, assinaram, concordando com os registros de suas respostas gravadas e com a análise e divulgação dos resultados, para a composição deste texto, APÊNDICE III.

Com a autorização das professoras, as entrevistas foram transcritas com base nas gravações e correspondem aos apêndice: APÊNDICE IV (entrevista com a professora Priscila); APÊNDICE V (entrevista com a professora Laura) e APÊNDICE VI (entrevista com a professora Celina).

3.1 Perfil das professoras entrevistadas

Alguns dados, sobre o perfil das professoras entrevistadas, encontram-se no Quadro III e referem-se à idade, sexo, estado civil, bairro/cidade, número de membros na família, tempo de docência e tempo de ETESP.

Quadro III – Perfil das professoras entrevistadas da ETESP

Entrevistadas/nomes fictícios	Idade na data da entrevista	Sexo	Estado civil	Cidade Bairro de moradia	Família Membros que residem	Tempo docência	Tempo ETESP

Priscila	37	F	Solteira	Liberdade SP	01 mora sozinha	01 ano	01 ano
Laura	50	F	Casada	Jardim Miriam SP	02 um filho	08 anos	03 anos
Celina	53	F	Solteira	Osasco SP	03 pai e mãe	32 anos	05 anos

Dados coletados das entrevistas: idade, sexo, estado civil, cidade/ bairro, tempo docência e tempo na ETESP

Os diferentes tempos de docência das professoras, constantes no Quadro III, aliados ao teor de suas falas, na entrevista como um todo, apontaram para alguns pontos convergentes com os estudos de Huberman (1989), na relação entre as fases da carreira e os anos de docência. No entanto, a comparação estabelecida entre o tempo de docência das professoras entrevistadas e a pesquisa do autor citado, só pode ser possível, a partir do conceito que ele adota sobre carreira:

O conceito de “carreira” apresenta, entretanto, vantagens diversas. Em primeiro lugar, permite comparar pessoas no exercício de diferentes profissões. Depois, é mais focalizado, mais restrito que o estudo da “vida” de uma série de indivíduos. Por outro lado, e isso é importante, comporta uma abordagem a um tempo psicológico e sociológico. Trata-se, com efeito, de estudar o percurso de uma pessoa numa organização (ou numa série de organizações) e bem assim de compreender como as características dessa pessoa exercem influência sobre a organização e são, ao mesmo tempo, influenciadas por elas. (HUBERMAN, 1989, p. 38)²⁹.

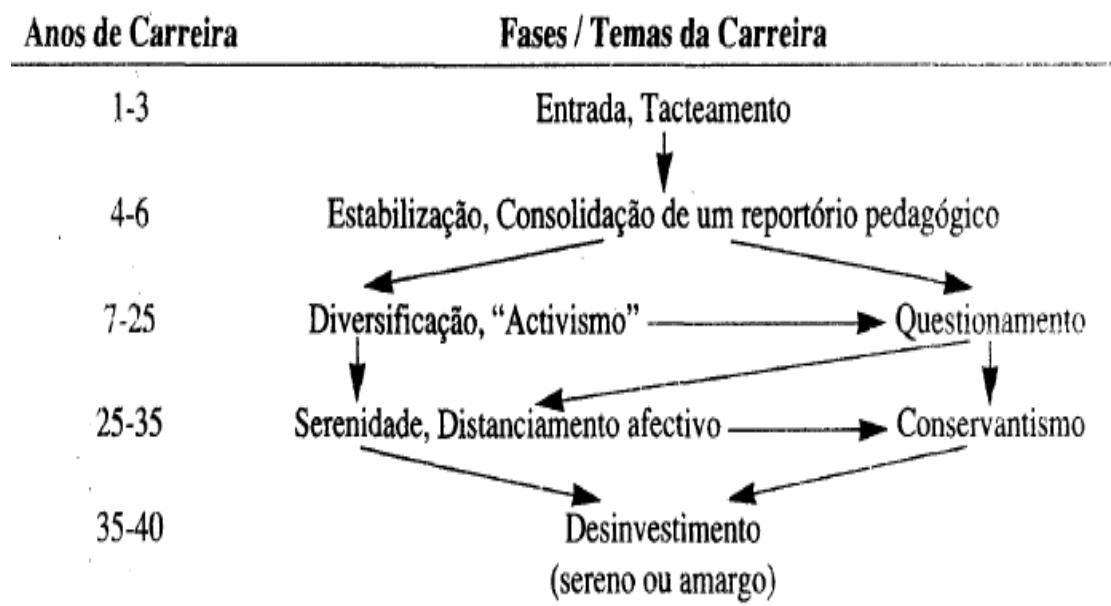
Além disso, Huberman (1989) explica que limitou o seu estudo, sobre o conceito de carreira, fixando a atenção, mais particularmente, nos professores que não tivessem nenhuma responsabilidade no setor administrativo, focando sua pesquisa, portanto, essencialmente, na carreira docente; a carreira daqueles que, ao longo da vida, viveram situações de sala de aula, como professores.

Com base nesse contexto, é que a professora Priscila, com um ano na carreira docente, parece encontrar-se na fase da “entrada, do tateamento”; Laura, com oito anos de docência, na fase de “diversificação, ativismo e questionamento”; Celina, com

²⁹ In NÓVOA, António (Org.). **Vida de Professores**. Portugal: Porto Editora, 1989, p. 3 à 51.

trinta e dois anos na carreira de professora, na fase de “serenidade, distanciamento afetivo e conservadorismo”, conforme mostra a Figura III.

Figura III – Fases da Carreira docente – anos e temas



Fonte: *Vida de Professores – O Ciclo de Vida Profissional dos Professores*, p. 47.

Em relação à idade e o tempo de docência, o Quadro III permite situar a professora Priscila, com 37 anos de idade, e com um ano na carreira docente, à fase da “entrada e tateamento”, predominando o aspecto da “descoberta”, que traduz o entusiasmo inicial e a satisfação, por experimentar um novo marco social. Ao ser questionada sobre a fase inicial na ETESP (acolhimento e orientação administrativa e pedagógica, pode-se observar o interesse, a vontade de aprender e a melhoria de sua prática pedagógica.

Fui bem acolhida e, como não sabia como funcionava, fui ao RH e pedi orientação sobre os meus próximos passos. E me indicaram falar com a Nair (acho que era a coordenadora na época) e perguntei várias coisas. Não tenho do que reclamar ... Li a documentação que ela me passou e fui um dia antes de começar para conversar com ela e saber o que era esperado, porque era a minha primeira vez como professora. Então as orientações foram passadas sobre o que pode e o que o aluno não pode fazer. Levei o material para casa. (PRISCILA, p. 164).

No que se refere ao relacionamento com alunos, carga horária, turmas e horários, a professora fala em criar um clima harmonioso com os alunos, propício à participação.

Por ser minha primeira experiência, em sala de aula, como docente, tudo era novidade. Fui muito bem acolhida pela coordenação e professores e consegui criar um clima harmonioso com os alunos das duas turmas onde atuei. De modo geral, os alunos foram participativos nas aulas, se sentiram à vontade para questionar, sugerir, criticar, sempre com respeito, mesmo os mais bagunceiros. (PRISCILA, p. 166).

Em sua primeira experiência, como docente, não encontrou dificuldades, limitações ou pressões, em relação ao seu trabalho na unidade escolar, ao contrário, sente-se realizada e, mais uma vez, preocupada com a aprendizagem do aluno.

Profissionalmente me sinto realizada, pois a experiência foi muito gratificante. Mesmo sendo cansativo, muitas atividades para corrigir, estudar para elaborar as aulas, pensar em como auxiliar os alunos a montar a própria linha de raciocínio, tem o outro lado, totalmente gratificante, de autorrealização. (PRISCILA, p. 166).

Muito satisfeita, pois recebi o feedback da coordenação e, dos alunos, que o conteúdo foi absorvido, e os ajudei a verem o mundo com outros olhos, novas perspectivas em suas carreiras profissionais e na vida. (PRISCILA, p. 168).

A literatura empírica, diz Huberman (1989), indica dois aspectos na fase dos três anos iniciais da carreira de professor: o da sobrevivência e o da descoberta. Para Priscila prevalece a da “descoberta” e da “exploração”, pois, além do entusiasmo e da satisfação pela carreira escolhida, a professora está atenta ao seu desempenho quanto à disciplina e ao aprendizado dos alunos. Vai em busca de informações e de material que a oriente sobre as normas da Instituição, no preenchimento dos Diários de Classe e nos procedimentos em sala de aula, revelando uma fala marcada por sentimentos de “novidade”, “gratidão”, “autorrealização” e “acolhimento”.

Assim, vale lembrar que as discussões atuais sobre o processo de inserção do professor na escola, na fase inicial da carreira docente, vêm compondo o campo da pesquisa educacional brasileira, por suscitar reflexões sobre as inquietações em decorrência do exercício da prática pedagógica. (ARAUJO, CAVALCANTE e NASCIMENTO).

O Quadro III mostra a professora Laura, com 50 anos de idade, e 8 anos de docência. Pelo tempo de docência, ela se encontraria na fase de “diversificação”,

“ativismo” e questionamento” da carreira, no entanto, por não se tratar de um ciclo homogêneo, observa-se, na fala de Laura, alguns traços da “estabilização” (de 4 a 6 anos de profissão).

Na questão, como foi para ela trabalhar como professora contratada, aparecem sentimentos de pertencimento à escola, em diversas situações, e de compromisso com a realização de um trabalho de qualidade.

Eu me sentia pertencente da escola, mesmo como professora determinada, em várias situações, em sala de aula, conversando com os colegas, coordenadores e em reuniões de conselho de classe. Os alunos nem percebem a diferença, porque eu tinha um compromisso com este pessoal, e sempre valorizei muito o aluno do curso noturno, sem desmerecer os outros, mas eles saem muito cedo, trabalham o dia todo e ainda têm disposição para estudar à noite; esse aluno do curso noturno tem um quê de especial. Já, os momentos em que me sentia excluída, chateada e triste mesmo, eram os de não poder participar de certas capacitações e promoções, que só o professor indeterminado pode. Depois me lembrava de que eu tinha consciência de minha condição, mesmo que eu almejasse algo a mais, por meu trabalho realizado com qualidade, eu fui avisada e até assinei um contrato. (LAURA, p. 174).

Em relação ao trabalho realizado eu me sinto bem. Gosto do que faço e me dedico bastante. (LAURA, p. 176).

Estar como professor contratado na ETESP é ter uma boa oportunidade de aprendizado e experiência para a carreira docente. (LAURA, p. 178).

Em razão da correspondência entre os anos de carreira docente e as fases estabelecidas, na Figura III, serem tendências possíveis, a fala da professora Laura parece revelar traços da fase de “estabilização”, dos 4 aos 6 anos de carreira, mais do que propriamente da “experimentação e diversificação”, dos 7 aos 25 anos, talvez por ainda se encontrar na transição entre uma fase e outra. A etapa da estabilização é marcada por um sentimento de pertença e de comprometimento profissional, e Laura sente-se parte da escola, além de expressar o seu compromisso, principalmente, com os alunos do curso noturno, vislumbrando em sua condição de temporária uma oportunidade de aprendizado e experiência para a carreira docente.

O Quadro III aponta a professora Celina, com 52 anos de idade, e com 32 anos de docência. A sua fala mostra alguns pontos que parecem corresponder à fase da “serenidade e “distanciamento afetivo”, lembrando que ao ser questionada sobre o

seu conhecimento a respeito da história, missão e valores do Centro Paula Souza, órgão ao qual a ETESP está ligada, demonstra segurança e conhecimento, assim como no momento de sua opção para prestar o processo seletivo da ETESP.

Porque com a pretensão de aprofundar os conhecimentos em ensino técnico, pois observei que tinha várias disciplinas (componentes) para a minha área de formação em pedagogia e em direito. participei de três processos seletivos, na mesma época, para Ética e Cidadania Organizacional, Administração Jurídica e Direito e Legislação. Sendo aprovada nas três, fui chamada para dar aula de Ética e Cidadania. (CELINA, p. 182).

Eu conheço porque fui buscar informações, a respeito, no percurso da contratação, porque estas informações não são divulgadas pela área de comunicação da Instituição. Com certeza estas informações são relevantes para buscarmos a melhoria das aulas, visando a formação do educando para o mercado de trabalho, que é o foco da Instituição, desenvolver o CHA... Conhecimentos, habilidades e atitudes (risos). (CELINA, p. 182).

Ao responder sobre as dificuldades, limitações ou pressões encontradas durante o seu trabalho na ETESP, mostra-se confiante para dizer das dificuldades e das limitações encontradas quanto à gestão e projetos pedagógicos.

Dificuldades de compartilhar conteúdos com outros docentes, pois o plano de curso é interdisciplinar, mas não acontece na realidade. Com relação à gestão pedagógica, por estar na unidade da sede, não temos o acompanhamento do coordenador pedagógico, fazendo você mesmo essa função maçante para todos, pois você precisa de outras pessoas participando do processo de formação do aluno. Sinto limitação nos projetos pedagógicos e sinto que eu poderia agregar muito mais, meus conhecimentos e práticas na unidade, porém acaba sempre limitado ao Plano de Trabalho Docente (PTD). (CELINA, p. 183).

A expressão “condições razoáveis” mencionada pela professora Celina, ao responder sobre o seu trabalho, realizado na unidade escolar como professora contratada, justifica-se pela falta de recursos didáticos e pedagógicos e pelo espaço físico.

Sinto-me em condições razoáveis, faltam alguns recursos didáticos e pedagógicos e o espaço físico é também razoável, e esta situação acontece por estarmos em uma extensão, fora da sede, em espaço de terceiros. (CELINA, p. 184).

Ao responder se a professora percebe alguma diferença entre a participação dos professores efetivos e dos contratados em reuniões pedagógicas, complementa ainda informando que todos os professores (indeterminados e determinados) são obrigados a comparecerem às reuniões pedagógicas, pois a sua presença é computada na pontuação anual para atribuição de aula.

As reuniões pedagógicas são semestrais, onde aborda as metas, dados estatísticos da instituição, projetos e outros. Não vejo diferença entre a participação dos docentes determinados e indeterminados, na verdade todos são obrigados a participar, pois a presença é computada na pontuação anual para atribuição de aula. (CELINA, p. 183).

A fase de “serenidade e conservadorismo” leva a uma sensação de confiança e serenidade, pois, as pessoas nessa etapa da carreira docente, nada mais têm a provar aos outros, ou a si próprias. Nas falas da professora Celina pode-se notar segurança e conhecimento, no que expressa em relação à sua atividade docente, reconhecendo ainda as dificuldades, obstáculos e limitações do trabalho pedagógico da Escola.

O Quadro IV mostra o perfil das professoras entrevistadas, de acordo com os aspectos: disciplinas ministradas; tipo de contratação e período; carga horária e, se atuam em outra instituição.

Quadro IV – Perfil das professoras entrevistadas da ETESP

Entrevistados	Disciplinas	Tipo de Contrato	Carga horária	Outra Instituição
E.1- Priscila	Gestão de pessoas; Empreendedorismo e Técnica Organizacional	Determinado: nov. 2013 a ago. 2015.	10 horas semanais / noite	Turismo e Tecnologia; Supervisora. 8 horas p/dia

E.2 - Laura	Empreendedorismo, Ética e Plano de Trabalho de Conclusão de Curso	Determinado jul. 2012 a dez. 2014	20 horas semanais / noite	Não atuo em outra empresa
E.3 - Celina	Administração Jurídica; Legislação Empresarial; Criação e Desenvolvimento de Empresa; Gestão de Pessoas; Ética e Cidadania e Fundamentos da Legislação.	Determinado: 2012 a 2013	15 horas semanais / noite	SENAC Monitora de Desenvolvimento 20 horas/semanais manhã e tarde

Dados coletados das entrevistas : disciplinas, tipo de contrato, Carga horária e outra instituição

As disciplinas (componentes curriculares na Etec), ministradas pelas três professoras, fazem parte do Eixo Tecnológico do Ensino Técnico Presencial – Gestão de Negócios, e dentre outros cursos, encontra-se o de Administração e de Finanças. *No Perfil dos Cursos Etecs e Fatecs Mercado de Trabalho onde estudar* (2014), são assim apresentados:

o Técnico em Administração é o profissional que adota postura ética na execução da rotina administrativa, na elaboração do planejamento da produção e materiais, recursos humanos, financeiros e mercadológicos. Realiza atividades de controle e auxilia nos processos de direção utilizando ferramentas da informática básica, fomenta ideias e práticas empreendedoras.

O técnico de Finanças é o profissional que efetua atividades nas negociações bancárias e nos setores de tesouraria, contabilidade, análise de crédito, orçamento empresarial, custos e formação de preços. Identifica os diversos indicadores econômicos e financeiros e sua importância para análise financeira. Interpreta demonstrativos financeiros. Realiza fluxo de caixa, lançamentos financeiros, ordens de pagamento, contas a pagar e receber cobranças. Coleta e organiza informações para a elaboração do orçamento empresarial e análise patrimonial. (PERFIL DOS CURSOS ETECS E FATECS, 2014, p. 15-33).

O perfil dos cursos das Escolas Técnicas, conforme consta no próprio eixo tecnológico, “mercado de trabalho”, mostra uma educação profissional voltada para o processo produtivo em dois movimentos simultâneos, ou seja, atende e supre as necessidades do mercado de trabalho, formando profissionais qualificados para a demanda desse mesmo mercado. Por isso, as disciplinas ministradas, pelas três professoras, nos cursos técnicos na ETESP, mostram que o ensino da profissão

encontra-se em consonância com a lógica produtiva e se relaciona à condição social da profissão. (SOUZA, 2010, p. 06).

No Plano de Trabalho Docente do Ensino Técnico, da Escola Técnica de São Paulo, sobre o Eixo Tecnológico Gestão, nos cursos de Finanças e de Administração, o planejamento baseia-se em competências, habilidades e bases tecnológicas, em correspondência ao componente curricular ministrado pelas professoras entrevistadas: Gestão de pessoas; Empreendedorismo e Técnica Organizacional; Administração Jurídica; Legislação Empresarial; Criação e Desenvolvimento de Empresa; Ética, Cidadania e Fundamentos da Legislação.

Lembrando, portanto, que a noção de competência, na lógica da “acumulação flexível” direciona-se à educação hoje, no ensino técnico em especial, em uma visão particularista e individualista, voltada para o emprego e competência. O artigo 6.^º da resolução CNE/CBN n.^º 04/99 , e o item 6.3, do parecer CNE/CEB n.^º 16/99 definem como competência “... a capacidade de mobilizar, articular e colocar em ação, conhecimentos, habilidades e valores necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho”, imputando, portanto, à educação o poder de moldar os alunos conforme a gerência do capital, além de preparar novas forças de trabalho por meio da “produção de competências”. (AVILA, 2010, p. 90).

O tempo de contrato determinado das professoras na ETESP não ultrapassa a um ano e meio, e delimita-se ao período de 2012 a 2015. Nesse período de um ano e meio, embora conscientes da provisoriação na assinatura do contrato, provavelmente, o compromisso com a atividade docente levou-as à construção diária de projetos, de relações com colegas e alunos, e de melhorias de suas práticas na sala de aula, que em razão de um mundo do trabalho, moderno, guiado pela flexibilização, interrompem-se por força de regulamentos e reformas educacionais.

A marca do momento é a flexibilidade e, ao adentrar no mundo da educação escolar, vem por meio dos contratos de curto prazo, ou sem contratos, condições saturadas de incertezas e precárias, em que as perspectivas de vida deixam de existir para tornarem-se apenas um episódio. (BAUMAN, 2014, p. 182-187).

O número de aulas ministradas pelas professoras, por semana, na ETESP, em média, corresponde a 15 aulas (duas noites e meia). A professora Priscila, com uma carga horária de 10 horas (duas noites), trabalha, no horário comercial, em uma Empresa de Tecnologia, como Supervisora. A professora Celina, com uma carga

horária de 15 horas semanais (duas noites e meia) também atua em outra Instituição, no SENAC (manhã e tarde), como Monitora de Desenvolvimento. A professora Laura, com uma carga horária de 20 horas/semanais (quatro noites), é a única que não trabalha em outra Instituição.

Antes de dar início ao próximo item, destaca-se que as transformações no mundo do trabalho, hoje, por intermédio das inovações técnicas, científicas e do conhecimento, geraram uma forte relação entre o contexto da escola e o processo produtivo, mais intensamente no ensino técnico. Assim, o processo de aprendizagem no mundo atual encontra-se condicionado às demandas econômicas, técnicas e administrativas do momento, muitas vezes, reduzindo o ato de ensinar às “receitas prontas do mercado, deixando de lado a cultura humanista”. (LIMA, 2011, p. 17).

3.2 Sentimentos

Com o objetivo de identificar e analisar os sentimentos presentes nas falas das professoras entrevistadas da Escola Técnica de São Paulo, em condição de professoras temporárias, é que se organizou o Quadro V, com cinco categorias gerais, e as questões correspondentes. Estas categorias e questões devem mostrar os sentimentos que podem surgir na condição de professoras determinadas, desde o ingresso na ETESP, durante o trabalho, até a saída, na rescisão contratual.

Quadro V – Categorias gerais e questões

Categorias Gerais	Questões sobre:
1. O Ingresso	. Formação e trajetória profissional; . Sobre o Processo Seletivo da ETESP; . Acolhimento;

	. Trabalhar como professora temporária.
2. Na Instituição	. Missão e valores do CEETEPS; . Proposta Pedagógica da ETESP; . Participação em reuniões.
3. O Trabalho	. Atividades na ETESP; . Carga horária e relacionamento com colegas e alunos; . Dificuldades, limitações e pressões; . Trabalho como professora contratada; . Grau de satisfação com o trabalho; . Como se sente ao fim de um dia de trabalho.
4. A Remuneração	. Valor da hora-aula . Trabalho e salário . Condição de vida e salário; . Exigências no trabalho e salário; . Diferenças entre o professor determinado e indeterminado, na carreira e salário.
5. A Saída	. Estar como professor determinado da ETESP; . Saída de um colega por rescisão contratual; . Pensou em sua saída ao fim do contrato; . Na rescisão do contrato; . Acréscimos/contribuições

3.2.1 O ingresso

Na questão “formação acadêmica”, as professoras Priscila e Laura são formadas em Administração de Empresas (graduação). A professora Celina, diferentemente das colegas, e da maioria dos professores contratados da ETESP, é graduada e licenciada em pedagogia e tem formação em Magistério.

A “trajetória profissional” de Priscila sempre esteve voltada para a área tecnológica, com ênfase em análise de sistema e, atualmente, trabalha na área de tecnologia, treinando e supervisionando equipes externas e implementando sistemas. Os motivos que a levaram a ser professora da Escola Técnica de São Paulo foram: ter uma outra opção frente ao mercado em crise, apesar da experiência e conhecimento profissional, e por ser a idade um fator de descarte nas Organizações.

Laura, após a graduação em Administração de Empresas, passou a dar aulas em cursos técnicos, preparando jovens de baixa renda para o mercado de trabalho, mudando a sua trajetória profissional para o ramo de hotelaria, atuando como telefonista, na recepção e finanças. Visando não mais trabalhar aos finais de semana,

a professora encontra na ETESP a possibilidade de realizar esse seu objetivo, além de retomar a docência em cursos técnicos, de acordo com a sua experiência anterior no SENAC.

A professora Celina atuou durante quatro anos na rede pública estadual, no Ensino Fundamental I. Em razão de sua graduação em Ciências Jurídicas e Sociais, na Escola Técnica de São Paulo, ministrou os componentes curriculares (disciplinas) de Administração Jurídica; Legislação Empresarial; Criação e Desenvolvimento de Empresa; Gestão de Pessoas; Ética e Cidadania e Fundamentos da Legislação Trabalhista, nos cursos de Administração e Finanças.

Priscila aponta que a Escola Técnica não é diferente das organizações privadas, pois seus cursos têm o objetivo de preparar os alunos para o tão disputado mundo do trabalho, comparando a carreira de professor aos treinamentos empresariais. Lembrando, portanto, que o raciocínio e o discurso neoliberal derivados dos avanços tecnológicos, da globalização da economia e, principalmente, da reestruturação dos Estados, em função das transformações no mundo do trabalho, no Brasil, ganha espaço, e se intensifica, a partir de 1990, com a implementação de políticas de ajuste neoliberal. (AVILA, 2010, p. 93-94).

Esse é o mundo atual, mas não vejo diferença, nesse sentido, da privada com a Etec. Então, eu queria uma outra opção profissional e comecei a buscar dentro do que eu já conhecia, ou seja, onde eu já dei treinamento para equipe e como repassar isso para outras pessoas. (PRISCILA, p. 163).

As mudanças ocorridas no ensino técnico de nível médio no Estado de São Paulo, bem como as produzidas pela implementação das políticas nacionais, a partir de 1990, têm demonstrado que a flexibilização e a precarização são vivenciadas tanto pelos trabalhadores do setor privado como do setor público. (SOUZA, 2010, p. 02).

A professora Laura teve experiência na docência, em cursos técnicos, antes da ETESP, preparando jovens de baixa renda para o mercado de trabalho e, após atuar no setor de hotéis, procurou novamente a docência para mudar de ramo. As expressões “mercado de trabalho”, “mudar de ramo”, na fala da professora, retomam à questão de ser, hoje, a educação escolar, em especial a técnica, resultado de políticas e reformas do Estado brasileiro, focadas no mercado de trabalho e em função da competitividade e do lucro.

Antes do colégio eu trabalhava no ramos de hotelaria e fiquei quinze anos como funcionária de hotéis 5 estrelas, ali na Avenida Paulista; fui telefonista, trabalhei na recepção e trabalhei com verba. Era um trabalho diferente, todos os dias a gente tinha contato com pessoas diferentes e muito ricas. Nesta fase eu já procurava mudar de ramo porque eu não queria mais trabalhar sábado e domingo. (LAURA, p.173).

A professora Laura menciona que foi muito bom trabalhar com os jovens, em sua maioria de baixa renda, apesar da direção e coordenação serem muito exigentes, e essa experiência, como professora, lhe trouxe a possibilidade de ampliar os seus conhecimentos. Na prática docente, portanto, o professor, ao mesmo tempo que contribui para a formação de seus alunos, enquanto educando pessoas, como sujeitos de pensar, de sentir, de fazer transformar, recebe vivências que colaboram para o seu crescimento profissional e humano. (LIMA, 2011, p. 23).

Foi uma experiência muito boa trabalhar com estes jovens, que eram, na maioria, de baixa renda. Pude ampliar meus conhecimentos e gostei muito, mas antes ainda, de dar aula no SENAC, dei aula numa escola particular também para adolescentes. No Colégio Magister eu tive a minha experiência como docente; fiquei três anos lá e me lembro que a Direção e a Coordenação eram muito exigentes. (LAURA, p. 173).

Na formação acadêmica e trajetória profissional das professoras, foi possível notar, além dos aspectos objetivos, expressões que revelam um pouco do lado pessoal. “O professor é a pessoa, e uma parte importante da pessoa é o professor”, que, por se encontrar em um determinado contexto e momento histórico, passa a responder às necessidades impostas pela sociedade. (KOELER, 2012, p. 67).

O processo seletivo

Na questão do “Processo Seletivo da ETESP”, para contratação de professores por tempo determinado, de forma geral, as professoras Priscila, Laura e Celina mostram uma sequência parecida em seus relatos, coincidindo com o da pesquisadora, na apresentação deste trabalho, ou seja: preenchem uma ficha de inscrição, junto com os comprovantes acadêmicos, na Secretaria da Escola Técnica; aguardam a aprovação nessa primeira fase; em caso do número de inscritos, por componente curricular, não ultrapassar 30 candidatos; vão para a aula teste, sobre um dos três temas preparados e, anteriormente sorteados, no momento de dar a aula;

o resultado da aprovação pode ser acompanhado pelo *site* da Escola ou nas suas dependências.

Quando eu me inscrevi eu tinha uma possibilidade de fazer a prova; caso fosse mais de 30 inscritos para disciplina, ou se fosse menos, seria aula teste. No meu caso foram menos de 30 nas vagas que me candidatei... eu fiz aula teste... eu fiz para duas disciplinas, as duas voltadas para administração e, para a Etec Costa Manso.

Peguei o meu diploma e levei até lá na Secretaria, paguei o valor de R\$ 10,00 (dez) reais para a inscrição, preenchi uma ficha e fiquei aguardando, pelo site, para ver se teria a prova escrita e a aula teste. No caso, não teve a prova escrita porque não chegou a 30 candidatos inscritos. (PRISCILA, p. 164).

Bem, quem me falou da vaga da Etec foi um colega que trabalhava comigo no SENAC e ele dava e dá aula na Etec. Eu também pensava em ampliar a minha carga horária, dando aulas à noite. Peguei o meu diploma e levei até lá na Secretaria, paguei o valor de R\$ 10,00 (dez) reais para a inscrição, preenchi uma ficha e fiquei aguardando pelo site para ver se teria a prova escrita e a aula teste. No caso, não teve a prova escrita porque não chegou a 30 candidatos inscritos. Eram três temas bem pertinentes e eu estava bem familiarizada... bem, não vou lembrar os temas, mas me preparei bastante porque eu queria muito, eu queria muito dar aula no Estado, e também queria abrir a minha mente com novos conhecimentos. Então... no dia da aula teste eu estava bem preparada, e se não me falha a memória, acho que foi sobre Gestão de Pessoas que caiu para eu dar a minha aula. (LAURA, p. 174).

A aula foi técnica, para três integrantes da bancada. Lembro que era um professor especialista, um coordenador e o diretor da ETESP. Três temas foram indicados com antecedência. Preparei a aula sobre os três temas, com objetivos e metodologias. Um tema foi sorteado e fiz a exposição em quinze minutos. Por mais que eu tenho prática de sala de aula, o momento foi de ansiedade e nervosismo. Ah, preparei três temas, para serem sorteados e apresentados para três bancas, neste processo seletivo. (CELINA, p. 182-183).

Para Priscila, o sentimento de “nervosismo” aparece em sua participação no processo seletivo, da ETESP, pois, pela primeira vez, era avaliada como docente. Apresenta a sua aula com base em sua experiência como aluna, procurando focar o conteúdo e a ideia principal do tema e Laura e Celina, apesar da experiência como docentes, também sentiram-se um pouco nervosas, visto que a aula seria avaliada.

O processo de seleção de docentes da Escola técnica, assim como toda forma de avaliação, atribui valores aos candidatos, tornando-os aptos ou não a fazer parte de uma Instituição, e ao mesmo tempo envolve a dimensão objetiva e subjetiva dos responsáveis pela seleção. A seleção de pessoas, e o retorno desse processo, é

algo ainda a ser estudado, devido, em certos casos, existirem decisões entre incluídos e excluídos, acrescentando-se que os critérios adotados pelas áreas responsáveis pela seleção, em grande parte, são definidos em modelos pré-concebidos e coerentes com os hábitos e costumes da organização, com o risco de reproduzir o já existente. (BINOTTO, HOFF, SILVA; SIQUEIRA, 2012, s/p)³⁰.

O acolhimento

No ingresso à Escola Técnica, as professoras Priscila e Laura sentiram-se bem acolhidas, Celina expressa-se com o “uummm” referindo-se ao momento da contratação em que se precisa passar por toda a parte burocrática e administrativa.

Fui bem acolhida e como não sabia como funcionava fui ao RH e pedi orientação sobre os meus próximos passos. Não tenho do que reclamar. (PRISCILA, p. 164).

Fui bem recebida pelo coordenador e ele me explicou como funcionava o diário de classe e qualquer dúvida sobre alguma norma sempre tive respostas. (LAURA, p. 174).

Depois de convocada, precisei assinar o contrato, trazer a carteira profissional para registro – uuummm – toda a parte burocrática ... administrativa. (CELINA, p. 182).

Observa-se que o acolhimento da Escola Técnica permanece no âmbito administrativo, e o pedagógico restringe-se ao Coordenador passar os planos de aula das disciplinas, diários de classe, listas de presença e os direitos e deveres dos alunos. Lembrando, portanto, que na lógica do capital o trabalho vem acompanhado de vários mediadores objetivos, dentre os quais encontram-se a técnica, a hierarquia, as normas e a burocracia. (CODO e GAZZOTTI, 2002, p. 54).

A existência da burocracia na contratação de professores por tempo determinado, ainda hoje, conforme aponta Celina, merece uma reflexão a respeito das reformas que o Governo brasileiro e o Estado de São Paulo vêm realizando em todas as políticas públicas, sobretudo na educação, desde 1990, sempre com o objetivo de reduzir a ineficiência e o caráter burocrático do Estado. Destaca-se ainda que estas

³⁰ SCIELO Brasil. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação. Seleção de Docentes em Universidade Federais: uma análise dos regulamentos. Rio de Janeiro out./dez. 2012. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362012000400006

reformas encontram-se embasadas na flexibilização do trabalho e do emprego, favorecendo o desenvolvimento e ajustes da economia. (GALDINO, 2012, p. 74).

O Trabalho Temporário

Trabalhar como professora contratada na ETESP foi uma experiência gratificante e surpreendente para Priscila. Surpreende-se positivamente porque vislumbrou a possibilidade de agregar conhecimentos e transformar o aluno; negativamente por identificar dificuldades de escrita e expressão trazidas de um ensino que não se encontra bem.

É ... para mim uma experiência que tem sido gratificante e este trabalho com seres humanos têm me surpreendido positivamente e negativamente. Positivamente, porque a gente pode agregar ou modificar alguém, os alunos podem ser mais do hoje e isto é bom. Negativamente, porque a educação não anda bem, dificuldades de escrever e se expressar, os alunos vêm com uma base ruim desde o primário. E a gente tem que ir, insistir para que ele melhorem, mas não pode cobrar tudo de uma vez e aí isso é ruim. (PRISCILA, p. 165).

Laura se sente “pertencente” à Instituição, em situações de sala de aula, com os colegas, coordenadores e nas reuniões de conselho; mostra “compromisso” com o seu trabalho e valoriza muito os alunos do curso noturno, que após um dia de trabalho, ainda possuem disposição para o estudo.

Eu me sentia pertencente da escola mesmo como professora determinada em várias situações, em sala de aula, conversando com os colegas, coordenadores e em reuniões de conselho de classe. Os alunos nem percebem a diferença, porque eu tinha um compromisso com este pessoal, e sempre valorizei muito o aluno do curso noturno, sem desmerecer os outros, mas eles saem muito cedo, trabalham o dia todo e ainda têm disposição para estudar à noite. Este aluno do curso noturno tem um quê de especial. (LAURA, p. 174-175).

O cuidado e o valor dispensados aos alunos tanto por Laura como por Priscila definem a ação do trabalho, ao estabelecerem uma relação de dupla transformação entre o que cuida e o outro que recebe o cuidado. No trabalho docente, portanto, para que a aprendizagem ocorra, dentre outros fatores de ordem objetiva, “a afetividade” funciona como um elo favorável a envolver professor e aluno. (CODO e GAZZOTTI, 2002, p. 50-53).

A professora Celina aponta que trabalhar como professora temporária era um “desafio” pois tudo precisa ser “rápido e “mais acelerado” e não se pode pensar em “projetos a longo prazo”.

Para mim era um desafio, pois você sabe quando começa e quando termina. Não dá para pensar em projetos a longo prazo. Tudo tem que ser mais rápido, mais acelerado. (CELINA, p. 182).

Para Basílio (2010, p. 91) a condição dos professores temporários, uma das modalidades de empregos precarizados, hoje, reforça a descontinuidade do trabalho docente, uma vez que as escolas encontram dificuldades para a organização e manutenção de um equipe que dê continuidade aos projetos e ao processo de ensino-aprendizagem.

3.2.2 Na Instituição

Histórico, missão e valores do CEETESP

Na condição de professoras determinadas, Priscila e Laura desconhecem o histórico, missão e valores do CEETEPS, órgão ao qual a Escola Técnica de São Paulo encontra-se vinculada. Celina conhece, pois, foi em busca destas informações (não reveladas pela área de Comunicação) por considerá-las importantes na formação do educando para o mercado de trabalho, foco principal da instituição.

Não conheço a história e nem sei das outras coisas, sendo assim, fica difícil dizer se seria importante para o meu trabalho como docente. (PRISCILA, p. 165).

Não conheço. (LAURA, p. 175).

Eu conheço porque fui buscar informações a respeito no percurso da contratação, porque estas informações não são divulgadas pela área de comunicação da Instituição. Com certeza estas informações são relevantes para buscarmos a melhoria das aulas, visando a formação do educando para o mercado de trabalho. (CELINA, p. 182).

Considerando a fala de Celina, vale mencionar que a Missão do CEETESP é o de “promover a educação profissional pública dentro de referencias de excelência, visando ao atendimento das demandas sociais e do mundo do trabalho”, e os cursos

técnicos presenciais da Escola Técnica de São Paulo têm como objetivo proporcionar habilitação profissional.

Proposta Pedagógica

Questionadas sobre a Proposta Pedagógica da ETESP, respondem desconhecer o seu teor. A professora Priscila supõe ser a de formar profissionais para o mercado de trabalho em várias áreas técnicas, embasando-se em sua formação técnica e de seus familiares.

No meu entendimento, a proposta pedagógica da ETEC é formar profissionais para o mercado de trabalho, com conhecimentos “técnicos” (gesto de entre aspas) em várias áreas. No meu caso, acho que foram apresentadas na ETESP durante as reuniões no início do semestre e na elaboração dos planos elaborados por cada professor, referente a suas disciplinas. Eu tenho formação técnica, não fiz pela Etec, fiz em outra escola do governo, mas a minha base técnica vem de berço. Eu tenho um irmão que é técnico em contabilidade e técnico em processamento e hoje ele atua no mercado de trabalho como todos nós da família, porque o ensino técnico ensina você a pôr a mão na massa e como gerir conhecimentos e o ensino superior nem tanto. (PRISCILA, p. 165-166).

Não conheci a proposta da ETESP como professora determinada. (LAURA, p. 175).

Não conheci a Proposta Pedagógica da ETESP como professora determinada. (CELINA, p. 182).

O fato das professoras desconhecerem o Plano Político Pedagógico, principal instrumento de uma escola com princípios embasados na gestão democrática, mostra contradição entre o praticado pela Escola e o teor das normas que a regulamentam, pois, os princípios de gestão democrática a nortearem a ETEC presentes no capítulo II, dos Princípios e das Finalidades, no Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do Centro Tecnológico “Paula Souza”, dizem o seguinte:

Artigo 3º - Os princípios de gestão democrática nortearão a gestão da Etec, valorizando as relações baseadas no diálogo e no consenso, tendo como práticas a participação, a discussão coletiva e a autonomia.

Parágrafo único – A participação deverá possibilitar a todos os membros da comunidade escolar o comprometimento no processo de tomada de decisões para a organização e para o funcionamento da

Etec e propiciar um clima de trabalho favorável a uma maior aproximação entre todos os segmentos das Etecs. (CONSELHO DELIBERATIVO. Deliberação CEETESP n.º 003, 2013)³¹.

Além disso, desconhecer o Projeto Político Pedagógico da Escola Técnica é também ignorar os princípios pedagógicos que direcionam as atividades docentes, principalmente, em sala de aula, visto que no Plano Político Pedagógico da ETESP consta que ao construir a escola como um espaço de difusão e práticas democráticas, “o ensino deve estar voltado para a interação entre conhecimento e realidade social e como parte integrante do todo social, ela deve promover ações direcionadas à transformação da sociedade”, além de:

repensar a ação pedagógica e refletir sobre a práxis educativa diante das mudanças impostas pelas atuais condições econômicas, sociais e culturais, é preciso rever procedimentos metodológicos e Didáticos visando assegurar o sucesso no processo ensino-aprendizagem. (ESCOLA TÉCNICA DE SÃO PAULO, PPP, 2015, s/p.).

A participação

Quanto às reuniões pedagógicas, as professoras dizem não terem percebido nenhuma diferença entre a participação dos professores determinados e indeterminados. Estas reuniões acontecem semestralmente e, segundo a professora Celina, todos devem participar, pois, a presença é computada na pontuação anual para atribuição de aula.

As reuniões são organizadas pelo coordenador geral e não há diferença de tratamento entre os professores, todos podem questionar ou se posicionar, se assim desejar. (PRISCILA, p. 166).

Participo das reuniões de conselho de classe, que é feita por Escolas com o Diretor Geral e o representante da Secretaria, e das reuniões semestrais com a direção, coordenação e docentes da ETESP e de suas extensões. Não há diferença entre os professores e a participação aparentemente é da mesma forma. (LAURA, p. 175).

As reuniões pedagógicas são semestrais, onde abordam as metas, dados estatísticos da instituição, projetos e outros. Não vejo diferença entre a participação dos docentes determinados e indeterminados, na verdade todos são obrigados a participar, pois a presença é

³¹ Diário Oficial Poder Executivo – Seção I – São Paulo, 123 (161) – 91.

computada na pontuação anual para atribuição de aula. (CELINA, p. 183).

O fato do professor determinado da ETESP ser “obrigado” a participar das reuniões pedagógicas, da mesma forma que o indeterminado, para a atribuição de aula, coloca-o, mais uma vez, no mesmo patamar de deveres do professor indeterminado, mas não nos mesmos direitos.

3.2.3 O Trabalho

Nesta categoria “o Trabalho”, serão analisadas as questões referentes às “atividades desenvolvidas pelas professoras em condição provisória na ETESP”; “o relacionamento com colegas e alunos mediante a carga horária de trabalho”; as “dificuldades, limitações e pressões encontradas”; o “trabalho como professora contratada”; o grau de satisfação com o trabalho” e os “sentimentos presentes ao fim de um dia de trabalho”.

As atividades

As professoras mostram que as suas atividades na Escola Técnica resumem-se em planejar as aulas (de acordo com o Plano de Trabalho Docente); ministrar as aulas; preparar e aplicar as avaliações mensais e bimestrais; preencher os Diários de Classe e passar as notas para a Secretaria da Escola da ETESP na Tiradentes.

Observa-se na fala de Priscila a sua preocupação em assinar a Lista de Presença dos professores, devido à exigência do Coordenador.

Preparava a aula como estava no... ah sempre me esqueço do nome (risos), era o PTD – Plano de Trabalho Docente, eu sempre me confundo com as competências e conteúdos exigidos. Chegava na escola e já assinava o livro de presença – e não se podia esquecer que o coordenador cobrava no mesmo dia - preenchia os diários; montava as provas mensais e bimestrais; corrigia e entregava as notas para a Secretaria lá na Etec da Tiradentes, no pen drive. (PRISCILA, p. 166).

Laura ao falar sobre as suas atividades na ETESP, aponta que é professora em três cursos técnicos diferentes, Administração e Finanças, no período da noite, e

Integrado de Informática, na parte da manhã. As disciplinas que ministra nos três cursos são: Empreendedorismo, Ética e Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (PTCC) e, ao se referir à sua prática, a dinâmica se assemelha ao que disse Priscila.

Eu leciono Empreendedorismo, Ética e PTCC, nos cursos de Administração e Finanças, à noite e no Curso Integrado de Informática, na parte da manhã. A minha carga horária é de 20 horas, distribuídas em quatro dias da semana. Faço o planejamento das aulas; ministro as aulas, preparam as avaliações mensais e bimestrais, preencho os diários de classe e passo as notas para a Secretaria da ETESP na av. Tiradentes. (LAURA, p. 176).

Celina menciona somente as suas atividades na ETESP, sem se referir aos cursos ou disciplinas, de maneira bem objetiva e resumida, coincidindo com as das duas outras professoras.

Dar aulas, preparar e corrigir as provas, fazer a chamada e preencher os diários de classe, no final do bimestre levar as notas para a secretaria da Etec lá na avenida Tiradentes. (CELINA, p. 183).

Dificuldades, limitações e pressões

A professora Priscila mostra que não se sentiu pressionada pela ETESP durante o seu trabalho como professora determinada. Ela mesma se pressionava e se empenhava para ampliar e agregar a maior quantidade de informações possíveis aos alunos; sente-se realizada profissionalmente e diz ter sido uma experiência gratificante, apesar do espaço ser pequeno, pois, os recursos disponibilizados pela Escola atendiam às suas necessidades: laboratório de informática, DVD, TV, notebook, projetor e biblioteca.

Como tudo era novidade para mim, não me senti pressionada pela ETESP ou alunos, a pressão era minha mesmo, para ter o conhecimento amplo e agregar a maior quantidade de informações possíveis para os alunos. (PRISCILA, p. 167).

Profissionalmente me sinto realizada, pois a experiência foi muito gratificante. O espaço era pequeno, mas todos os recursos disponibilizados atenderam minhas necessidades, utilizei laboratório de informática, DVD, TV, notebook, projetor, biblioteca. (PRISCILA, p. 167).

Laura também não encontrou nenhuma dificuldade que tivesse importância, e somente Celina, com 32 anos de docência, aponta dificuldades em compartilhar conteúdos com os outros colegas de trabalho, visto que a proposta interdisciplinar prevista no Plano de Trabalho, não acontece na prática. Levanta também a dificuldade existente no acompanhamento pedagógico, devido ao Coordenador Pedagógico encontrar-se na unidade sede e não participar, junto com o professor, do processo de formação do aluno.

Dificuldades de compartilhar conteúdos com outros docentes, pois o plano de curso é interdisciplinar, mas não acontece na realidade. Com relação pedagógica, por estar na unidade da sede, não temos o acompanhamento do coordenador pedagógico, fazendo você mesmo essa função maçante para todos, pois você precisa de outras pessoas participando do processo de formação do aluno. (CELINA, p. 183).

Celina ao mostrar-se atenta às dificuldades enfrentadas em sua atuação profissional, não invalida a sua satisfação com o trabalho ou com a Instituição. É possível que a professora considere a realidade social, suas próprias qualificações e, acima de tudo as suas necessidades pessoais ao sentir a ausência de um coordenador pedagógico para reafirmar ou mesmo compartilhar seus conhecimentos na prática pedagógica. (SORATTO e OLIVIER-HECKLER, 2002, p. 133).

Relacionamento com alunos e colegas

Em relação à carga horária, turmas e horários, Priscila menciona que conseguiu criar um clima harmonioso com os alunos e, como chegava uns quinze minutos ou meia hora antes de sua aula, pois, vinha direto do seu trabalho, tinha este tempo para conversar com os professores. A sua fala volta a exemplificar que uma das característica dos professores da área técnica é o exercício concomitante de outra atividade profissional. (SOUZA, 2010, p.4).

Eu sempre chegava antes do horário da minha aula; eu vinha direto do meu trabalho, e ficava na sala dos professores e a gente conversava;

às vezes quinze minutos ou meia hora antes com os professores que também já tinham chegado. (PRISCILA, p. 166).

Laura reafirma que o relacionamento com os professores é feito um pouco antes do horário e, com os alunos, é mais em sala de aula e, às vezes, nos intervalos. Para Celina não há tempo disponível para atender todas as necessidades pedagógicas e interpessoais durante a jornada de trabalho na escola, pois, devido à carga horária dos cursos, só é possível limitar-se ao cumprimento do conteúdo do Plano de Trabalho.

O relacionamento com os professores é feito um pouco antes do horário do início das aulas, nos intervalos. Com os alunos é mais em sala de aula e às vezes nos intervalos caso eles tenham alguma dúvida. (LAURA, p. 176).

Deve-se acrescentar ainda ao depoimento de Celina que os cursos técnicos da ETESP têm a duração de um ano e meio, ou seja, em três semestres, com aulas no período da noite das 19 às 22:30 horas, os alunos devem ser formados e preparados para o mercado de trabalho. A natureza do curso técnico requer atividades teóricas e práticas e, além de exigir espaços físicos adequados, em especial, nas aulas práticas, precisa de um tempo para a realização de diversificadas atividades internas e externas à escola.

Não temos o tempo disponível para atender todas as necessidades pedagógicas e interpessoais durante a jornada de trabalho na escola com a carga horária, pois se desviarmos o foco do conteúdo fica atrasado e não conseguimos cumprir o Plano de Trabalho Docente. (CELINA, p. 183).

Na década de 1990, o sistema escolar passou a preparar o aluno com as competências e habilidades necessárias para o mercado, assim como acontece hoje na ETESP. O novo paradigma embasado nos conceitos de produtividade, eficácia, excelência e eficiência recai diretamente na composição, estrutura e gestão das redes públicas de ensino, e as teorias administrativas passam a orientar o campo pedagógico. (OLIVEIRA, 2004, p. 1130).

3.2.4 A Remuneração

A categoria “remuneração” analisa as questões voltadas para “valor da hora-aula”, “trabalho e salário”, “condição de vida e salário”, “exigências no trabalho e salário”, ‘diferenças entre o professor determinado e indeterminando, na carreira e salário’.

Valor da hora/aula

Uma das professoras não sabe dizer ao certo se há diferença entre o valor da hora-aula do professor determinado e do indeterminado, em razão do não interesse em pesquisar a respeito. Conforme menciona, o foco principal encontrava-se na atividade docente e não na remuneração, além de não contar com este valor a mais durante o período de uma ano: R\$ 17,00 (dezessete reais a hora/aula).

O salário como docente não era meu foco principal, sendo assim, serviu como complemento de renda temporária, não contava com este dinheiro para meus planos, pois sabia que seria somente por 12 meses. (PRISCILA, p. 167).

Minha hora-aula é R\$ 17,00. não sei se tinha diferença com os demais professores, pois nunca especulei. Acredito que sim, pelo tempo de experiência dos mesmos. (PRISCILA, p. 168).

Laura e Celina afirmam que não há diferença no valor da hora/aula recebido pelo professor determinado e indeterminado, apontando um valor que diverge de R\$ 17,00, mencionado anteriormente.

Não existe diferença, a minha hora/aula é R\$ 17,15 (dezessete reais e quinze centavos). (LAURA, p. 177).

Vixi... sim existe mas precisa consultar o Regimento Interno e a proposta de Plano de Carreira que não tenho agora. (CELINA, p. 184).

Consultado o Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, aprovado na 495.^a Sessão realizada em 18/07/2013 pela presidente do Conselho Deliberativo do CEETESP, não se localizou a proposta do Plano de Carreira. As informações sobre esta questão encontram-se na Lei Complementar n.º 1240 de 22 de abril de 2014, que institui o

Plano de carreiras, de Empregos e Sistema retributório dos servidores do CEETESP e na Cartilha do Sindicato dos Trabalhadores do Centro Paula Souza (Sinteps, 2014, p. 17).

A Lei n.º 1240 de 2014, reproduzida pelo Sinteps, mostra que R\$17,00 a hora/aula correspondia ao valor recebido pelo professor efetivo referência “IA” até julho de 2015 e a partir desta data passou a R\$ 17,15. Lembrando portanto, que o valor da hora/aula do professor determinado é sempre o correspondente ao do professor indeterminado nos primeiros dois anos, referência inicial.

Condição de vida / Trabalho e salário

Questionadas sobre a condição de vida e o salário recebido na ETESP, as professoras apontam que complementam com outras rendas. “É preciso completar sempre com outras formas de conseguir renda...”; “Ah... faço outras atividade para obter renda”.

Na relação entre salário e as exigências do trabalho docente, embora considerem o salário baixo, este aspecto parece não interferir em suas atividades, e todas alegam possuir outras fontes de renda. Para Priscila os profissionais que somente são professores sentem-se desmotivados, pois, além do trabalho em sala de aula, precisam dispor de tempo para a elaboração das aulas, correção e elaboração das atividade, preenchimento dos diários e de toda parte burocrática.

Como complemento de renda, atendia minhas necessidades, mas acredito que os profissionais que tem essa atividade como a principal e ganham o mesmo que ganhei neste período, sintam-se desmotivados, pois o tempo empenhado para a elaboração das aulas, correção e elaboração das atividades, controle do comportamento da turma em sala de aula, preenchimento de diários e toda parte burocrática é bem maior do que o que consta no holerite. Não parei para pensar de verdade. (PRISCILA, p. 168).

Por encontrar-se inserido na sociedade capitalista, o professor é também um trabalhador que vende a sua força de trabalho (salário e remuneração) “ao preço que custa para a manutenção desta força”. (CODO e ODELIUS, 2002, p. 193).

No caso da ETESP, o Estado emprega seus professores a partir de uma política de Recursos Humanos orientada para a redução de custos, e acima de tudo, conforme a nova dinâmica de reprodução do capital. Ao controlar os gastos públicos,

uma das principais disputas do “fundo público”, o Estado também passa a regular o trabalho docente em função da redução de custos. (GALDINO, 2012, p. 46).

Demonstram também que o salário não está condizente com os esforços exigidos na atividade docente na Escola Técnica. Portanto, pode-se dizer que “não é só de salário que vive o trabalhador”, no entanto, o salário é um dos requisitos, dentre tantos outros, importantes e desejados em uma empresa, como reconhecimento social e financeiro aos esforços do trabalhador em sua busca de crescimento social. (SORATO e HECKLER, 2002, p. 95).³²

Carreira e remuneração

Nesta questão, as professoras mencionam que conhecem os direitos e deveres dos docentes da ETESP, quanto à carreira e remuneração e duas delas não sabem falar a respeito. Priscila menciona que o professor indeterminado pode investir em sua carreira dentro da organização e o determinado deve realizar o melhor possível, dentro do tempo do contrato.

Sei que existem diferenças, pois um tem o tempo definido para o término das atividades e o outro tem condição de investir em sua carreira pensando em um período indeterminado dentro da organização. Para mim o fato de ter tempo determinado para o final do contrato, me serviu de incentivo para fazer tudo que possível, da melhor maneira, dentro do tempo do contrato. (PRISCILA, p. 169).

Para Celina existe diferença entre o professor determinado e o indeterminado, exemplificando com o seu histórico na ETESP, que coincide com o enquadramento de referência e salário da nova carreira dos docentes das ETECs. (CARTILHA DO SINTEPS, 2014, p. 17).

Não, no início do contrato. Caso o determinando passe para indeterminado por um concurso público, como foi o meu caso, o mesmo poderá após o tempo previsto de carreira fazer jus à progressão. Por isto hoje eu sou categoria 1 A e a minha remuneração por hora aula é de, hummm... preciso consultar a cartilha do Sindicato porque nem sei ao certo. É, é, é de R\$ 17,15. CELINA, p. 185).

³² CODO, Wanderley (coordenador). Educação: carinho e trabalho. São Paulo, editora Vozes, 2002, p. 95.

3.2.5 A Saída

Na categoria “A saída”, a análise das entrevistas são relativas às questões de: “estar como professor determinado da ETESP”; “presenciar a saída de um colega por rescisão contratual”; “pensar em sua saída ao fim do contrato”; “na rescisão do contrato” e “acréscimos/contribuições à pesquisa”.

A condição: Professor determinado

Nota-se, nas falas das professoras, que na questão “estar como professora determinada na ETESP”, prevalece a oportunidade de aprofundar os conhecimentos na docência, participando de capacitações oferecidas pelo Centro Paula Souza, em que o professor temporário tem acesso, inclusive a Licenciatura (esquema 1), além de aprender, na prática, ser um professor.

Uma experiência maravilhosa, que contribuiu muito para minha visão da educação de nosso país, além de ter aprendido muito com os alunos, professores e coordenadores. Só agregou novos conceitos em minha vida. (PRISCILA, p. 169).

Os sentimentos observados nas falas das professoras ao se encontrarem na condição de determinadas, na ETEPS, foram de: “experiência maravilhosa”; “contribuição”; “boa oportunidade de aprendizado”; “oportunidade de aprendizado”

Ao presenciarem a “saída de um colega por motivo de encerramento de contrato” e ao se lembrarem que se encontram na mesma condição, os bons sentimentos, anteriormente presentes no “estar como professoras contratadas da ETESP”, invertem-se, conforme se pode observar em suas falas.

Os sentimentos que surgem ao presenciarem “a saída de um colega por rescisão contratual” e ao “pensarem em suas saídas ao fim do contrato” são de: “muita tristeza”; “prejuízo”; “perda”; “melancolia”; “exclusão”; “expectativa”; descontinuidade”; “não pertencimento”; “conformismo”; “lamentável”; “incompreensão”; “desmotivação”. Com essas sensações desconfortantes, as professoras acrescentam que a escola, os alunos e a sociedade perdem muito em não manter na Instituição excelentes profissionais, embora não se tenha professor para suprir a sua saída, em razão de uma “regra”.

A professora Priscila imagina que essa “regra” não é da “unidade” e deveria ser repensada, pois, “prejudica um grande número de pessoas”. As suas conjecturas sugerem uma associação com as políticas adotadas e intensificadas pelos Governos brasileiros na década de 1990, em que as reformas e regulações no mundo do trabalho, embasadas no crescimento e investimento do mercado econômico e financeiro, adentram na educação escolar, mais fortemente no ensino técnico, inclusive no Estado paulista, flexibilizando as formas de contratação de professores e precarizando o trabalho docente.

A “regulação”, um termo da área econômica”, é necessária às relações de mercado e trata de um processo amplo de mudança na economia, trazendo novas formas de gestão econômica e controle social. A urgência de novos modelos de regulação da vida social tem provocado maior flexibilização das relações de emprego, bem como a precarização das condições de trabalho, interfere na organização de todo sistema escolar, precarizando o trabalho docente em diferentes aspectos e um deles é a contratação provisória, que se intensifica e se faz permanente, no Brasil, a partir de 1990, a exemplo do que vem ocorrendo nas Escolas Técnicas. (OLIVEIRA, p. 765,768-769).

Rescisão do contrato

Na “rescisão do contrato”, os sentimentos que aparecem ao “presenciarem a saída de colegas, na mesma condição de professores determinados”, repetem--se com mais intensidade, acrescidos de outros.

A professora Priscila menciona que ficou “muito triste” com a rescisão do seu contrato, pois, tinha conhecimento de que poderia ser renovado, no entanto, o Diretor Geral da ETESP justificou a sua dispensa, como a de outros professores temporários, haja vista a redução de turmas.

Fiquei muito triste. O contrato poderia ser renovado, o coordenador da extensão tentou essa renovação, mas foi negada, devido a diminuição

das turmas que estão ocorrendo em várias Etecs. O coordenador da extensão foi o portador da notícia triste, logo após a reunião com o diretor geral, onde essa resposta seria dada. Ele estava muito chateado, explicou a situação, até porque, precisou dispensar outros professores também. (PRISCILA, p. 170).

Laura revela-se “triste, “triste” e “muito triste, até “desesperada”, por não compreender a irreversibilidade da condição do professor temporário em fim de contrato.

Triste, triste e muito triste, acho que até desesperada; eu não entendi por que a escola não me deixa continuar? Vai ficar um buraco porque não tem professor para as disciplinas e eu aqui, que já conheço o trabalho não posso ficar. Fiquei sabendo, em setembro, que meu contrato encerraria em dezembro de 2013, e a gente fica aqueles três meses trabalhando meio “murcha”, desmotivada e me questionava todos os dias por quê? Não sei se eu sou a única que sinto isto, mas acho que não, pois vi muito colega expressando desmotivação por este tipo de situação, que parece não ter remédio e nem solução. (LAURA, p. 178).

Quando do encerramento do meu contrato, na instituição, em agosto e 2012, fiquei apreensiva, pois mesmo já tendo sido aprovada no concurso para indeterminado, já havia outro candidato com a licenciatura (esquema 1), e no CPS vale 15 pontos a mais na pontuação final do concurso e eu só terminaria a licenciatura no final de 2012, precisei ficar um semestre aguardando a vaga. (CELINA, p. 186).

Os sentimentos apresentados “no momento da rescisão do contrato” são: “muita tristeza”; “descontinuidade”; “desesperança”; “inconformismo”; “desmotivação” e “apreensão”. Nota-se que o inconformismo e a desmotivação resultam da impossibilidade de solução para a provisoriação do contrato, pois, embora naquele momento a Escola não tenha outro professor para substituí-lo, deixando os alunos sem aulas, a rescisão acontece, prevalecendo a “regra”.

Aumentou a defasagem e decisão enfim... eu acho que não é da unidade é uma regra; mas aí que tá, a regra deveria ser pensada eu não sei se deveriam ter ponto a serem tratados como exceção nesse caso o não tratamento exceção acaba prejudicando um grande número de pessoas. (PRISCILA, p. 170).

Ao final das análises das entrevistas, observa-se a presença de sentimentos latentes, abafados, quem sabe, pela grande vontade desses profissionais temporários fazerem parte da Instituição Escolar, e pelo grande amor e interesse pela carreira

docente, experimentado principalmente na relação com os alunos. No momento da rescisão do contrato, as diferenças existentes entre os dois tipos de contrato ficam mais evidentes. Para Galdino (2012, p. 34) a provisoriação é resultado da flexibilização da legislação da qual esses professores dependem, frente a um Governo que segue adiante com a precarização docente, “sem remédio e sem solução”.

A “flexibilização”, hoje, vem acompanhada de vários aspectos de insegurança no emprego, e um deles é o contrato a prazo fixo ou renovável, que apesar de ser uma estratégia verossímil, traz uma satisfação instantânea. (BAUMAN, 2014, p. 185). Nos depoimentos das professoras, o sentimento de “satisfação” presente em suas atividades docentes, em sala de aula, e no pouco tempo disponível para se relacionarem com os colegas e coordenadores, desaparecem mediante a impossibilidade de renovação do seu contrato e dos colegas.

Mostram, ainda, o desejo de que algo seja feito para solucionar a questão que envolve esse tipo de contrato, porém, não sabem como, e acreditam ser tal condição irremediável, lembrando a acelerada dinâmica de trabalho em que vivem os professores da ETESP: mais de um emprego, tempo curto entre a saída de um, e a entrada no outro, além da preparação das aulas e provas; correções das atividades e das avaliações, geralmente feitas fora da escola, dinâmica que parece dificultar e velar possibilidades de, coletivamente, pensarem em propostas e alternativas capazes de superar a precarização do trabalho docente, dentre elas, a do professor provisório.

Para Bauman (2014, p. 36-37) a ideia de interesses comuns permanece encoberta e incompreensível na sociedade individualizada, em que o emprego e trabalho passaram a ter um prazo curto. A incerteza dos novos tempos leva à divisão e não à união e parece não existir um modo de dizer quem deve sobreviver a este fracionamento.

Reflexões: análise das entrevistas

Do antagonismo entre os sentimentos presentes “no Ingresso” à Escola Técnica e suas atividades docentes “no trabalho”, parece que as professoras encontraram o ponto de equilíbrio entre a subjetividade humana e a objetividade com o mundo do trabalho, tão difícil na lógica moderna do capitalismo, no bom relacionamento com os coordenadores, colegas e, principalmente, com os alunos em sala de aula. A atividade de professor exige sempre um emprego maior na energia

afetiva, pois, para que o seu trabalho atinja seus objetivos, o vínculo afetivo é fundamental e nem sempre concretizado. (CODO; GAZZOTTI, 2002, p. 55).

No caso do professor determinado da ETESP, os desconfortantes sentimentos advindos da condição provisória, parecem não se transformarem em sofrimentos psíquicos mais graves, pois, a maioria deles, além de possuírem outras fontes de renda e empregos, buscam formas de pertencerem efetivamente à Instituição por meio dos Concursos.

O Quadro VI, portanto, procura resumir, em seis momentos, os sentimentos presentes na análise das entrevistas com as professoras da Escola Técnica de São Paulo, que vivenciaram a condição do contrato determinado, bem como os motivos correspondentes, de forma a responder às duas questões iniciais desta pesquisa:

1. Diante da condição de provisoriação dos professores contratados por tempo determinado da Escola Técnica de São Paulo, que sentimentos se manifestam?
2. Estes professores temporários percebem os sentimentos que derivam desta condição? Em que momento?

Quadro VI – Momentos, sentimentos e motivos

Momentos	Sentimentos	Motivos
a) Na aprovação Processo Seletivo	Felicidade, bem-estar, inserção, expectativa.	Poder acompanhar mais de perto oportunidades de Concursos Indeterminados.
b) No acolhimento pela ETESP	Bem recebidas	Para registro em carteira, planos de aula prontos, diários de classe, listas de presença e avisos.
c) Durante a atuação na ETESP, contratadas	Pertencimento, satisfação, surpreendente, acelerado, descontinuidade	Bom relacionamento com os alunos, colegas, coordenadores e em reuniões administrativas e pedagógicas. Oportunidade de aprender e se desenvolver como docente.
d) Nas promoções e algumas capacitações	Exclusão, tristeza, insatisfação	Não poder participar das promoções e de algumas capacitações.
e) Ao presenciarem colegas em fim de contrato	Tristeza, apreensão, expectativa, descontinuidade, conformação, perda,	Esforço pessoal e profissional não sendo valorizado; projetos e melhorias realizados sem continuidade e o jeito é se

	melancolia, exclusão, lamentação e incompreensão	conformar; a escola perde muito com a saída de excelentes profissionais; o pertencimento à Instituição deixa de existir; aumenta a expectativa de abrir um Concurso para docente indeterminado.
f) Na rescisão do próprio contrato	Muita tristeza, descontinuidade, desesperança, inconformismo, desmotivação	impossibilidade de solução para a provisoriação do contrato; necessidade de dispensar outros professores, diminuição de turmas em outras Etecs; dificuldade em entender a contrariedade da situação: alunos sem aula e professores dispensados.

Resumo da análise das entrevistas: condição de provisoriação docente

Os sentimentos de “felicidade, bem-estar, inserção, expectativa, pertencimento e satisfação” aparecem na fase inicial e durante a atuação no trabalho, mesmo em condição provisória. Ao presenciarem a saída de colegas, por causa da rescisão contratual, emergem sentimentos de “exclusão, tristeza, insatisfação, apreensão, expectativa, descontinuidade, conformação, perda, melancolia, exclusão, lamentação e incompreensão.

Na rescisão do contrato, os sentimentos intensificam-se em: muita tristeza, descontinuidade, desesperança, inconformismo e desmotivação. Para representar o momento de rescisão do contrato, a professora Laura faz uso da expressão “é um aborto...”, ou seja, ao percorrer uma trajetória de cuidado, carinho e de construção, na expectativa de continuar e ver o seu trabalho docente nascer, é extirpado.

Os sentimentos desses professores temporários, em fim de contrato, em geral, são abafados e calados, sem que seus companheiros de trabalho, na mesma condição ou efetivos, desconheçam e, devido à invisibilidade das sensações, nem mesmo percebam que eles existam, conforme menciona a professora Laura: “*Não sei se eu sou a única que sinto isto, mas acho que não, pois vi muito colega expressando desmotivação por este tipo de situação, que parece não ter remédio, e nem solução*”. Segundo Codo e Gazzotti (2002, p. 57), os sentimentos ao se tornarem evidentes, podem causar, na maioria das vezes, “danos”.

Enfim, ao perguntar-lhes “se gostariam de acrescentar algo à entrevista”, observa-se que as contribuições das professoras Priscila e Laura apontam a importância de se estudar e compreender a condição e o trabalho dos professores

contratados por tempo determinado: “... eu acredito que a ideia de estudar o que acontece com os professores determinados é boa ... e que essas informações possam a ajudar estes profissionais...” (PRISCILA, p. 171); “se for para contribuir para a ciência, conte comigo sempre” (LAURA, p. 179).

Apesar do resultado das entrevistas ter contribuído para o alcance dos objetivos desta pesquisa, destaca-se que os estudos e as reflexões sobre a precarização do trabalho docente, como reflexo de um mundo do trabalho precarizado, na nova ordem social, atinge a escola e o trabalho do professor em diversos aspectos e modalidades, sendo a provisoriação uma de suas faces, visto que a flexibilização é prerrogativa da sociedade do capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de estudar os sentimentos resultantes da condição do professor temporário de uma Escola Técnica da cidade de São Paulo, foi possível compreender que esta assinalada situação é apenas uma das faces do capitalismo contemporâneo, dentre tantas outras, e não uma questão localizada da escola em estudo. A flexibilização da economia, e as intensas mudanças no mundo do trabalho, levaram os Estados à realização de reformas no campo do trabalho, voltadas para uma política de gestão de recursos humanos, com base nas exigências do mercado econômico, em destaque para a redução de custos e investimentos competitivos e lucrativos, e uma delas é o contrato com prazo fixo.

O diálogo estabelecido entre autores e estudiosos da sociedade moderna possibilitou identificar que o ponto de partida para se entender a precarização do trabalho docente no Brasil, encontra-se na nova e flexível dinâmica do capitalismo social globalizado e, em suas implicações no mundo do trabalho a incidirem na educação escolar.

A flexibilização e adaptabilidade nas relações de trabalho incorporam-se na educação brasileira, intensificando-se e incidindo no trabalho docente em todos os Estados, inclusive em São Paulo, a partir da década de 1990, com o propagar de ideias neoliberais como a eficácia, eficiência e a produtividade, promovendo um elo entre as instituições escolares e o mercado de trabalho.

Neste contexto, principalmente, o ensino técnico passa a ser uma realimentação da economia e de grande interesse do Governo paulista, haja vista a instituição do Plano de Expansão do Ensino Técnico do Centro Paula Souza, que ao iniciar, em 2004, possuía 105 (cento e cinco) Escolas Técnicas e fecha o ano de 2015 com 217 (duzentas e dezessete).

Essa expansão também mostra que em 45 (quarenta e cinco) anos de existência, os cursos técnicos e tecnológicos triplicaram com a implantação de novos cursos e novas unidades, com o objetivo de conferir aos jovens paulistas oportunidades crescentes de progresso intelectual e econômico, tudo isso fundamentado no conhecido preceito de “fornecer ao cidadão o melhor serviço ao menor custo”.

Portanto, as diretrizes adotadas pelo Governo de São Paulo, investindo em contratações de professores temporários para suprir a demanda da expansão do ensino técnico é fruto dos novos modelos de gestão de recursos humanos, pautados na lógica neoliberal de redução de custos nas áreas de políticas sociais e na formação de um aluno competente para o mercado de trabalho. Assim, pode-se considerar que o professor provisório é o melhor recurso para garantir e atender à alta demanda, mas também é o primeiro a ser descartado, em situações que exigem cortes de pessoal, redução de cursos, turmas e escolas.

Nesse caso, o Estado que regulamenta e protege o professor provisório, por tempo determinado, beneficia-se da rotatividade desse profissional, em tempos de crescimento ou em tempos de crise, visto que não possui direitos à ascensão na carreira docente e, consequentemente, permanece, na escala de salário, na referência inicial do professor efetivo, a exemplo do que ocorre na Escola estudada. Além disso, ele se torna ainda mais vantajoso para o Estado, pois atua em sala de aula e em reuniões pedagógicas ou administrativas, ou seja, exerce as mesmas funções do professor efetivo, sem algumas vantagens do emprego público, embora consideradas também precárias, que fazem parte dos anseios do professor temporário.

Os estudos realizados no decorrer da pesquisa, e os resultados obtidos nas entrevistas com as professoras, que vivenciaram a condição de temporárias na Escola Técnica de São Paulo, mostraram que os sentimentos não nascem no sujeito, como se pensou nas inquietações iniciais, porém, na forma do Estado gerir os recursos humanos com base nesse modelo do capital. Os teóricos da sociologia do trabalho ao investigarem as transformações recentes no mundo do trabalho, debatem e demonstram as interferências e exigências por elas impostas, destacando-se a flexibilização e a precarização.

Desta forma, considera-se ainda que as incertezas, inseguranças e tantos outros desconfortantes sentimentos decorrentes da condição da provisoriação docente não se limitam a esta escola técnica paulista pesquisada. A precarização das relações de emprego, resultantes das transformações no mundo do trabalho, hoje, por ser contextual e não localizada, encontra-se presente e ressurge das Reformas educacionais no Brasil, intensificando-se e recaindo sobre o trabalho docente a partir da década de 1990, época em que se consolida a denominada desregulação do trabalho: desemprego e contratos temporários.

A psicologia social também entende que os sentimentos, o adoecimento e o *burnout* também são decorrentes desse cenário flexível e precarizado, hoje, a recair e intensificar o trabalho docente nas escolas brasileiras, levando professores efetivos e temporários a sentirem-se desvalorizados, desmotivados e doentes.

A síndrome de *burnout*, em professores, é fruto destes novos tempos e, segundo estudos, os quatro domínios responsáveis pelo seu desencadeamento encontram-se na organização (instituição), nas interações interpessoais, treinamento e designação/combinações institucionais. Codo e Vasques-Meneses (2002) mostram também que o *burnout* é um problema mundial e não é privilégio da realidade educacional, social ou cultural de um país.

Ao compreender a amplitude e complexidade do assunto estudado, percebe-se que há um longo caminho e várias vertentes a serem ainda descobertas e discutidas sobre a precarização do trabalho docente, por essa razão, este trabalho é uma pequena contribuição para futuras pesquisas na própria Escola Técnica, bem como em outros ambientes, em que a condição de professor temporário leve a contraditórios sentimentos, muitas vezes abafados, pelo acelerado, competitivo e desgastante mundo do trabalho moderno.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, M.B.C.; CABRAL, M.S.R. **Regime de acumulação flexível e saúde do trabalhador.** São Paulo em Perspectiva, 2003. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392003000100002.

Acesso em: 07 dez. 2015.

ARAÚJO, Clarissa Martins, CAVALCANTE, Miria Ester P. E NASCIMENTO, Ariana A. do. **O processo de inserção de professores, recém – formados e iniciantes na**

carreira docente, em Escolas Municipais nas séries iniciais do Ensino Fundamental Paulista. Disponível em:

https://www.ufpe.br/ce/images/Graduacao_pedagogia/pdf/2006.2/processo.pdf.

Acesso em: 08 dez. 2015.

AMBROSIO, Clodomiro. Professores Contratados e o Processo Pedagógico nas Escolas Públicas Estaduais. (Dissertação de Mestrado) – Universidade do Vale dos Rios dos Sinos – UNISINOS, Porto Alegre, 2007.

ANDRADE, Eva Partocki de. Professores Substitutos: neoliberalismo e a Flexibilização do Trabalho. Paraná: Universidade Tuiuti do Paraná, 2012.

ANTUNES, R.; ALVES, G. As Mutações no Mundo do Trabalho na era da Mundialização do Capital. Campinas: **Educação & Sociedade**, vol. 25, num. 87, mai/ago. 2004, PP. 335-351. Disponível em:

<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87314215003>. Acesso em: 10 dez. 2015.

ARAUJO, José Valdir Damascena. A precarização do Trabalho Docente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IFMA. Brasília: Universidade de Brasília – UnB, 2011.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. Ficha informativa - Lei complementar n.º 1.240. São Paulo: 22 abr. 2014. Disponível em:

<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2014/lei.complementar-1240-22.04.2014.html>. Acesso em: 10 dez. 2015.

_____. Decreto n.º 37.735, de 27 de outubro de 1993. São Paulo: Secretaria Geral Parlamentar Departamento de Documentação e Informação, 1993. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1993/decreto-37735-27.10.1993.html>. Acesso em: 10 nov. 2015.

_____. Projeto de Lei Complementar n. 10. Mensagem n. 10/08 do Sr. Governador do Estado de São Paulo, 2008. Disponível em:

www.al.sp.gov.br/spl/2008/03/Propositura/11250846_783814_plc10.doc. Acesso em: 12 nov. 2015.

AUGUSTO, Maria Helena Oliveira Gonçalves. **As Reformas Educacionais e o “Choque de Gestão”:** a precarização do Trabalho Docente. Caxambu, Minas Gerais: 28.^º Reunião da ANPED – GT 09 – Trabalho e Educação, 2005.

AVILA, Sueli de Fátima Ourique. **Mercantilização do Ensino Superior:** as consequências das mudanças produtivas para os docentes de ensino superior. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2010.

BASILIO, Juliana Regina. **Contratos de Professores e a Construção da Condição Docente na Escola Pública Paulista (1974-2009).** (Dissertação de Mestrado) - Campinas: 2010.

_____. **A Seleção Pública para o Trabalho não Efetivo na Rede Paulista de Ensino à Luz da Seleção Social dos Candidato.** Porto de Galinhas, Pernambuco: 35.^a Reunião Anual da ANPED – GT 14 – Sociologia da Educação, 2012.

_____. **Situação de emprego e o processo de trabalho docente na escola pública paulista.** Porto de Galinhas / Pernambuco: 35.^a Reunião Anual da ANPED – GT 08 , 2012.

BASSOTTI, Ivani Maria. **Um Panorama da Política de Recursos Humanos no Estado de São Paulo: conceitos e desafios.** CONSAD - III Congresso Consad de Gestão Pública. Brasília: 2010, Painel 36/142 - *Meritocracia no Estado de São Paulo: o desafio de uma política de recursos humanos orientada ao desenvolvimento e resultados.* Disponível em:

http://www.escoladegoverno.pr.gov.br/arquivos/File/Material_%20CONSAD/paineis_I_II_congresso_consad/painel_36/um_panorama_da_politica_de_recursos_humanos_no_estado_de_sao_paulo_conceitos_e_desafios.pdf. Acesso em: 15 nov. 2015.

BASSOTTI, I.M.; SANTOS, T.S.; TEIXEIRA, H.J. (Org.). **Contribuições para a Gestão de Pessoas na Administração Pública.** São Paulo: FIA/USP, 2013.

Disponível em:

<http://www.recursoshumanos.sp.gov.br/paprh/Arquivos/Contribuicoes2012%5be-book%5d.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2015.

BAUMAN, Zygmunt. **Capitalismo Parasitário**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda., 2010.

_____. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda., 2014.

BELL, Judith. **Como Realizar um Projecto de Investigação**. 4. ed. Lisboa: Gradiva, 2008.

BINOTTO, E.; HOFF, D.N.; MENEGUETE, V.S.; SIQUEIRA, E.S. **Seleção de Docentes em Universidade Federais: uma análise dos regulamentos**. Rio de Janeiro: Scileo Brasil, *Ensaio: avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40362012000400006>. Acesso em: 18 nov. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Parecer 11/2012. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10804-pceb011-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 15 nov. 2015.

_____. Ministério da Educação. Educação Profissional – **Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico**. Introdução.

Brasília: 2000. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/introduc.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2015.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio**. Documento Base. Brasília: dez 2007. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf. Acesso em: 15 nov. 2015.

_____. Presidência da República. Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666cons.htm. Acesso em 18 nov. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Tribunal de Contas da União (TCU). **Relatório de Auditoria Coordenada no Ensino Médio**, 2013. Disponível em: <http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2642558.PDF>. Acesso em 18 nov. 2015.

BRITO, Flávio dos Santos. **Estado e Questão Social**: padrões de Intervenção na Área Social – Uma Leitura sobre as Matrizes Liberal, Neoliberal e Social Democrata. Minas Gerais, Juiz de Fora, 2012.

CAMARGO, L.R.; SALOMÃO, S.M.S.; TEIXEIRA, H.H. Reconstrução da administração pública: aspectos do caso brasileiro. São Paulo: **Revista de Administração**, v. 34, n. 1, p. 53-60, jan./mar., 1999.

CAMARGO, Rubens Barbosa de, MINHOTO, Maria Angélica Pedra e SANTOS, João Batista Silva dos. **Professores efetivos e não-efetivos na rede Estadual de São Paulo**: caráter temporário que se tornou permanente. Salvador: X Seminário Internacional da Rede Estrado, 2014. v.1. p. 1-17. Disponível em: <http://www.escavador.com/sobre/2408132/maria-angelica-pedra-minhoto#producoes>. Acesso em: 12 dez. 2015.

CASTEL, Robert. **La Inseguridad Social ¿Qué es estar protegido?** Argentina, Buenos Aires: Editorial Manantial, 2008.

_____. **El Ascenso de las incertidumbres Trabajo, protecciones, estatuto del individuo.** Argentina, Buenos Aires: Editorial Manantial, 2005.

_____. **As metamorfoses da questão social:** uma crônica do salário. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013.

CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo e PEREIRA, Lacerda de Alencar. **Contratualização no ensino superior:** um estudo à luz da nova gestão pública. Maringá: Acta Scientiarum. Education, v. 36, n. 2, p. 287-296, jul./dez., 2014.

CENTRO PAULA SOUZA. **Classes Descentralizadas.** Disponível em: <http://www.centropaulasouza.sp.gov.br/quem-somos/departamentos/agpc/tipos-deparcerias-e-convenios/classes-descentralizadas.asp>. Acesso em: 10 jul. 2015.

_____. **Competência em Educação Pública Profissional.** Relatório de Gestão. 2004-2008. Disponível em:
<http://www.centropaulasouza.sp.gov.br/publicacoes/relatorio-de-gestao/default.asp>. Acesso em: 05 dez. 2015.

_____. **Departamento de Gestão e Procedimentos de Seleção.** Disponível em: http://cpssitevm.cloudapp.net/dgps/ManualVirtual/ConcursoDocente/Default.aspx#.V_aLLn85gKp1?. Acesso em: 20 jun. 2015.

_____. **Escola Técnica Estadual de São Paulo.** Disponível em: <http://www.etesaopaulo.com.br/interna.aspx?cod=1&cod2=19&sub=1>. Acesso em: 07 maio 2015.

_____. **Governo do Estado Investindo mais no Ensino Profissional.** Alicerces da construção. Revista Centro Paula Souza: ano 8, n. 40, maio/jun., 2014. Disponível em: www.centropaulasouza.sp.gov.br . Acesso em: 15 dez. 2015.

_____. **Manual do Professor Ingressante 2013.** Disponível em:
http://www.etecaguai.com.br/manual_cps_de_06_06_13.pdf. Acesso em: 18 maio 2015

_____. **Perfil e Histórico.** Disponível em:
<http://www.centropaulasouza.sp.gov.br/quem-somos/perfil-historico/> . Acesso em: 18 maio 2015.

_____. **Plano De Carreiras, de Empregos Públicos e Sistema Retributórios dos Servidores do Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza”.**
http://www.al.sp.gov.br/StaticFile/sessao_inaugural/relatorio_atividades_administracao_estadual_2008.pdf . Acesso em: 10 dez. 2015.

_____. **Plano Político Pedagógico (PPP).** Disponível no site:
<http://www.etesapaulo.com.br/arquivos/PPP.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2015.

_____. **Relatório de Gestão 2008-2012.** Disponível em:
<http://www.centropaulasouza.sp.gov.br/publicacoes/relatorio-de-gestao/default.asp>.
Acesso em: 10 nov. 2015.

_____. Unidade de Recursos Humanos. **Contratação de docentes por tempo determinado.** Disponível em: <http://www.centropaulasouza.sp.gov.br/crh/>. Acesso em: 10 nov. 2015.

CODO, Wanderley (Coord.). **Educação: carinho e trabalho. Burnout, a síndrome da desistência do educador, que pode levar à falência da educação.** Rio de Janeiro: Editora Vozes Ltda., 2002.

CUNHA, Elisabeth de Souza Figueiredo. **Trabalho Docente a Distância: flexibilização e/ou precarização?** Minas Gerais: Universidade de Uberaba, 2011.
Marília, São Paulo: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2013.

DANTAS, Gisele Kemp Galdino. **Política Educacional Paulista (1995-2012): Dois Primórdios da Reforma Empresarial Neoliberal à Consolidação do Modelo Gerencial.**

Estado de São Paulo tem 57 mil professores temporários. **ESTADÃO EDUCAÇÃO.**

São Paulo: 2014. Disponível em:

<http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,estado-de-sao-paulo-tem-57-mil-professores-temporarios,1607551>. Acesso em: 15 dez. 2015.

FIOD, Edna Garcia. **A Precarização do Trabalho Docente.** Santa Catarina: Universidade Federal de Santa Catarina, GT: Trabalho e Educação, n.º 09, 2009.

FERREIRA, Denize Cristina Kaminski. **Os Professores Temporários da Educação Básica da Rede Pública do Estado do Paraná: a Flexibilização das Contratações e os Impactos sobre as Condições de Trabalho.** (Dissertação de Mestrado) - Universidade Federal do Paraná, 2013.

FREIRE, Juciley Silva Evangelista. **Concepções de Participação nas Políticas Educacionais:** fundamentos Sócio-Históricos. Tocantins. Universidade Federal do Tocantins, 35.ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED, 2012.

GÓMEZ, J; et al. **Metodología Comunicativa Crítica.** Barcelona: El Roure Editorial S.A., 2006.

GALDINO, Valéria Kemps. **Trabalho Decente? Para que(m)? Um Estudo sobre o trabalho de professores contratados na rede estadual de educação pública.** São Paulo: Universidade Nove de Julho – UNINOVE, 2012.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo – Secretaria Geral Parlamentar. Departamento de Documentação e Informação. Lei n. 500, de 13 de novembro de 1974. Institui o regime jurídico dos servidores admitidos em caráter temporário e dá providências correlatas.

Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1974/lei-500-13.11.1974.html>. Acesso em: 15 dez. 2015.

_____. Imprensa Oficial. Diário Oficial: Editais de Concursos e Processos Seletivos de docentes da Escola Técnica de São Paulo, de 2010 a 2014.

_____. Lei Complementar n.^º 1.093, de 16 de julho de 2009. Contratação por tempo determinado. Disponível em:

<http://www.legislacao.sp.gov.br/legislacao/dg280202.nsf/6279925b177ee40183256b6f00692f13/1f2e0092c9829850032575f6004d22de?OpenDocument>. Acesso em: 08 jun. 2014.

_____. Portal do Governo do Estado de São Paulo. **Revista SPnotícias**, Ano 2, n. 18, São Paulo: 2007. Lei n.^º 13123 de 8 de julho de 2008, p.2. Acesso em: 03 dez. 2015.

_____. Relatório das Atividades da Administração Estadual em 2008. Mensagem Anual à Assembleia Legislativa do Estado. São Paulo, 2009, p. 116. Disponível em: http://www.al.sp.gov.br/StaticFile/sessao_inalquinal/Relatorio_Atividades_Administracao_Estadual_2009.pdf. Acesso em: 03 dez. 2015.

_____. Secretaria de Economia e Planejamento – Plano Plurianual (PP) 2008-2011. Disponível em:

http://www.planejamento.sp.gov.br/noti_anexo/files/planejamento_orcamento/ppa/PPA20082011/PROG_ACOES.pdf. Acesso em: 28 nov. 2015.

_____. Secretaria da Fazenda. Relatório da Lei de Responsabilidade Fiscal. Disponível em: <http://www.fazenda.sp.gov.br/execucao/>. Acesso em: 28 nov. 2015.

_____. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional. Plano Plurianual 2012-2015. Diagnósticos, Fundamentos e Visão Estratégica. v.1 Lei n.^º 14.676, de 28 de dezembro de 2011. Disponível em:

http://www.planejamento.sp.gov.br/noti_anexo/files/planejamento_orcamento/ppa/PPA20082011/PROG_ACOES.pdf. Acesso em 28 nov. 2015.

KOEHLER, Solange Ester. **A Trajetória Institucional/Docente do professor Substituto da UFSM**. Rio Grande do Sul: Universidade Federal de Santa Maria, 2006.

IMPRENSA OFICIAL GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Serviços da Imprensa Oficial Diário oficial.** Disponível em:

http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx#13/07/2015 . Acesso em: 10 dez. 2015.

LIEVORE, Sue Elen. **O Trabalho Docente e seu Processo de Intensificação:** um Estudo de Caso. Florianópolis: 37.^º Reunião Nacional da ANPED, 2010.

LIMA, Eloane Coimbra. **Os sentimentos do professor gerados pelas suas vivências na prática docente:** um estudo com docentes em uma escola pública no Piauí. Fortaleza: 2011.

LIMA, Silvia Elena; FILHO, Salvador dos Santos; FILHO, Clovis Roberto dos Santos. **Os (des) Caminhos da Educação Profissional e Tecnológica no Estado de São Paulo.** São Paulo: Sinteps, 2008.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. *Verbete*. Disponível em www.histedbr.fe.unicamp.br/.../verb_b_carlos_leoncio_de_carvalho.htm. Acesso em: 10 dez. 2015.

MANZINI, Eduardo José. **Considerações sobre a Transcrição de Entrevista.** Texto fez parte do material utilizado para obtenção do título de livre docência em Educação, pela Unesp de Marília, 2012.

MARONEZE, Luciane Francielli Zorzetti. **A Precarização do Trabalho Docente na Rede Estadual de Educação Básica no Paraná.** Paraná: Universidade Estadual de Maringá, 2011.

MONTALVÃO, Antônio Fernando. **Contrato por prezo prazo determinando.** Art. 37, IX, da Constituição Federal. Publicado em 05/2005. Disponível em <http://jus.com.br/artigos/6672/contrato-por-prazo-determinado>. Acesso em: 10 jun. 2015.

MOURA, Carolina Baruel de. **A Precarização do Trabalho Docente nas Escolas Estaduais Paulistas.** Marília, São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 2013.

NETO, João Genaro Finamor. **A precarização do trabalho docente na rede estadual de educação do Rio Grande do Sul:** a contratação temporária de professores como flexibilização das relações de trabalho. Florianópolis: X ANPED SUL, out. de 2014.

NONNENMACHER, Solange. **Mercantilização da Educação e Docência em Instituições de Ensino Superior Privado.** Rio Grande do Sul: Universidade Federal de Santa Maria, 2008.

NOSELLA, Paolo. **Instituições Escolares:** Pesquisa educacional. São Paulo: Editora Alínea, 2009.

NÓVOA, Antônio; et al. (Org.). **Vida de Professores.** Portugal: Porto Editora, 1989, (p. 3-51).

OLIVEIRA, Dalila; MELO, Savana. Conflitos docentes no Brasil e manifestações sindicais: natureza e significados. **Revista Lusófona de Educação**, 2006/8, (p. 117-132).

OLIVEIRA, Dalila et al. Envolvimento Docente na Interpretação do seu Trabalho: uma Estratégia Metodológica. **Cadernos de Pesquisa**, v. 38, n. 133, p. 221-236, jan./abr. 2008.

OLIVEIRA, Dalila; DUARTE, Adriana. **Política educacional como política social:** uma nova regulação da pobreza. Perspectiva, Florianópolis, v. 23, n. 02, p. 279-301, jul./dez., 2005. <HTTP://www.ced.ufsc.br/nucleus/nup/perspectiva.htm>. Acesso em: 10 jun. 2015.

OLIVEIRA, Dalila; ASSUNÇÃO; Ada Ávila. Intensificação do Trabalho e Saúde dos Professores. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 30, n. 107, p. 349-372,

maio/ago. 2009. Disponível em <HTTP://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 10 jun. 2015.

OLIVEIRA, Dalila. E a Re-Estruturação do Trabalho Docente: Reflexões sobre o Contexto Latino-American. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 28, n. 99, p. 355-375, maio/ago. 2007. Disponível em <HTTP://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 10 maio 2015.

_____. A Reestruturação do Trabalho Docente: Precarização e Flexibilização. Educ. Soc., **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1127-1144, Set./Dez. 2004. Disponível em <HTTP://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 13 jun. 2015.

_____. Regulação educativa na America Latina: repercussões sobre a identidade dos trabalhadores docentes. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 44. p. 209-227, dez. 2006.

_____. Regulação das Políticas Educacionais na America Latina e suas Consequências para os Trabalhadores Docentes. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 26, n. 92, p. 753-775, out. 2005. Edição Especial. Disponível em <HTTP://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 07 nov. 2015.

PINTO, Isabela Rahal de Rezende. **A Contratação Temporária de Docentes na Rede Pública de Ensino: Análise das Decisões Judiciais do Supremo Tribunal Federal (2003-2012)**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 37.^a Reunião Nacional da ANPEd – 04 a 08 de outubro de 2015, UFSC – Florianópolis, 2015.

POPKEWITZ, Thomas S. **Reforma Educacional Uma Política Sociológica Poder e Conhecimento em Educação**. Porto Alegre: Artes Medicas, 1997.

RODRIGUES, Maria Salete Xafranski. **Trabalho Docente e Precarização: Contextos e Desafios**. Santa Catarina: Universidade do Planalto Catarinense. 2011.

RIGOLON, Walkiria. **Quem quer ser professor? A precariedade objetiva e subjetiva no trabalho docente.** Goiânia, Goiás: 36.^a Reunião Nacional da ANPED – GT 09, 2013.

SANTOS, Washington dos. **Dicionário Jurídico Brasileiro.** Belo Horizonte: Del Rey Editora, 2001.

SILVA, Simone Cesar da. **A Precarização do Trabalho Docente Universitário nos Anais da AMPEd:** uma análise critica de estudos selecionados. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 2008.

SILVA, Ieda Fátima da. **Sofrimento psíquico e mal-estar docente:** uma interface com o trabalho, a saúde e a família. Bahia, Salvador: Universidade Católica de Salvador, 2013.

SINTEPS JORNAL, Sindicato dos Trabalhadores do CEETEPS, do Ensino Público Estadual, Técnico, Tecnológico e Profissional do Estado de São Paulo. Estudo do Sinteps comprova: impacto das reivindicações da data-base 2015 é ínfimo, Jornal 69, jun./jul., 2015, p. 9.

SOUZA, Elisabeth Pecegueiro de Souza. **O Papel Contraditório Eventual da Rede Pública de Ensino do Estado de São Paulo na Articulação das Relações de Trabalho e Profissão Docente:** “Lúmpen-Professorado”? São Paulo: Universidade Metodista de São Paulo, 2012.

SOUZA, Liliane Bordignon de. **Docência em Escola Técnica:** Relações e Condições de Trabalho. Campinas: Faculdade de Educação, UNICAMP, 2010.

SOUZA, Marcelo Nogueira de. **Condições de Trabalho e Remuneração Docente:** O Caso do Professor Temporário na Rede Estadual de Ensino do Paraná. Paraná: Universidade Federal do Paraná, 2011.

SOUZA, Maria Antônia de. Desigualdade e Exclusão: reflexões a partir da obra de Robert Castel. **Folha de São Paulo:** Resenha da obra de Robert Castel, 1998.

TAVARES, Andre Luis dos Santos. **A Precarização do Trabalho Docente na Educação Superior:** um Estudo sobre a Contratação Temporária de Docentes. Pará: Universidade Federal do Pará, 2011.

TEIXEIRA, Rosiley Aparecida. **Os Concursos Públicos de Professores Primários na Instrução Pública Paulista (1982 – 1933).** São Paulo: Paco Editorial, 2013.

ANEXO I – Ficha de Avaliação dos Candidatos para Concurso Público Docente

1. O número do Edital é o mesmo do Edital de Abertura de Inscrições.
2. Quando o Concurso Público destinar-se à classe descentralizada, identificá-la abaixo da denominação da ETEC.
3. Nos termos do subitem 3.1, capítulo XI, do Edital de Abertura de Inscrições, é considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos (Média das notas atribuídas pelos membros da Banca).
4. Documento de uso exclusivo da Banca Examinadora.
5. Critérios, pontuação

a) Planejamento; Procedimento(s) Didático(s); de zero a 20 (vinte) pontos, cada
Referência: 0 a 04 = fraco 06 a 09 = regular 10 a 15 = bom 16 a 20 = ótimo
b) Expressão; Linguagem e Comunicação; de zero a 10 (dez) pontos, cada
Referência: 0 a 02 = fraco 03 a 04 = regular 05 a 08 = bom 09 a 10 = ótimo
c) Conteúdo; de 0 a 40 pontos
Referência: 0 a 09 = fraco 10 a 19 = regular 20 a 30 = bom 31 a 40 = ótimo
6. Nota Final da Prova de Métodos Pedagógicos.

EXCLUIR ESTA OBSERVAÇÃO DO ANEXO

ETEC <<nome da ETEC>> - <<cidade>>

FICHA DE AVALIAÇÃO

CONCURSO PÚBLICO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO – EDITAL N° ____ / ____ / ____ – PROCESSO N° ____ / ____

AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL:

**DESPACHO PUBLICADO NO DOE DE ____ / ____ , PROCESSO N° ____ / ____ OU
REPOSIÇÃO AUTOMÁTICA A QUE ALUDE O ARTIGO 11 DA LC 1.240/2014**

COMPONENTE CURRICULAR: <<nome do componente curricular>>

Nº de Inscrição	Candidato	Planejamento			Expressão			Linguagem e comunicação			Procedimento(s) didático(s)			Conteúdo			Total			Nota final da Prova de Métodos Pedagógicos	
		Examinadores			Examinadores			Examinadores			Examinadores			Examinadores			Examinadores				
		1	2	3	1	2	3	1	2	3	1	2	3	1	2	3	1	2	3		

Nome e assinatura
Examinador 1
Presidente da Banca

Nome e assinatura
Examinador 2
Especialista

Nome e assinatura
Examinador 3
Membro

, _____, de _____ de _____

CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DA PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

1. PLANEJAMENTO: introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos);

2. EXPRESSÃO: contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção);

3. LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO: naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação;

4. PROCEDIMENTO(S) DIDÁTICO(S): uso adequado de recursos didáticos (audiovisual, material impresso, quadro negro etc.); adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos; interação aluno-professor (motivação, diálogos, etc), preocupação com o tempo; indicação dos instrumentos de avaliação;

5. CONTEÚDO: domínio, ordem de exposição (gradação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações, etc;

As notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora a cada critério acima, não podem sofrer variação inferior a um ponto.

ANEXO II – Ficha de Avaliação dos Candidatos ao Processo Seletivo de Docente

FICHA DE AVALIAÇÃO

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL

Cidade

PROCESSO SELETIVO DE DOCENTE, REALIZADO NOS TERMOS DO ARTIGO 3º DA DELIBERAÇÃO CEETEPS Nº 2/2009, regulamentado pelo Comunicado CEETEPS-1/2009, com, alterações introduzidas pelos Comunicados CEETEPS nºs 3 e 5/2009..
AVISO N° _____ de ____/____/_____. Processo nº ____/____.

Componente curricular:

Grupo de componentes curriculares: ; ;

CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DA AULA TESTE

_____ , _____ de _____ de _____

nome e assinatura
membro 1
presidente da Comissão de Avaliação

nome e assinatura
membro 2
especialista

nome e assinatura
membro 3

Obs.

1. Nos termos do item 4 do inciso VI do Comunicado CEETEPS – 1/2009, considerar-se-á aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50(cinquenta) pontos na aula teste (média das notas atribuídas pelos membros da Comissão).
 2. Documento de uso exclusivo da Comissão de Avaliação.
 3. Procedimentos para atribuição de notas:
 - a) Planejamento; Procedimento(s) Didático(s): de zero a 20 (vinte) pontos, cada Referência: 0 a 05 = fraco 06 a 10 = regular 11 a 15 = bom 16 a 20 = ótimo
 - b) Expressão; Linguagem e Comunicação: de zero a 10 (dez) pontos Referência: 0 a 02 = fraco 03 a 05 = regular 06 a 08 = bom 09 a 10 = ótimo
 - c) Conteúdo: de 0 a 40 pontos Referência: 0 a 10 = fraco 11 a 20 = regular 1 a 30 = bom 31 a 40 = ótimo
 4. Nota final da aula teste.

CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DA AULA TESTE

ORIENTAÇÕES

Na avaliação da aula-teste observar-se-ão os critérios a seguir especificados:

1. **Planejamento:** introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos);
2. **Expressão:** contacto visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção);
3. **Linguagem e Comunicação:** naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação;
4. **Procedimento(s) Didático(s):** uso adequado de recursos didáticos (audiovisual, material impresso, quadro negro, etc.); adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos; interação aluno-professor (motivação, diálogos, etc), preocupação com o tempo; indicação dos instrumentos de avaliação;
5. **Conteúdo:** domínio, ordem de exposição (gradação e seqüência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações, etc;

Obs.: a nota atribuída pelo membro da Comissão a cada critério acima, não poderá sofrer variação inferior a um ponto.

ANEXO III – Professores ativos na ETESP - 2014

CONTRATO	TÉCNICO	SUPERIOR	ESPECIALIZAÇÃO	POS GRADUAÇÃO	MESTRADO	DOUTORADO
Indeterminado	Eletrônica		ESQUEMA I Habilitação em Elétrica, Engenharia Ind. Elétrica e Eletrônica	Gestão Empresarial e Adm de Empresa p/ Engenharia		
Indeterminado		Bacharel em Sistemas da Informação	ESQUEMA I Habilitação Informática	Gestão Empresarial e Inovação e Tecnológica		
Determinado		Bacharel em Comunicação Social	Comunicação Social	Administração de Marketing		
Determinado		Bacharel em Engenharia	ESQUEMA I Habilitação em Elétrica	Especialização em Processamento da Informação		
Indeterminado	Tecnologia	Tecnólogo em Processamento de Dados	ESQUEMA I Habilitação Informática			
Indeterminado		Bacharel em Ciências da Computação		Segurança da Informação		
Indeterminado		Bacharel em Administração	Administração - Habilitação em Comércio Exterior	Administração		
Indeterminado		Bacharel em Administração	Administração			
Indeterminado		Bacharel em Engenharia Civil	Esquema I com Habilitação em Construção Civil e Matemática	Especialização em Educação Especial		
Indeterminado			Bacharel em Administração			
Determinado	Nutrição		Nutrição			
Determinado	Edificações / Gestão Empresarial	Tecnólogo em Construção Civil / Bacharel em Engenharia Civil	Engenharia Civil			
Determinado		Bacharel e Licenciada em História				
Indeterminado			Economia	MBA em ADM	Mestrado em Administração	Doutorado em Educação - USP - EM CURSO
Determinado			Engenharia Elétrica(modalidade Eletrônica)	Administração de Empresa, Segurança do trabalho, Tecnologia Metro ferroviário, Psicobiologia da Saúde do Trabalho		
Indeterminado	Técnico em Processamento de Dados	Pedagogia: Licenciatura Plena, Habilitação em Ed. Infantil, Séries Iniciais e Gestão Escolar	Lic. Plena em Infomática, Esquema I habilitação em matemática e Tecnologi em Procesamentos de Dados	Consultoria em Internet		
Indeterminado		Bacharel em Engenharia	Esquema II habilitação em Matemática/Engenharia habilitação em engenharia mecânica	Marketing		
Determinado		Letras	Língua Portuguesa		Mestrado em Língua Portuguesa (em curso)	
Indeterminado	Magistério	Licenciatura Plena	Direito	Educação Ambiental em curso		
Indeterminado		Administração	Administração habilitação em Administração de Empresas			
Indeterminado			Engenharia de Software			
Indeterminado		Educação Física	Licenciatura em Educação Física			
Indeterminado	Contabilidade	Graduação em Administração de Empresa	Administração de Empresas			
Determinado	Técnicas de Planejamento Urbano e Transporte	Licenciatura em Ciências Sociais		Planejamento em Transporte	Arquitetura e Urbanismo	Arquitetura e Urbanismo
Indeterminado		Pedagogia	Licenciatura Plena em Matemática, Bacharel em Administração	Análise de Sistemas, Recursos Humanos, Psicopedagogia, Matemática, Magistério do Ensino Superior		
Determinado		Educação Física				
Indeterminado			Esquema, Construção Civil e Engenharia Civil	Administração de Empresas para Engenheiros		
Indeterminado	Contabilidade		Esquema I, Contabilidade, Ciências Contábeis	Administração de Empresas, Núcleo de Concentração e Contabilidade	Educação, Comunicação e Administração	Educação (andamento)

CONTRATO	TÉCNICO	SUPERIOR	ESPECIALIZAÇÃO	POS GRADUAÇÃO	MESTRADO	DOUTORADO
Indeterminado			Licenciatura em Letras			
Determinado	DECORAÇÃO			ARQUITETURA E URBANISMO		
Indeterminado		Direção e Supervisão Escolar	Bacharelado e Licenciatura em Física	História da Ciência e Ensino de Física		
Indeterminado			Tecnologia em processamento de dados.	Projeto e Desenvolvimento de Sistema Web; Segurança da Informação	Tecnologia: Gestão, Desenvolvimento e Formação.	
Indeterminado			Tecnologia em Informática			
Indeterminado			Tecnologia em Eletricidade Eletrônica			
Indeterminado			Licenciatura em Geografia/Bacharel em Geografia	Política e Relações Internacionais	O papel das vias de Circulação Territorial do estado Boliviano Geografia Humana	
Indeterminado			Administração de Empresas	Administração Educação Superior		
Indeterminado			Licenciatura em História / Bacharel em História			
Determinado			Licenciatura Plena em História			
Indeterminado		Arquitetura	Esquema I / Arquitetura			
Indeterminado	Técnico em Eletrotécnica		Licenciatura em Pedagogia/Engenheiro Eletricista, Administração, Tecnologia em Eletricidade		Mecatrônica Mecânica Fina	
Determinado			Arquitetura e Urbanismo			
Indeterminado		Geografia	Licenciatura em Geografia/Bacharel em Geografia			
Indeterminado	Magistério		Tecnólogo em Criação e Desenvolvimento de Website/Tecnologia em Processamento e Websites/Tecnologia em Processamento de dados			
Indeterminado		Letras	Licenciatura Plena em Letras Inglês e sua Literaturas	Formação de Professores		
Indeterminado		Administração e Ciências Contábeis	Esquema I / Bacharel em Administração			
Determinado						
Indeterminado	Magistério	Administração	Administração de Empresas			
Indeterminado		letras	Licenciatura em Português-Inglês	Gestão e Organização da Escola	Letras	
Determinado		Letras - Português/Inglês				
Indeterminado		Ciências Sociais	Licenciatura em Ciências Sociais	Especialização em Economia	Sociologia	
Indeterminado	Processamento de Dados		Licenciatura em Pedagogia, Esquema I em Informática, Bacharel em análise de Sistemas	Informática		
Indeterminado	Esquema I, Tecnólogo em Construção Civil Modalidade Edifícios	Construção Civil				
Indeterminado	Turismo	Turismo	Tecnólogo em Turismo	Docência para Ensino Superior - Educação		
Determinado		Ciências Econômicas	Bacharel Ciências Econômicas	Desenvolvimento de Executivos em Administração		
Indeterminado		Ciências Econômicas e Informática	Tec. em Proc. de Dados, Bacharel Ciências Econômicas, Informática, Esquema, Pedagogia, Matemática	Psicopedagogia Clínica e Educacional		
Indeterminado	Técnico em Processamento de Dados	Bacharel de Administração	ESQUEMA I Habilitação em Elétrica	Rede Local e Cabling		
Indeterminado	Magistério		Engenharia de Produção/ Mecânica	Transporte e Tráfego		
Indeterminado		Matemática	Matemática	História da Matemática/Análise Matemática e Álgebra Linear		

CONTRATO	TÉCNICO	SUPERIOR	ESPECIALIZAÇÃO	POS GRADUAÇÃO	MESTRADO	DOUTORADO
Indeterminado			Licenciatura em Letras			
Determinado	DECORAÇÃO			ARQUITETURA E URBANISMO		
Indeterminado		Direção e Supervisão Escolar	Bacharelado e Licenciatura em Física	História da Ciência e Ensino de Física		
Indeterminado			Tecnologia em processamento de dados.	Projeto e Desenvolvimento de Sistema Web; Segurança da Informação	Tecnologia: Gestão, Desenvolvimento e Formação.	
Indeterminado				Tecnologia em Informática		
Indeterminado	Técnico em Informática Industrial		Esquema I/Ciências da Computação			
Indeterminado		Letras	Letras e Espanhol			
Indeterminado		Turismo	Esquema I/ Turismo	Comunicação e Mídia		
Indeterminado		História	Licenciatura em Historia.			
Indeterminado		Ciências Sociais	Esquema I e Bacharel em Ciências Sociais		Mestrado em Sociologia	
Determinado	Processamento de Dados	Ciência da Computação				
Indeterminado	Auxiliar Patologia Clínica		Psicologia	Administração de Recursos Humanos		
Indeterminado		Ciências Econômicas	Esquema I/Ciências Econômicas	MBA - Gestão Financeira e Atuarial	Administração	
Indeterminado			Licenciatura e Bacharel em Ciências Habilidação em Química			
Indeterminado		Arquitetura e Urbanismo	Esquema I em Construção Civil Arquitetura e Urbanismo	Educação Ambiental		
Indeterminado		Licenciatura em Matemática	Matemática	História da Matemática		
Indeterminado			Ciências Biológicas		Avicultura e Pesca	
Indeterminado	Natação	Licenciatura em Educação Física	Pedagogia; Educação Física	Natação, Fisiologia do Exercício		
Indeterminado		Proeficiênciam em Inglês	Complementação Pedagógica Magistério Inglês/Português/ Inglês			
Indeterminado			Eletrônica e Telecomunicações	Automação Industrial		
DETERMINADO						
Indeterminado	Agrimensura	Engenharia Civil	Licenciado em Ciências/Esquema I/Engenharia Civil			
Indeterminado	Administração		Esquema I - Mecânica/Tecnólogo Mecânica - Modalidade Processos de Produção			
Indeterminado		Pedagogia	Letras Port./Inglês	Psicanálise e linguagem: Uma outra Psicopatologia		
determinado			Educação Artística - Artes Plásticas		Mestrado em Artes	
Determinado		Tecnologia Em Inf. Para Gestão de negócios				
Indeterminado			Administração c / Ênfase em MKT	Docência do Ensino Superior		
indeterminado						
Indeterminado		Engenharia Eletrônica				
Determinado						
Indeterminado	Eletrotécnica		Esquema I em Eletricidade/Engenharia Elétrica	Administração para Graduados e tecnologia Metroferroviária		
Determinado						
Indeterminado	Técnico em Informática		Sistemas da Informação			
Indeterminado	Magistério		Esquema I Eletrônica, Eletricidade e Telecomunicações/Engenharia Elétrica	Eletricidade na Agropecuária		
Indeterminado	Contabilidade		Bacharel em Análise de Sistemas	Administração de Banco de Dados - Oracle		

CONTRATO	TÉCNICO	SUPERIOR	ESPECIALIZAÇÃO	POS GRADUAÇÃO	MESTRADO	DOUTORADO
Determinado		Bacharel em Letras e Ciências Sociais	Licenciatura em Letras - Espanhol		Educação, Arte e História da Cultura	
Indeterminado		Pedagogia	Ciências da Computação	Mecatrônica		
Indeterminado			Letras - Português/Inglês	Adm. Recursos Humanos	Comunicação e Mercado	
Indeterminado	Eletrônica		Lic. Eletrônica/Tecnólogo em Eletricidade			
Indeterminado		processamento de Dados	Esquema I em Informática/Processamento de Dados			
Determinado	Técnico em Mecânica	Licenciatura em Física	tecnólogo em Mecânica - Processos de Produção			
Indeterminado			Letras português/Inglês			
Indeterminado			Ciências Contábeis			
Indeterminado			Lic. Letras			
Indeterminado			Tecnologia em Processamento de Dados			
Indeterminado			Bacharel em Administração de Empresa			
Indeterminado	Comercialização e Publicidade		Turismo	Planejamento Marketing Turístico		
Indeterminado			Licenciatura - Eletrônica/Engenheiro Industrial Eletricista	Telecomunicações Sistema e Energia	Tecnologia Ambiental	
Indeterminado			Engenharia Elétrica	MBA - Excelência em Gestão		
Indeterminado	Biologia		Biologia	Gestão Ambiental		

ANEXO IV – Professores indeterminados ativos ETESP/2015

CONTRATO	SUPERIOR	LICENCIATURA	CONTRATAÇÃO
Indeterminado	Bacharel em Sistemas da Informação, Pedagogia	ESQUEMA I - Habilitação Informática	27.02.08
Indeterminado	Bacharel em Engenharia	ESQUEMA I - Habilitação em Elétrica	16.02.96
Indeterminado		Licenciatura em Física	04.04.83
Indeterminado	Bacharel em Turismo	–	18.08.15
Indeterminado	Bacharel em Administração	ESQUEMA I - Administração - Habilitação em Comércio Exterior	02.09.09
Indeterminado	Bacharel em Engenharia Civil	Esquema I - Habilitação em Construção Civil e Matemática	26.07.06
Indeterminado	Tecnólogo em Processamento de Dados	Licenciatura em Informática	31.07.15
Indeterminado	Bacharel em Administração	–	06.08.01
Indeterminado	Bacharel em Arquitetura e Urbanismo	–	03.07.12
Indeterminado	Bacharel em Economia	–	01.02.13
Indeterminado		Licenciatura Plena em Física	01.06.89
Indeterminado	Geografia	–	05.02.14
Indeterminado	Pedagogia-Habilitação em Ed. Infantil, Séries Iniciais e Gestão Escolar	Licenciatura Plena em Infomática, Esquema I habilitação em matemática e Tecnologia em Procesamentos de Dados	19.02.01
Indeterminado	Bacharel em Engenharia	Esquema I - Habilitação em Matemática/Engenharia habilitação em engenharia mecânica	17.08.09
Indeterminado	Bacharel em Informática	–	01.06.11
Indeterminado	Bacharel em Direito	Licenciatura plena em Direito	21.08.12
Indeterminado	Bacharel em Administração	ESQUEMA I - Administração habilitação em Administração de Empresas	01.02.12
Indeterminado	Educação Física	Licenciatura em Educação Física	10.03.08
Indeterminado	Letras	Licenciatura em Letras	08.05.06
Indeterminado	Tecnólogo em Processamento de Dados	Informática	23.08.10
Indeterminado	Administração de Empresa	–	20.03.14
Indeterminado	Ciências Sociais	Licenciatura em Ciências Sociais	14.02.02
Indeterminado	Bacharel em Administração, Pedagogia	Licenciatura Plena em Matemática	17.08.09
Indeterminado	Construção Civil, Engenharia Civil	Esquema I - Construção Civil e Engenharia Civil	13.02.04
Indeterminado	Letras	Licenciatura em Letras	10.02.12
Indeterminado	Bacharel em Ciência da Computação	–	05.03.13
Indeterminado	Física / Pedagogia	Licenciatura em Física	17.02.12
Indeterminado	Tecnologia em processamento de dados	–	26.07.05
Indeterminado	Engenharia Eletrônica	–	07.10.03
Indeterminado	Engenharia Elétrica	–	23.07.12
Indeterminado	Tecnologia em Informática	Informática	12.03.07
Indeterminado	Tecnologia em Eletrociidade - Eletrônica	Esquema I	09.02.09
Indeterminado	Geografia	Licenciatura em Geografia	17.08.00

CONTRATO	SUPERIOR	LICENCIATURA	CONTRATAÇÃO
Indeterminado	Tecnólogo em Construção Civil - Modalidade Edifícios	Esquema I	26.10.10
Indeterminado	Bacharel em História	Licenciatura em História	26.07.99
Indeterminado	Arquitetura	Esquema I - Arquitetura	30.08.95
Indeterminado	Engenheiro Eletricista, Administração, Tecnologia em Eletricidade	Licenciatura em Pedagogia	22.02.10
Indeterminado	Química Industrial	Licenciatura em Química	15.08.01
Indeterminado	Geografia	Licenciatura em Geografia	26.07.04
Indeterminado	Tecnologia em Construção Civil, Modalidade Movimento de Terra e Pavimentação	Licenciatura Plena - Pedagogia	29.04.92
Indeterminado	Letras	Licenciatura Plena em Letras Inglês e sua Literaturas	25.07.11
Indeterminado	Administração e Ciências Contábeis	Esquema I - Bacharel em Administração	08.08.02
Indeterminado	Construção Civil, Arquitetura	Licenciatura em Construção Civil / Arquitetura	30.07.07
Indeterminado	Comunicação Social, Letras	Licenciatura em Letras	22.01.14
Indeterminado	Administração	Esquema I	26.07.10
Indeterminado	Ciência da Computação	Licenciatura Técnica	09.02.15
Indeterminado	Letras	Licenciatura em Português- Inglês	19.05.04
Indeterminado	Ciências Sociais	Licenciatura em Ciências Sociais	01.02.12
Indeterminado	Administração/Matemática, Técnicas em EAD	–	06.02.14
Indeterminado	Bacharel em Análise de Sistemas	Licenciatura em Pedagogia, Esquema I em Informática	13.02.04
Indeterminado	Administração de Empresas	–	29.07.13
Indeterminado		Licenciatura em Matemática	–
Indeterminado		Licenciatura em Educação Artística	27.07.15
Indeterminado	Construção Civil	–	04.02.02
Indeterminado	Arquitetura e Urbanismo	–	21.07.14
Indeterminado	Tecnólogo em Turismo	docência para ensino superior	11.05.11
Indeterminado	Ciências Econômicas	–	11.03.03
Indeterminado	Letras	Licenciatura em Letras	22.08.13
Indeterminado	Tec. em Proc. de Dados, Bacharel Ciências Econômicas	Esquema I - Pedagogia	13.02.04
Indeterminado	Bacharel de Administração	ESQUEMA I - Habilitação em Elétrica	14.04.08
Indeterminado	Letras Traduções Interpretação Português/Espanhol	Licenciatura Plena - Letras Português/Espanhol	26.02.15
Indeterminado	Ciências Contábeis	–	16.07.14
Indeterminado	Engenharia de Produção/ Mecânica	–	19.08.04

CONTRATO	SUPERIOR	LICENCIATURA	CONTRATAÇÃO
Indeterminado	Tecnólogo em Construção Civil - Modalidade Edifícios	Esquema I	26.10.10
Indeterminado	Pedagogia/ Ciências Sociais/ Geografia	Licenciatura em Geografia	23.04.90
Indeterminado	Matemática	Licenciatura em Matemática	09.02.89
Indeterminado	Processamento de Dados	-	04.02.11
Indeterminado	Informática	Esquema I/Ciências da Computação	20.02.03
Indeterminado	Filosofia	Licenciatura plena em Filosofia	07.08.07
Indeterminado	Letras	Letras e Espanhol	19.03.07
Indeterminado	Artes-Cênicas; Educação Artística e Pedagogia	Licenciatura em Artes	04.02.02
Indeterminado	Turismo	Esquema I - Turismo	04.02.02
Indeterminado	Pedagogia, Letras	Letras	21.05.98
Indeterminado	Ciência da Computação/Pedagogia	Didática, Licenciatura em Informática	19.02.14
Indeterminado	História	Licenciatura em História	16.02.09
Indeterminado	Ciências Sociais	Esquema I - Ciências Sociais	16.03.09
Indeterminado	Psicologia	-	03.02.03
Indeterminado	Ciências Econômicas	Esquema I - Ciências Econômicas	03.02.00
Indeterminado	Bacharel em Ciências Habilidades em Química	Licenciatura em Ciências	09.02.00
Indeterminado	Arquitetura e Urbanismo	Esquema I - Construção Civil Arquitetura e Urbanismo	04.05.92
Indeterminado	Matemática	Licenciatura em Matemática	05.02.88
Indeterminado	Ciências Biológicas	Licenciatura em Biologia	21.02.11
Indeterminado	Pedagogia, Educação Física	Licenciatura -em Educação Física	14.02.02
Indeterminado	Proeficiência em Inglês	Complementação Pedagógica	03.02.00
Indeterminado	Bacharel em Engenharia	-	21.08.15
Indeterminado	Engenharia Civil	Esquema I - Engenharia Civil	10.09.01
Indeterminado	Tecnólogo Mecânica Modalidade Processos de Produção	Esquema I - Mecânica	26.07.05
Indeterminado	Pedagogia, Letras Port./Inglês	Licenciatura em Letras	26.07.10
Indeterminado	Administração c / Ênfase em MKT	Matemática	03.02.10
Indeterminado	Engenharia	Esquema I - Engenheiro Agrônomo	21.02.05
Indeterminado	Bacharel em Engenharia de Controle e Automação	-	07.08.14
Indeterminado	Artes Plásticas	Licenciatura Plena em Ed. Artística	14.03.14
Indeterminado	Engenharia Eletrônica	-	22.02.10
Indeterminado	Engenharia Elétrica	Esquema I - Eletricidade	05.08.02

CONTRATO	SUPERIOR	LICENCIATURA	CONTRATAÇÃO
Indeterminado	Educação Física	Licenciatura Plena Educação Física	01.04.03
Indeterminado	Administração Escolar / Tecnologia em Informática	Licenciatura em Informática	18.02.02
Indeterminado	Sistemas da Informação	–	01.02.13
Indeterminado	Engenharia Elétrica	Esquema I Eletrônica, Eletrociade e Telecomunicações	20.07.99
Indeterminado	Arquitetura e Urbanismo	Esquema I - Arquitetura e Urbanismo	20.03.03
Indeterminado	Pedagogia, Ciências da Computação	–	05.09.11
Indeterminado	Administração	Licenciatura em Gestão	01.02.12
Indeterminado	Letras - Português/Inglês	Licenciatura em Letras	26.08.92
Indeterminado	Tecnologo em Eletrociade	Licenciatura em Eletrônica	14.02.08
Indeterminado	Processamento de Dados	Esquema I - Informática	02.08.04
Indeterminado	Comunicação Social/Publicidade e Propaganda	Comunicação Social	02.02.05
Indeterminado	Letras português/Inglês	Licenciatura em Letras	16.04.96
Indeterminado	Ciências Contábeis	–	26.07.10
Indeterminado	Geografia	Licenciatura em Geografia	27.04.10
Indeterminado	/Química Industrial	Licenciatura em Ciências Habilitação em Química	19.02.01
Indeterminado	Administração de Empresas	–	25.07.11
Indeterminado	Bacharel em Direito	Esquema I - Direito e Legislação	03.02.00
Indeterminado	Letras	Licenciatura em Letras	17.08.09
Indeterminado	Pedagogia, Arquitetura	Esquema I - Habilitação em construção	19.04.02
Indeterminado	Bacharel em Administração de Empresa	–	19.03.14
Indeterminado		Licenciatura em Letras	04.03.15
Indeterminado	Turismo		25.08.11
Indeterminado	Engenheiro Industrial Eletrociade	Licenciatura em Eletrônica	04.02.02
Indeterminado	Engenharia Elétrica		26.03.01
Indeterminado	Biologia	Licenciatura em Biologia	14.05.92
Indeterminado	Bacharelado em Ciência da Computação	–	05.03.15

CONTRATO	SUPERIOR	LICENCIATURA	CONTRATAÇÃO	LOCAL
Determinado	Bacharel em Administração		24.07.15	COSTA MANSO
Determinado	Bacharel em Engenharia Civil, Tecnólogo em Construção Civil		07.08.14	ETESP
Determinado		Licenciatura em Língua Portuguesa/Letras	11.03.14	ETESP
Determinado	Bacharel em Sistemas de Informação		22.01.14	ETESP
Determinado		Licenciatura em Educação Física	22.01.14	ETESP
Determinado		Licenciatura em Letras	22.05.15	ETESP
Determinado	Tecnólogo em Gestão da Tecnologia da Informação		02.09.15	ETESP
Determinado		Licenciatura em História	30.04.15	ETESP
Determinado		Licenciatura em Química	27.01.14	ETESP
Determinado		Licenciatura em Ciências Biológicas	01.02.13	ETESP
Determinado		Licenciatura em História	18.05.15	ETESP
Determinado	Bacharel em Ciências da Computação		24.07.14	CÉU BUTANTÃ
Determinado		Licenciatura em Matemática	22.05.15	ETESP
Determinado	Bacharel em Psicologia		25.07.14	CÉU BUTANTÃ
Determinado			13.08.15	ETESP
Determinado	Tecnólogo em Processamento de Dados		01.09.15	ETESP
Determinado	Bacharel em Psicologia		02.09.15	CÉU BUTANTÃ
Determinado	Bacharel em Administração e Direito		03.09.15	ETESP
Determinado		Licenciatura em Ciências Sociais	03.09.15	ETESP

APÊNDICE I

CONCURSOS PÚBLICOS PARA CONTRATAÇÃO DE DOCENTES POR TEMPO INDETERMINADO				
UMA ESCOLA TÉCNICA DA CIDADE DE SÃO PAULO				
Pesquisa realizada no Diário Oficial de São Paulo - 2010/2014				
Ano	Data	Nº Edital	Deliberação	Componentes Curriculares
2010	12.11.10	018/01/2010	Proc nº 8837/2010	1. Métodos quantitativos aplicados à adm; 2. Gestão Empresarial I; 3. Gestão de Marketing II; 4. Aplicativos Informatizados da adm.
2010	13.02.10	018/01/2009	Proc nº 1242/2009	Manutenção de Sistemas Industriais II.
2010	24.09.10	018/01/2010	Proc nº 8837/2010	1. Métodos quantitativos aplicados à adm; 2. Gestão Empresarial I; 3. Gestão de Marketing II; 4. Aplicativos Informatizados da adm.
2011	04.05.11	018/01/2011	Proc nº 2895/2011	1. Sociologia; 2. Inglês; 3. Alimentos e bebidas em eventos; 4. Estruturas de dados; 5. Programação de Computadores II.
2011	05.10.11	018/03/2011	Proc nº 6860/2011	1. Gestão de Sistema Operacionais, instalação e manutenção de computadores; 2. Lógica de Programação, operação de software aplicativo.
2011	23.06.11	018/01/2011	Proc nº 2895/2011	1. Sociologia; 2. Inglês; 3. Alimentos e bebidas em eventos; 4. Programação de Computadores;
2011	26.05.11	018/01/2011	Proc nº 2895/2011	1. Sociologia
2011	27.10.11	018/04/2011	Proc nº 6861/2011	1. Cerimonial, protocolo e etiquetas em eventos; 2. Teoria e técnica profissional do guia de turismo regional; 3. Desenvolvimento de sistemas industriais II; 4. Gestão de Competências (I e II).
2011	28.01.11	018/01/2009	Proc nº 1242/2009	1. Gestão Empresarial (I e II)
2011	31.08.11	018/01/2011	Proc nº 2895/2011	1. Alimentos e bebidas em eventos
2012	11.10.12	018/02/2012	Proc nº 3566/2012	1. Gestão de Sistema Operacionais (I e II); 2. Tecnologia e linguagens para banco de dados (I e II).
2012	12.01.12	018/01/2011	Proc nº 2895/2011	1. Estrutura de dados
2012	12.01.12	018/03/2011	Proc nº 6860/2011	1. Lógica de programação; 2. Operação de software aplicativo
2012	13.01.12	018/01/2010	Proc nº 8837/2010	1. Gestão de Marketing II; 2. Aplicativos informatizados da adm.
2012	13.01.12	018/04/2011	Proc nº 6861/2011	1. Cerimonial, protocolo e etiquetas em eventos; 2. Gestão de Competências (I e II).
2012	20.09.12	018/02/2012	Proc nº 3566/2012	1. Gestão de Sistemas Operacionais (I e II); 2. Tecnologia e linguagem para banco de dados (I e II).
2012	21.09.12	018/03/2012	Proc nº 7378/2012	1. Processos de operações contábeis (I e II)
2012	26.10.12	018/01/2012	Proc nº 6749/2012	2. Matemática; 3. Dinâmica dos sistemas.
2013	15.01.13	018/01/2012	Proc nº 6749/2012	1. Física; 2. Matemática; 3. Dinâmica dos sistemas.
2013	15.01.13	018/02/2012	Proc nº 3566/2012	1. Gestão de Sistemas Operacionais (I e II); 2. Tecnologia e linguagem para banco de dados (I e II).
2013	16.01.13	018/03/2012	Proc nº 7378/2012	1. Processos de operações contábeis (I e II)
2014	27.02.14	018/01/2014	Proc nº 8534/2013	1. Gestão de atividades financeiras; 2. Gestão de competências na área financeira.

PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO DE DOCENTES POR TEMPO DETERMINADO				
UMA ESCOLA TÉCNICA DA CIDADE DE SÃO PAULO				
Pesquisa realizada no Diário Oficial de São Paulo - 2010/2014				
Ano	Data	Nº Edital	Deliberação	Componentes Curriculares
2010	01.04.10	Despacho	2/2009 Proc nº 7856/2009	1. Geografia; 2. Projeto de instalações prediais (I e II).
2010	12.02.10	Despacho	2, de 28/01/2009 Proc nº 7856/2009	1. Artes; 2. Ciclo de informação, documentação e gestão de informações; 3. Operação de softwares aplicativos; 4. Gestão de sistemas operacionais (I, II e III).
2010	15.04.10	Aviso 018/02/2010	Proc nº 7856/2009	1. Geografia; 2. Gestão empresarial (I e II); 3. Gestão logística.
2010	23.04.10	Despacho Aviso 018/03/2010	Proc nº 7856/2019	1. Sistemas econômicos I; 2. Gestão empresarial (I e II); 3. Gestão logística.
2010	26.06.10	Despacho Aviso 018/04/2010	2/2009 Proc nº 7856/2009	1. Artes; 2. Física; 3. Química; 4. Espanhol; 5. Fundamentos da hospitalidade; 6. Técnicas e práticas de lazer e eventos; 7. Cerimonial protocolo e etiqueta em eventos; 8. Gestão operacional e logística em eventos; 9. Alimentos e bebidas em eventos; 10. Responsabilidade Social e Ambienteal; 11. Marketing aplicado ao turismo; 12. Agências de viagens e turismo; 13. Relações interpessoais; 14. Planejamento e cotização de roteiros turísticos; 15. Processo de operações contábeis; 16. Administração jurídica; 17. Aplicativos informatizados da administração; 18. Informática aplicada a eventos; 19. Espanhol instrumental (I e II); 20. Eletricidade básica, circuitos elétricos, eletromagnetismo, instalações elétricas residenciais, máquinas elétricas; 21. Eletrônica analógica (I, II e III), eletrônica insdustrial.
2010	15.04.10	Aviso 018/02/2010	Proc nº 7856/2009	1. Geografia; 2. Gestão empresarial (I e II); 3. Gestão logística.
2011	02.04.11	Despacho Aviso 018/03/2010	2/2009 Proc nº 7856/2009	1. Sistemas econômicos I; 2. Gestão empresarial (I e II); 3. Gestão logística.
2011	15.06.11	Aviso 018/02/2011	Proc nº 2893/2011	1. Processos financeiros e orçamentários; 2. Inglês instrumental; 3. Linguagem, trabalho e tecnologia; 4, Psicologia organizacional; 5. Sistemas econômicos; 6. Administração jurídica; 7. Processos de operações contábeis (I e II).
2011	18.06.11	Aviso 018/01/2011	Proc nº 2892/2011	Patrimônio, museu e turismo cultural.
2011	21.01.11	Despacho Aviso 018/04/2009	2/2009 Proc nº 7791/2009	1. Introdução ao setor público; 2. Planejamento público; 3. Políticas públicas; 4. Direito na gestão pública; 5. Estatística aplicada à pesquisa; 6. Tecnologia da informação em governo.

2012	13.06.12	Despacho Aviso 018/02/2012	2/2019 Proc nº 2787/2012	1. Aplicativos informatizados da adm; 2. Sistemas de informações gerenciais; Linguagem, trabalho e tecnologia; 4. Criação e desenvolvimento de empresas; 5. Processos de operações contábeis (I e II).
2012	15.06.12	Despacho Aviso 018/01/2012	2/2019 Proc nº 8720/2011	1. Língua portuguesa e literatura; 2. Matemática; 3. Química; 4. Física; 5. Língua estrangeira moderna (inglês); 6. Língua estrangeira moderna (espanhol); 7. Rede de comunicação de dados; 8. Lógica de programação; 9. Eletricidade básica; 10. Circuitos elétricos; 11. Sistemas digitais; 12. Rede de comunicação; 13. Energia e meio ambiente; 14. Técnicas e linguagens para banco de dados (I e II); 15. Programação de computadores (I e II); 16. Sistemas microprocessados (I e II); 17. Eletrônica analógica (I, II e III); 18. Eletrônica digital (I e II). E considerando a não ocorrência de inscrições e de candidatos aprovados, encerra nos componentes curriculares: 1. Máquinas elétricas; 2. Eletrônica industrial; 3. Práticas em química ambiental; 4. Análise físico-química de águas e efluentes; 5. Metrologia; 6. Sistemas automatizados; 7. Instalações elétricas; 8. Eletromagnetismo; 9. Eletrônica analógica (I, II e III); 10. Eletrônica Digital (I e II); 11. Telecomunicações (I e II); 12. Controle e automação industrial (I e II); 13. Automação (I, II e III); 14. Sistemas hidráulicos e pneumáticos (I e II); 15. Programação aplicada (I e II).
2012	18.05.12	Despacho Aviso 018/02/2011	Proc nº 2893/2011	1. Inglês instrumental; 2. Linguagem, trabalho e tecnologia; 3. Psicologia organizacional; 4. Administração jurídica.
2012	23.06.12	Aviso 018/03/2012	Proc nº 3731/2012	1. Gestão de sistemas operacionais I; 2. Instalação e manutenção de computadores; 3. Tecnologias e linguagens para banco de dados I.
2013	12.01.13	Aviso 018/04/2012	Proc nº 7193/2012	1. Conforto ambiental e habitabilidade na construção civil; 2. Planejamento de projetos em maquete arquitetônica; 3. Informática aplicada a construção civil; 4. Representação gráfica computacional de projetos para construção civil II; 5. Operação do sistema de alimentação elétrica I; 6. Operação de centrais de controle; 7. Operação de trens e controle de tráfego.
2013	19.12.13	Aviso 018/04/2013	Proc nº 2942/2013	Artes
2013	19.12.13	Aviso 018/04/2013	Proc nº 2942/2013	Artes
2013	11.01.14	Despacho Aviso 018/05/2013	Proc nº 7827/2013	1. Linguagem, trabalho e tecnologia; 2. Inglês instrumental; 3. Gestão financeira e econômica; 4. Ética e cidadania organizacional; 5. Legislação empresarial; 6. Gestão empreendedora e inovação; 7. Gestão empresarial; 8. Introdução aos sistemas econômicos e financeiros; 9. Técnicas de recepção, atendimento e cobrança; 10. Linguagem, trabalho e tecnologia; 11. Inglês instrumental; Relações interpessoais na administração financeira; 12. Processos de operações contábeis; 13. Fundamentos da legislação trabalhista; 14. Contabilidade bancária; 15. Métodos quantitativos aplicados à administração financeira. E considerando a não ocorrência de

				inscrições e a não ocorrência de candidatos aprovados, encerra nos componentes curriculares e nos grupos de componentes curriculares: 1. Custos e operações contábeis; 2. Técnicas organizacionais; 3. Gestão de competências na área de finanças; 4. Fundamentos de matemática financeira; 5. Programação para internet; 6. Tecnologia e linguagem para banco de dados; 7. Gestão de pessoas (I, II e III); 8. Gestão de sistemas operacionais (I e II); 9. Rede de comunicação de dados I e II.
2014	11.01.14	Despacho Aviso 018/04/2013	Proc nº 2942/2013	1. Artes; 2. Física; 3. Sociologia; 4. Filosofia; 5. Localização espacial e interpretação de imagens; 6. Agência de viagens e turismo; 7. Gestão de empresas turísticas; 8. Planejamento e cotização de roteiros turísticos; 9. Gestão de sistemas operacionais (I e II); 10. Técnicas de orientação a objetos. E considerando a não ocorrência de candidatos inscritos, a não ocorrência de candidatos aprovados e ausentes, encerra nos componentes curriculares: 1. Química; 2. Segurança ambiental; 3. Projetos topográficos na construção civil; 4. Legislação e diretrizes para projetos na construção civil; 5. Estudo e aplicação dos materiais básicos na construção civil; 6. Estudo de viabilidade do ambiente construído e sustentável; 7. Informática aplicada à construção civil; 8. Processos e técnicas construtivas de infra e super estrutura; 9. Conforto ambiental e habilidade na construção civil; 10. Técnicas construtivas e materiais de vedação, cobertura e revestimento. 1. Artes; 2. Física; 4. Sociologia; 5. Filosofia; 7. Localização especiale interpretação de imagens; 8. Agências de viagens e turismos; 9. Gestão de empresas turísticas; 19. Gestão de Sistemas operacionais I; 20. Gestão de sistemas operacionais II; 21. Técnicas de orientação e objetos. Em considerando a não ocorrência de candidatos inscritos, de aprovados e ausentes, ENCERRA, nos componentes curriculares: 3. Química; 6. Segurança ambiental; 11. Projetos topográficos na construção civil; 13. Estudos e aplicação dos materiais básicos na construção civil; 14. Estudo de viabilidade de ambiente construído e sustentável; 15. Informatica aplicada à construção civil; 16. Processos e técnicas construtivas de infra e supraestrutura; 17. Conforto ambiental e Habilidade na construção civil; 18. Técnicas construtivas e materiais de vedação, cobertura e revestimento.

APÊNDICE II - Roteiro de Entrevista

UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO – UNINOVE
PROGRAMA DE MESTRADO E GESTÃO PROFISSIONAL – PROGEPE
 Clávia Martins de Oliveira Cainelli - Mestranda
 e-mail: cliviammcainelli@yahoo.com.br
 Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rosiley Teixeira

QUESTIONÁRIO E ROTEIRO DE ENTREVISTA

Objetivos: entrevistar os professores contratados por tempo determinado da Escola Técnica da cidade de São Paulo (sujeitos e cenários da pesquisa de Mestrado), a fim de identificar os sentimentos que se caracterizam no início e durante as suas atividades docentes, bem como ao término dos contratos.

QUESTINARIO

Participante - nome fictício: _____

Idade: _____ Sexo: _____ Estado Civil: _____

Cidade / bairro onde mora :_____

Formação máxima acadêmica (local/instituição) _____

Familia: _____

Filhos :_____

Tempo de atuação na docência: _____

Tempo de atuação na Escola Técnica de São Paulo: _____

Tipo e data do contrato: _____

Disciplinas ministradas: _____

Carga horária na Escola Técnica de São Paulo (período) _____

Caso atue em outra Instituição (nome / função / período / carga horária): _____

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

A: QUESTÕES GERAIS – O ingresso

1. Fale-me um pouco sobre a sua formação e trajetória profissional.
2. Por que você optou por prestar o processo seletivo da ETESP? Para que área ou disciplina prestou? Conte-me a respeito.
3. Este é o primeiro processo seletivo que você participa na ETESP? Já prestou outros processos seletivos ou Concursos?
4. Fale-me um pouco sobre o processo seletivo (provas e conteúdos)? Como você se sentiu quando foi aprovado (a)?
5. Como foi recebido (a) na ETESP (Direção, coordenação, colegas e alunos). Antes ou ao iniciar as suas atividades docentes na ETEC foi orientado administrativa e pedagogicamente, por quem? Fale-me um pouco sobre esta fase inicial.
6. Como é (foi) para você trabalhar como professor contratado?

B: NA INSTITUICAO

7. Você conhece (conheceu) a história, missão e valores do Centro de Educação Tecnológica – CEETESP, órgão ao qual a ETESP é ligada? Como docente temporário estas informações são (seriam) importantes para o seu trabalho ? Fale-me um pouco a respeito.
8. Qual é a Proposta Pedagógica da ETEC? Onde e de que forma ela se apresenta aos docentes?
9. Quais e como são as reuniões pedagógicas em que você participa? Como é a sua participação? Você percebe alguma diferença entre a participação dos professores efetivos e dos contratados? Como se sente?

B: O TRABALHO

10. Fale-me um pouco sobre as suas atividades na ETESP? (disciplinas que leciona, em que unidade, carga horária, turmas)
11. Com a carga horária, turmas e horários é (foi) possível se relacionar com alunos e colegas? Fale-me um pouco sobre isso?
12. Durante seu trabalho na ETESP quais dificuldades, limitações ou pressões você encontra ou encontrou? Como você se sente profissionalmente?
13. Como se sente (se sentiu) como professor (a) contratado (a) em relação ao trabalho realizado por você na unidade escolar?
14. Existe alguma diferença no trabalho realizado pelos professores contratados e o trabalho realizado pelos professores efetivos?
15. Quais são (eram) as exigências do seu trabalho? Como se sente (sentia) em relação a elas?
16. Qual o grau de satisfação com o seu trabalho? Fale-me um pouco sobre essa questão.
17. Ao final de um dia de trabalho como se sente (se sentia)?

D. A REMUNERAÇÃO

18. Qual o valor da sua hora aula? Existe alguma diferença entre o valor de sua hora aula e a do professor efetivo? Fale-me sobre isso?
19. Como se sente em relação ao seu salário e o que está dando de si?
20. Fale-me um pouco sobre a relação entre a sua condição de vida e o seu salário.

21. Fale-me sobre o que sente em relação a seu salário e as exigências do seu trabalho
22. Você tem conhecimento dos direitos e deveres dos docentes da ETEC, no que diz respeito à carreira e remuneração?
23. Existem diferenças (carreira e renumeração) entre o professor efetivo e o temporário? Quais são essas diferenças? Conte-me um pouco sobre o que sabe e sente (sentiu) a respeito.

D: A SAÍDA

24. Descreva o que é (ou foi) estar como professor (a) contratado na ETESP.
25. Você já presenciou a saída de um colega por motivo de encerramento de contrato? Em caso afirmativo, fale-me sobre isto. E como você se sentiu diante desta situação?
26. Você já pensou como será o momento de sua saída? Ao pensar que em breve o seu contrato deverá ser rescindido como você se sente? Pretende retornar?
27. Como se sentiu na rescisão de seu contrato? Seu contrato poderia ser renovado? Informaram a respeito do porquê da não renovação? Quem e de que maneira esta informação se deu?
28. Você gostaria de acrescentar algo a esta entrevista?

APÊNDICE III – Termo de Participação

TERMO DE PARTICIPAÇÃO

Eu _____ portador (a) do RG _____ declaro estar de acordo em participar das entrevistas a fim de identificar os sentimentos que se caracterizam no início e durante as suas atividades docentes, bem como ao término dos contratos de professores contratados por tempo determinado da Escola Técnica da cidade de São Paulo (sujeitos e cenários da pesquisa de Mestrado) desenvolvida por Clivia Martins de Oliveira Cainelli. Estou ciente de que responderei às questões abordadas na entrevista e autorizo os seus registros (anotados ou gravados) para posterior análise e divulgação do trabalho, resguardada a sua identidade (serão utilizados nomes fictícios).

A sua participação é de grande importância para intensificar e aprofundar os estudos e as discussões a respeito do professor contratado, em nosso país, já iniciadas por diversos autores da comunidade científica, a fim de compreender melhor e buscar formas de acolhimento e alternativas de melhorias para este profissional, que vem aumentando consideravelmente na educação pública.

Agradecemos sua importante e fundamental participação e colocamo-nos à disposição para qualquer esclarecimento,

Prof.^a Dr.^a Rosiley Teixeira (Orientadora) - PROGEPE – UNINOVE

Mestranda: Clivia Martins de Oliveira Cainelli (Pesquisadora) – PROGEPE – UNINOVE

Cel.(11) 973457254 – e-mail: cliviammcainelli@yahoo.com.br

APÊNDICE IV – Entrevista da professora Priscila

Clívia Martins de Oliveira Cainelli - Mestranda
e-mail: cliviammcainelli@yahoo.com.br
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rosiley Teixeira

QUESTIONÁRIO E ROTEIRO DE ENTREVISTA

Objetivos: entrevistar os professores contratados por tempo determinado da Escola Técnica da cidade de São Paulo (sujeitos e cenários da pesquisa de Mestrado), a fim de identificar os sentimentos que se caracterizam no início e durante as suas atividades docentes, bem como ao término dos contratos.

QUESTINÁRIO

Participante – Priscila (E.1)

Idade: 37 Sexo: feminino Estado Civil: solteira

Cidade: São Paulo / bairro: Liberdade

Formação máxima acadêmica: Superior Completo em Administração

Instituição: UNICID – São Paulo

Família: mora sozinha

Tempo de atuação na docência: Um ano

Tempo de atuação na Escola Técnica de São Paulo: Um ano

Tipo e data do contrato: determinado

Período de contrato: novembro/2013 a agosto/2015.

Disciplinas ministradas: Gestão de Pessoas, Gestão Empreendedora e Técnica Organizacional – Curso de Administração.

Carga horária na Escola Técnica de São Paulo (período): 10 h/ semanais à noite.

Caso atue em outra Instituição (nome / função / período / carga horária): Empresa de Tecnologia, no cargo de Supervisora, 8 horas por dia.

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

A: QUESTÕES GERAIS – O ingresso

P - Fale-me um pouco sobre a sua formação e trajetória profissional.

E1 – Sou formada, graduada em administração de empresas pela Universidade de Administração de Empresas com ênfase em análise de sistemas pela Universidade de São Paulo - UNICID. Eu me formei em dezembro de 99 e de lá pra cá eu fiz cursos voltados à área de Tecnologia - análise de sistemas e outras ferramentas e turismo; e hoje eu trabalho na área de Tecnologia treinando equipes externas, implementando sistemas (pausa). Já, já... trabalhei em outras agências de viagem com a CVC na parte financeira onde a CVC nasceu. Lá eu era considerada Caixa e mexia com valores de pacote... recebimento desses valores para o cliente e também trabalhei na empresa que é de tecnologia bancária analisando dados e gerando informações gerenciais.

P - Por que você optou por prestar o processo seletivo da ETESP? Para que área ou disciplina prestou? Conte-me a respeito.

E.1 - Por mais que eu goste da profissão atual a gente sabe que o mercado de trabalho é muito competitivo; estamos em alta, ora que estamos em baixa. Outro ponto que a gente precisa sempre está de olho no mercado é com relação à idade então quanto mais experiência que se tenha em tempo de crise, quem tem mais conhecimento e maior idade é o mais fácil de ser descartado dentro das organizações. Minha vida sempre foi em organização privada. Esse é o mundo atual, mas não vejo diferença nesse sentido da privada com a Etec. Então eu queria uma outra opção profissional e comecei a buscar dentro do que eu já conhecia, ou seja, onde eu já dei treinamento para equipe e como repassar isso para outras pessoas. Então eu fui buscar dentro das Etec o que era necessário para me tornar professora e... por acaso olhando o site eu vi que estava aberto um processo seletivo. Eu vi na noite anterior ao fechamento do processo. Juntei toda a documentação, e sem saber como funcionava achei muito interessante e depois que passei e comecei a atuar eu peguei mais informações do funcionamento e vi que era o que eu estava buscando como uma outra opção.

P - Este é o primeiro processo seletivo que você participa na ETESP? Já prestou outros processos seletivos ou Concursos?

E.1 – Só prestei este processo seletivo na Etec. Não estava aberto concurso. Este sim é o primeiro.

P - Fale-me um pouco sobre o processo seletivo (provas e conteúdos)? Como você se sentiu quando foi aprovado (a)?

E.1 - Quando eu me inscrevi eu tinha uma possibilidade de fazer a prova caso fosse mais de 30 inscritos para disciplina ou se fosse menos seria aula teste. No meu caso foram menos de 30 nas vagas que me candidatei... eu fiz aula teste... eu fiz para duas disciplinas, as duas voltadas para administração e para a Etec Costa Manso. Eu fui selecionada, estava bem nervosa porque era a primeira vez, estava apresentando para uma banca... se apresentar para o mundo de gente explicando alguma coisa a rotina que eu tenho... mas ser avaliado... apresentação é um mundo diferente pra mim é um mundo totalmente diferente do que atuava... estava bem nervosa. O que é um professor, mas a minha postura na montagem e na elaboração da aula e tudo mais era aquilo que eu queria que os professores tivessem feito ou no caso (risos) fizeram durante o tempo que eu era aluna. Na banca o meu foco é sempre dos professores ou aquilo que eu não entendia: o conceito geral porque se eu não entendia o conceito, então montei sobre qual conceito? Qual a idéia principal? Se conseguirem entender o conceito em 15 minutos então já é uma possibilidade. E no fim... me chamaram para entrevista. Foi muito bom.

P - Como foi recebido (a) na ETESP (Direção, coordenação, colegas e alunos)? Antes ou ao iniciar as suas atividades docentes na ETEC foi orientado administrativa e pedagogicamente, por quem? Fale-me um pouco sobre esta fase inicial.

E1 - Fui bem acolhida e como não sabia como funcionava fui ao RH e pedi orientação sobre os meus próximos passos. E me indicaram falar com a Nair (acho que era a coordenadora na época) e perguntei várias coisas. Não tenho do que reclamar ... Li a documentação que ela me passou e fui um dia antes de começar para conversar com ela e saber o que era esperado porque era a minha primeira vez como professora. Então as orientações foram passadas sobre o que pode e o que o aluno não pode. Levei o material para casa... No primeiro dia foi péssimo. Sabe como é? Como uma (condenada)... Porque não se sabe o que se espera e ainda tem o olhar dos alunos. E eu precisava fazer eles entenderem... procurar tirar deles algumas informações... estabelecer um elo entre professor e aluno.

P - Como é (foi) para você trabalhar como professor contratado?

E1 – É um mundo totalmente diferente do corporativo... do... do corporativo não... do privado ... das organizações privadas. A linguagem é outra e para mim tudo parecia siglas.... os nomes das disciplinas ... os componentes ... o conteúdo ... as habilidades. Eu não entendia quando conversavam e pensava - o que é isso? Precisaria de uma tradução para um mundo totalmente novo. Não era o meu mundo... fui bem acolhida... e a gente vai absorvendo com o tempo. É... para mim uma experiência que tem sido gratificante e com este trabalho com seres humanos têm me surpreendido positivamente e negativamente. Positivamente porque a gente pode agregar ou modificar alguém, os alunos podem ser mais do que hoje e isto é muito bom. Negativamente porque a educação não anda bem, dificuldades de escrever e se expressar, os alunos vêm com uma base ruim desde o primário. E a gente tem que ir, insistir para que eles melhorem, mas não pode cobrar tudo de uma vez e aí isso é ruim.

B: NA INSTITUICAO

P - Você conhece (conheceu) a história, missão e valores do Centro de Educação Tecnológica – CEETESP, órgão ao qual a ETESP é ligada? Como docente temporário estas informações são (seriam) importantes para o seu trabalho ? Fale-me um pouco a respeito.

E.1 - Não conheço a história e nem sei das outras coisas, sendo assim, fica difícil dizer se seria importante para o meu trabalho como docente.

P - Qual é a Proposta Pedagógica da ETEC? Onde e de que forma ela se apresenta aos docentes?

E.1 - No meu entendimento, a proposta pedagógica da ETEC é formar profissionais para o mercado de trabalho, com conhecimentos “técnicos” (gesto de entre aspas) em várias áreas. No meu caso, acho que foram apresentadas na ETESP durante as reuniões no início do semestre e na elaboração dos planos elaborados por cada professor, referente a suas disciplinas. Eu tenho formação técnica, não fiz pela Etec, fiz em outra escola do governo, mas a minha base técnica vem de berço. Eu tenho um irmão que é técnico em contabilidade e técnico em processamento e hoje ele atua no mercado de trabalho como todos nós da família, porque o ensino técnico ensina

você a pôr a mão na massa e como gerir os conhecimentos e o ensino superior nem tanto.

P - Quais e como são as reuniões pedagógicas em que você participa? Como é a sua participação? Você percebe alguma diferença entre a participação dos professores efetivos e dos contratados? Como se sente?

E.1 - As reuniões são organizadas pelo coordenador geral e não há diferença de tratamento entre os professores, todos podem questionar ou se posicionar, se assim desejar.

B: O TRABALHO

P - Fale-me um pouco sobre as suas atividades na ETESP? (disciplinas que leciona, em que unidade, carga horária, turmas)

E.1 - Lecionei somente na ETESP extensão Costa Manso, para turmas de 1º semestre as disciplinas: Técnicas Organizacionais, Gestão de Pessoas I e Gestão Empresarial. Nos primeiros seis meses, eu dava uma aula na semana, à noite. Nos outros seis meses, passei a dar duas aulas, indo quatro dias na semana, também à noite. Preparava a aula como estava no... ah sempre me esqueço do nome (risos), era o PTD – Plano de Trabalho Docente, eu sempre me confundo com as competências e conteúdos exigidos. Chegava na escola e já assinava o livro de presença – e não se podia esquecer que o coordenador cobrava no mesmo dia - preenchia os diários; montava as provas mensais e bimestrais; corrigia e entregava as notas para a Secretaria lá na Etec da Tiradentes, no pen drive.

P - Com a carga horária, turmas e horários é (foi) possível se relacionar com alunos e colegas? Fale-me um pouco sobre isso?

E.1 - Por ser minha primeira experiência em sala de aula como docente, tudo era novidade. Fui muito bem acolhida pela coordenação e professores e consegui criar um clima harmonioso com os alunos das duas turmas onde atuei. De modo geral, os alunos foram participativos nas aulas, se sentiam à vontade para questionar, sugerir, criticar... sempre com respeito, mesmo os mais bagunceiros. Eu sempre chegava antes do horário da minha aula; eu vinha direto do meu trabalho, e ficava na sala dos

professores e a gente conversava; às vezes quinze minutos ou meia hora antes com os professores que também já tinham chegado.

P - Durante seu trabalho na ETESP quais dificuldades, limitações ou pressões você encontra ou encontrou? Como você se sente profissionalmente?

E.1 - Como tudo era novidade para mim, não me senti pressionada pela ETESP ou alunos, a pressão era minha mesmo, para ter o conhecimento amplo e agregar a maior quantidade de informações possíveis para os alunos. Estava muito empenhada, para poder auxiliá-los no entendimento. Profissionalmente me sinto realizada, pois a experiência foi muito gratificante. O espaço era pequeno, mas tudo os recursos disponibilizados atenderam minhas necessidades, utilizei laboratório de informática, DVD, TV, notebook, projetor, biblioteca.

P - Como se sente (se sentiu) como professor (a) contratado (a) em relação ao trabalho realizado por você na unidade escolar?

E.1 - Realizada, pois agora conheço os dois lados da sala de aula, como aluna e como professora e sei que podemos fazer a diferença na vida das pessoas, se assim desejarmos. Mesmo sendo cansativo, muitas atividades para corrigir, estudar para elaborar as aulas, pensar em como auxiliar os alunos a montar a própria linha de raciocínio, tem o outro lado totalmente gratificante, de auto-realização. O tempo definido não me atrapalhava fazer o melhor.

P - Existe alguma diferença no trabalho realizado pelos professores contratados e o trabalho realizado pelos professores efetivos?

E.1 - Se tinha, não percebi nenhuma diferença.

P - Quais são (eram) as exigências do seu trabalho? Como se sente (sentia) em relação a elas?

E.1 - Fazer um trabalho bem feito, era a única exigência, ou seja, passar o conteúdo das disciplinas de maneira que os alunos entendam, absorvam e cheguem no mercado de trabalho como bons profissionais. Preencher os diários de classe corretamente; entregar as notas no período determinado pela Etec lá da Tiradentes.

P - Qual o grau de satisfação com o seu trabalho? Fale me um pouco sobre essa questão.

E.1 - Muito satisfeita, pois recebi o feedback da coordenação e dos alunos que o conteúdo foi absorvido e os ajudei a verem o mundo com outros olhos, novas perspectivas em suas carreiras profissionais e na vida.

P - Ao final de um dia de trabalho como se sente (se sentia)?

E.1 - Dever cumprido comigo mesma, pois a atividade estava relacionada a minha auto-realização.

D. A REMUNERACAO

P - Qual o valor da sua hora aula? Existe alguma diferença entre o valor de sua hora aula e a do professor efetivo? Fale-me sobre isso?

E.1 - Minha hora-aula era R\$17,00, não sei se tinha diferença com os demais professores, pois nunca especulei. Acredito que sim, pelo tempo de experiência dos mesmos.

P - Como se sente em relação ao seu salário e o que está dando de si?

E.1 - Por não ser minha atividade principal, atendia minha expectativa. Meu foco era a execução da atividade de ser professor, não a remuneração.

P - Fale-me um pouco sobre a relação entre a sua condição de vida e o seu salário.

E.1 - O salário como docente não era meu foco principal, sendo assim, serviu como complemento de renda temporária, não contava com este dinheiro para meus planos, pois sabia que seria somente por 12 meses.

P - Fale-me sobre o que sente em relação a seu salário e as exigências do seu trabalho

E.1 - Como complemento de renda, atendia minhas necessidades, mas acredito que os profissionais que tem essa atividade como a principal e ganham o mesmo que ganhei neste período, sintam-se desmotivados, pois o tempo empenhado para a elaboração das aulas, correção e elaboração das atividades, controle do comportamento da turma em sala de aula, preenchimento de diários e toda parte

burocrática é bem maior do que o que consta no holerite. Não parei para pensar de verdade. Tem que avaliar o esforço e retorno, mas como lá na Etec não era a minha principal, não dá para avaliar.

P - Você tem conhecimento dos direitos e deveres dos docentes da ETEC, no que diz respeito à carreira e remuneração?

E.1 – Não tenho conhecimento e não tive este conhecimento quando trabalhei lá como professora determinada. Via a participação dos outros professores efetivos e como não se aplicava a mim o Plano de Carreira e nunca fui atrás. Não faço ideia mesmo (risos).

P - Existem diferenças (carreira e renumeração) entre o professor efetivo e o temporário? Quais são essas diferenças? Conte-me um pouco sobre o que sabe e sente (sentiu) a respeito.

E.1 - Sei que existem diferenças, pois um tem o tempo definido para o término das atividades e o outro tem condição de investir em sua carreira pensando em um período indeterminado dentro da organização. Para mim o fato de ter tempo determinado para o final do contrato, me serviu de incentivo para fazer tudo que possível, da melhor maneira, dentro do tempo do contrato.

D: A SAÍDA

P - Descreva o que é (ou foi) estar como professor (a) contratado na ETESP.

E.1 - Uma experiência maravilhosa, que contribuiu muito para minha visão da educação de nosso país, além de ter aprendido muito com os alunos, professores e coordenadores. Só agregou novos conceitos em minha vida.

P - Você já presenciou a saída de um colega por motivo de encerramento de contrato? Em caso afirmativo, fale-me sobre isto. E como você se sentiu diante desta situação?

E. 1 - Já e foi muito triste, se tudo der certo Espero que ele volte... É, agora, ele na semana passada ele esteve aqui pra fazer aula teste de novo então assim... Tá fazendo novamente o caminho que ele já fez É triste saber que profissional é bom e mais triste ainda é aí que vem a questão burocrática... o profissional é bom, estava executando bem a atividade, encerrou o contrato seguindo todas as regras e ele foi

embora, passou se seis meses duas turmas sem uma determinada disciplina, tinha um professor e você sabendo que existe alguém que possa atuar mais devido a questões burocráticas essa pessoa não atua durante esses seis meses e quem perde com isso da parte da educação é o aluno. As matérias serão respostas em determinado tempo mas a gente sabe que reposição não é a mesma coisa que a aula dada num determinado período, então essas pessoas dessa disciplina vão perder, senão integral, parcialmente. Mas tem uma defasagem. Estaremos colocando no mercado de trabalho profissionais com uma determinada defasagem. Você pode tentar cumprir mas o que perderam não consegue e o outro ponto é a gente saber que tudo que a gente faz. Aumentou a defasagem e decisão enfim... eu acho que não é da unidade é uma regra; mas aí que ta, a regra deveria ser pensada eu não sei se deveriam ter ponto a serem tratados como exceção nesse caso o não tratamento exceção acaba prejudicando um grande número de pessoas.

P - Você já pensou como será o momento de sua saída? Ao pensar que em breve o seu contrato deverá ser rescindido como você se sente? Pretende retornar?

E.1 - Eu não ficava pensando em como seria a saída, mas sim, o que eu poderia fazer antes de sair. Pretendo retornar quando possível, após a conclusão da Licenciatura, que continuo fazendo no Centro Paula Souza.

P - Como se sentiu na rescisão de seu contrato? Seu contrato poderia ser renovado? Informaram a respeito do porquê da não renovação? Quem e de que maneira esta informação se deu?

E.1 - Fiquei muito triste. O contrato poderia ser renovado, o coordenador da extensão tentou essa renovação, mas foi negada, devido a diminuição das turmas que estão ocorrendo em várias Etecs. O coordenador da extensão foi o portador da notícia triste, logo após a reunião com o diretor geral, onde essa resposta seria dada. Ele estava muito chateado, explicou a situação, até porque, precisou dispensar outros professores também.

P - Você gostaria de acrescentar algo a esta entrevista?

E1 – Não ... eu acredito que a ideia de estudar o que acontece com os professores determinados é boa ... e que essas informações possam a ajudar estes profissionais...

APÊNDICE V – Entrevista com a professora Laura

UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO – UNINOVE

PROGRAMA DE MESTRADO E GESTÃO PROFISSIONAL – PROGEPE

Clívia Martins de Oliveira Cainelli - Mestranda

e-mail: cliviammcainelli@yahoo.com.br

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rosiley Teixeira

QUESTIONÁRIO E ROTEIRO DE ENTREVISTA

Objetivos: entrevistar os professores contratados por tempo determinado da Escola Técnica da cidade de São Paulo (sujeitos e cenários da pesquisa de Mestrado), a fim de identificar os sentimentos que se caracterizam no início e durante as suas atividades docentes, bem como ao término dos contratos.

QUESTINÁRIO

Participante – Laura- E.2

Idade: 50 anos / Sexo: feminino / Estado Civil: solteira

Cidade: São Paulo / bairro: Liberdade

Formação máxima acadêmica: Superior completo em Administração

Instituição: UNICID – São Paulo

Família: 02 membros (eu e um filho solteiro)

Tempo de atuação na docência: 08 anos

Tempo de atuação na Escola Técnica de São Paulo: 03 anos

Tipo e data do contrato: determinado até julho de 2014.

Período de contrato: julho de 2012 a dezembro de 2014

Disciplinas ministradas: Empreendedorismo, Ética e Plano de Trabalho de Conclusão de Curso.

Carga horária na Escola Técnica de São Paulo (período): 20 h/ semanais à noite.

Caso atue em outra Instituição (nome / função / período / carga horária): atualmente, não atuo em outra empresa.

ROTEIRO DE ENTREVISTAS**A: QUESTÕES GERAIS – O ingresso**

P - Fale-me um pouco sobre a sua formação e trajetória profissional.

E.2 – Sou graduada em Administração de Empresas, pela Universidade da Cidade de São Paulo (UNICID). Antes de entrar na Etec eu dei aula no SENAC para jovens de 18 a 24 anos, preparando para o mercado de trabalho. Foi uma experiência muito boa trabalhar com estes jovens, que eram a maioria de baixa renda. Pude ampliar meus conhecimentos e gostei muito, mas antes ainda de dar aula no SENAC dei aula numa escola particular também para adolescentes. No Colégio Magister eu tive a minha primeira experiência como docente; fiquei três anos lá e me lembro que a Direção e a Coordenação eram muito exigentes. Antes do colégio eu trabalhava no ramo de hotelaria e fiquei quinze anos como funcionária de hotéis 5 estrelas, ali na Avenida Paulista, fui telefonista, recepção e trabalhei com verba. Era um trabalho diferente, todos os dias a gente tinha contato com pessoas diferentes e muito ricas. Nesta fase eu já pensava em mudar de ramo porque eu não queria mais trabalhar sábado e domingo. Por isto fui procurar novamente a docência, porque a escola é de segunda a sexta e consegui entrar na Etec, onde estou até hoje, dando aulas à noite para os cursos de Finanças e Administração e no Curso Técnico Interado ao Ensino Médio (Etin) de manhã, aqui no Costa Manso.

P - Por que você optou por prestar o processo seletivo da ETESP? Para que área ou disciplina prestou? Conte-me a respeito.

E.2 – Como eu disse, não queria mais trabalhar aos sábados e domingos, além de ter muita vontade de trabalhar no Estado.

P - Este é o primeiro processo seletivo que você participa na ETESP? Já prestou outros processos seletivos ou Concursos?

E.2 – Sim, só prestei este processo seletivo.

P - Fale-me um pouco sobre o processo seletivo (provas e conteúdos)? Como você se sentiu quando foi aprovado (a)?

E.2 – Bem, quem me falou da vaga da Etec foi um colega que trabalhava comigo no SENAC e ele dava e dá aula na Etec. Eu também pensava em ampliar a minha carga horária, dando aulas à noite. Peguei o meu diploma e levei até lá na Secretaria, paguei o valor de R\$ 10,00 (dez) reais para a inscrição, preenchi uma ficha e fiquei aguardando pelo site para ver se teria a prova escrita e a aula teste. No caso, não

teve a prova escrita porque não chegou a 30 candidatos inscritos. Eram três temas bem pertinentes e eu estava bem familiarizada... bem, não vou lembrar os temas, mas me preparei bastante porque eu queria muito, eu queria muito dar aula no Estado, e também queria abrir a minha mente com novos conhecimentos. Então... no dia da aula teste eu estava bem preparada, e se não me falha a memória, acho que foi sobre Gestão de Pessoas que caiu para eu dar a minha aula. Cheguei no dia e no horário e eu já tinha acompanhado pelo site. Estava um pouco nervosa e eu queria mesmo era passar, torcia para passar. Os professores que estavam na Banca eram três, me deixaram bem à vontade e sortearam o tema. Marcada a hora de começar por um dos professores eu teria 15 minutos e consegui falar bem sobre o assunto. Saí com a sensação de ter conseguido passar e fiquei aguardando a outra etapa do processo, que era o Edital chamando quem tinha sido aprovado, e eu fui aprovada. Nossa! O sentimento foi de felicidade, mesmo por tempo determinado, porque já era uma forma de eu estar inserida na Escola e poderia acompanhar mais de perto outros concursos para ficar por tempo indeterminado. E quando fiz o Concurso para indeterminada foi o mesmo processo, pois o número de candidatos também não ultrapassou 30. Só que me preparei um pouco mais pois eu queria muito passar.

P - Como foi recebido (a) na ETESP (Direção, coordenação, colegas e alunos)? Antes ou ao iniciar as suas atividades docentes na ETEC foi orientado administrativa e pedagogicamente, por quem? Fale-me um pouco sobre esta fase inicial.

E.2 – Fui bem recebida pelo coordenador e ele me explicou como funcionava o diário de classe e qualquer dúvida sobre alguma norma sempre tive respostas.

P - Como é (foi) para você trabalhar como professor contratado?

E.2 – Eu me sentia pertencente da escola mesmo como professora determinada em várias situações, em sala de aula, conversando com os colegas, coordenadores e em reuniões de conselho de classe. Os alunos nem percebem a diferença, porque eu tinha um compromisso com este pessoal, e sempre valorizei muito o aluno do curso noturno, sem desmerecer os outros, mas eles saem muito cedo, trabalham o dia todo e ainda têm disposição para estudar à noite; esse aluno do curso noturno tem um quê de especial. Já, os momentos em que me sentia excluída, chateada e triste mesmo eram os de não poder participar de certas capacitações e promoções, que só o professor indeterminado pode. Depois me lembrava de que eu

tinha consciência de minha condição, mesmo que eu almejasse algo a mais por meu trabalho realizado com qualidade, eu fui avisada e até assinei um contrato.

B: NA INSTITUIÇÃO

P - Você conhece (conheceu) a história, missão e valores do Centro de Educação Tecnológica – CEETESP, órgão ao qual a ETESP é ligada? Como docente temporário estas informações são (seriam) importantes para o seu trabalho ? Fale-me um pouco a respeito.

E.2 – Não conheço.

P - Qual é a Proposta Pedagógica da ETEC? Onde e de que forma ela se apresenta aos docentes?

E.2 – Não conheci a proposta pedagógica da escola como professora contratada, mas só como coordenadora.

P - Quais e como são as reuniões pedagógicas em que você participa? Como é a sua participação? Você percebe alguma diferença entre a participação dos professores efetivos e dos contratados? Como se sente?

E.2 – Participo das reuniões de conselho de classe, que é feita por Escolas com o Diretor Geral e o representante da Secretaria, e das reuniões semestrais com a direção, coordenação e docentes da ETESP e de suas extensões. Não há diferença entre os professores e a participação aparentemente é da mesma forma.

B: O TRABALHO

P - Fale-me um pouco sobre as suas atividades na ETESP. (disciplinas que leciona, em que unidade, carga horária, turmas).

E.2 – Eu leciono Empreendedorismo, Ética e PTCC, nos cursos de Administração e Finanças, à noite e no Curso Integrado de Informática, na parte da manhã. A minha carga horária é de 20 horas, distribuídas em quatro dias da semana. Faço o planejamento das aulas; ministro as aulas, preparamos as avaliações mensais e bimestrais, preencho os diários de classe e passo as notas para a Secretaria da ETESP na av. Tiradentes.

P - Com a carga horária, turmas e horários é (foi) possível se relacionar com alunos e colegas? Fale-me um pouco sobre isso?

E.2 – O relacionamento com os professores é feito um pouco antes do horário do início das aulas, nos intervalos. Com os alunos é mais em sala de aula e às vezes nos intervalos caso eles tenham alguma dúvida.

P - Durante seu trabalho na ETESP quais dificuldades, limitações ou pressões você encontra ou encontrou? Como você se sente profissionalmente?

E.2 – Não encontrei nenhuma dificuldade que tivesse importância. Eu me sinto bem...

P - Como se sente (se sentiu) como professor (a) contratado (a) em relação ao trabalho realizado por você na unidade escolar?

E.2 – Em relação ao trabalho realizado eu me sinto bem. Gosto do que faço e me dedico bastante.

P - Existe alguma diferença no trabalho realizado pelos professores contratados e o trabalho realizado pelos professores efetivos?

E.2 – Não, não existe. O que existe é que um precisa aproveitar e fazer o melhor em um tempo limitado, muitas vezes tendo que deixar de deixar no meio do caminho alguns projetos importantes.

P - Quais são (eram) as exigências do seu trabalho? Como se sente (sentia) em relação a elas?

E.2 – As exigências são estar sempre no horário das aulas, procurar não faltar e cumprir o conteúdo estabelecido no Plano de Trabalho Docente.

P - Qual o grau de satisfação com o seu trabalho? Fale-me um pouco sobre essa questão.

E.2 – Estou satisfeita com o meu trabalho.

P - Ao final de um dia de trabalho como se sente (se sentia)?

E.2 – Sinto-me bem, acho que posso dizer satisfeita.

D. A REMUNERACAO

P - Qual o valor da sua hora aula? Existe alguma diferença entre o valor de sua hora aula e a do professor efetivo? Fale-me sobre isso?

E.2 - Não existe diferença, a minha hora/aula é R\$ 17,15 (dezessete reais e quinze centavos).

P - Como se sente em relação ao seu salário e o que está dando de si?

E.2 – Se pensar bem é pouco... mas completo com outras rendas.

P - Fale-me um pouco sobre a relação entre a sua condição de vida e o seu salário.

E. 2 - É preciso completar sempre com outras formas de conseguir renda...

P - Fale-me sobre o que sente em relação a seu salário e as exigências do seu trabalho

E.2 – Ah... faço outras atividade para obter renda.

P - Você tem conhecimento dos direitos e deveres dos docentes da ETEC, no que diz respeito à carreira e remuneração?

E.2 – Tenho sim, mas agora não saberia falar sem consultar....

P - Existem diferenças (carreira e renumeração) entre o professor efetivo e o temporário? Quais são essas diferenças? Conte-me um pouco sobre o que sabe e sente (sentiu) a respeito.

E.2 – Acho que não tem diferença... e não sei bem...

D: A SAÍDA

P - Descreva o que é (ou foi) estar como professor (a) contratado na ETESP.

E.2 – Estar como professor contratado na ETESP é ter uma boa oportunidade de aprendizado e experiência para a carreira docente.

P - Você já presenciou a saída de um colega por motivo de encerramento de contrato?

Em caso afirmativo, fale-me sobre isto. E como você se sentiu diante desta situação?

E. 2 - Sim, já presenciei vários colegas passando por esta situação e dá uma sensação de perda, tristeza e melancolia, (respiração) e vem aquela sensação de que você é o próximo. Além disso, saber que estes colegas prestaram concursos para a mesma disciplina e não passaram é mais triste ainda. Em geral, a gente nem fica sabendo que aquele professor já foi embora; chega na outra semana e ele não está mais. Quem sabe não quer despedida ou nem gosta de falar de sua situação determinada. Eu me projetava nele e vinha o sentimento de exclusão por eles e por mim.

P - Você já pensou como será o momento de sua saída? Ao pensar que em breve o seu contrato deverá ser rescindido como você se sente? Pretende retornar?

E.2 – Eu pensava e sabia que seria um dos próximos, mas sempre fica aquela expectativa de que vai abrir um concurso e vou passar a indeterminado. Que muita coisa vai acontecer ainda, mas bate aquele sentimento de que todo seu esforço profissional não vai ter continuidade, e aquele sentimento que eu tinha de pertencer à escola, passa a não mais existir e o jeito é se conformar. Tudo o que você tem projetado, tudo o que você aprendeu com os seus erros e quer modificar, melhorar não vai dar continuidade.

P - Como se sentiu na rescisão de seu contrato? Seu contrato poderia ser renovado? Informaram a respeito do porquê da não renovação? Quem e de que maneira esta informação se deu?

E.2 – Triste, triste e muito triste, acho que até desesperada; eu não entendi por que a escola não me deixa continuar? Vai ficar um buraco porque não tem professor para as disciplinas e eu aqui, que já conheço o trabalho não posso ficar. Fiquei sabendo em setembro que meu contrato encerraria em dezembro de 2013, e a gente fica aqueles três meses trabalhando meio “murcha”, desmotivada e me questionava todos os dias por quê? Não sei se eu sou a única que sinto isto, mas acho que não, pois vi muito colega expressando desmotivação por este tipo de situação que parece não ter remédio e nem solução.

P - Você gostaria de acrescentar algo a esta entrevista?

E.2 – Eu acho que todas as minhas impressões eu consegui passar na entrevista e não tem nada diferente do que já falei. Porém, na minha opinião particular que não

tivesse esse tipo de contrato temporário. Não é bom nem para a escola e nem para o aluno, porque não se consegue dar continuidade na sua vida e os seus projetos são como se fossem um aborto. É... um aborto... isso mesmo.

P – Muito obrigada pela sua colaboração

E.2 – Se for para contribuir para a ciência, conte comigo sempre....

APÊNDICE VI – Entrevista com a professora Celina

UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO – UNINOVE
PROGRAMA DE MESTRADO E GESTÃO PROFISSIONAL – PROGEPE
Clívia Martins de Oliveira Cainelli - Mestranda
e-mail: cliviammcainelli@yahoo.com.br
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rosiley Teixeira

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Objetivos: entrevistar os professores contratados por tempo determinado da Escola Técnica da cidade de São Paulo (sujeitos e cenários da pesquisa de Mestrado), a fim de identificar os sentimentos que se caracterizam no início e durante as suas atividades docentes, bem como ao término dos contratos.

Participante: Celina – E.3

Idade: 53 anos Sexo: feminino Estado Civil: solteira

Cidade / bairro onde mora: Osasco / Centro – São Paulo

Formação máxima acadêmica (local/instituição): Graduação e Licenciatura Plena em Pedagogia – Faculdades Campos Salles - São Paulo (1986). Graduada em Ciências Jurídicas e Sociais – Direito – UNIFIeo – Centro Universitário (1997).

Família (número de membros / formação dos pais e ou cônjuges / renda familiar: 03 (eu, pai e mãe); mora com os pais e não tem filhos.

Tempo de atuação na docência: 32 anos

Tempo de atuação na Escola Técnica de São Paulo: 5 anos

Tipo e data do contrato - determinado: 2012 a 2013

Disciplinas ministradas: Administração Jurídica; Legislação Empresarial; Criação e Desenvolvimento de Empresa; Gestão de Pessoas; Ética e Cidadania e Fundamentos da Legislação.

Carga horária na Escola Técnica de São Paulo (período) : 15 h/aula – noite.

Caso atue em outra Instituição (nome / função / período / carga horária): SENAC – Monitor de Desenvolvimento Social – 20 h/semana – manhã e tarde.

A: QUESTÕES GERAIS – O ingresso

P - Fale-me um pouco sobre a sua formação e trajetória profissional.

E.3 – Sou graduada e licenciada em pedagogia pelas Faculdades Campos Salles desde 1986, e graduada também em Ciências Jurídicos e Sociais pelo Centro

Universitário UNIfeo desde 1997. Com formação em magistério, em 1982, atuação na rede estadual por 4 anos, no ensino fundamental 1, hummmmm.... Na Escola Técnica de São Paulo já ministrei os componentes curriculares (disciplinas) de Administração Jurídica; Legislação Empresarial; Criação e Desenvolvimento de Empresa; Gestão de Pessoas; Ética e Cidadania e Fundamentos da Legislação Trabalhista, nos cursos de Administração e Finanças.

P - Por que você optou por prestar o processo seletivo da ETESP? Conte-me a respeito.

E.3 – Porque com a pretensão de aprofundar os conhecimentos em ensino técnico, pois observei que tinha várias disciplinas (componentes) para a minha área de formação em pedagogia e em direito. Participei de três processos seletivos, na mesma época, para Ética e Cidadania Organizacional, Administração Jurídica e Direito e Legislação. Sendo aprovada nas três, fui chamada para dar aula de Ética e Cidadania.

P - Este é o primeiro processo seletivo que você participa na ETESP ou em outras Escolas Técnicas?

E.3 - Na ETESP só participei deste processo seletivo, que correspondeu a três, por serem três componentes, três disciplinas.

P – Fale-me um pouco sobre o processo seletivo (provas e conteúdos). Como você se sentiu quando foi aprovado (a)?

E.3 – A aula foi técnica, para três integrantes da bancada. Lembro que era um professor especialista, um coordenador e o diretor da ETESP. Três temas foram indicados com antecedência. Preparei a aula sobre os três temas, com objetivos e metodologias. Um tema foi sorteado e fiz a exposição em quinze minutos. Por mais que eu tenho prática de sala de aula, o momento foi de ansiedade e nervosismo. Ah, preparei três temas, para serem sorteados e apresentados para três bancas, neste processo seletivo.

P - Como foi recebido (a) na ETESP (Direção, coordenação, colegas e alunos)? Antes ou ao iniciar as suas atividades docentes na ETEC foi orientado administrativa e pedagogicamente, por quem? Fale-me um pouco sobre esta fase/

E.3 – Depois de convocada, precisei assinar o contrato, trazer a carteira profissional para registro – uuummm – toda a parte burocrática....administrativa, aí o coordenador da área (também professor) me passou os procedimentos pedagógicos: os planos de aula da disciplina, diários de classe, listas de presença e outros avisos que não me lembro bem.

P – Como é (foi) para você trabalhar como professor contratado?

E.3 – Para mim era um desafio, pois você sabe quando começa e quando termina. Não dá para pensar em projetos a longo prazo. Tudo tem que ser mais rápido, mais acelerado.

B – NA INSTITUIÇÃO

P - Você conhece (conheceu) a história, missão e valores do Centro Paula Souza, órgão ao qual a ETESP é ligada? Como docente temporário estas informações são (seriam) importantes para o seu trabalho? Fale-me um pouco a respeito.

E.3 – Eu conheço porque fui buscar informações a respeito no percurso da contratação, porque estas informações não são divulgadas pela área de comunicação da Instituição. Com certeza estas informações são relevantes para buscarmos a melhoria das aulas, visando a formação do educando para o mercado de trabalho, que é o foco da Instituição, desenvolver o CHA... Conhecimentos, habilidades e atitudes (risos).

P - Qual é a Proposta Pedagógica da ETESP? Onde e de que forma ela se apresenta aos docentes?

E.3 – Não conheci a Proposta Pedagógica da ETESP como professora determinada.

P – Quais e como são as reuniões pedagógicas em que você participa? Como é a sua participação? Você percebe alguma diferença entre a participação dos professores efetivos e dos contratados? Como se sente?

E.3 – As reuniões pedagógicas são semestrais, onde aborda as metas, dados estatísticos da instituição, projetos e outros. Não vejo diferença entre a participação dos docentes determinados e indeterminados, na verdade todos são obrigados a participar, pois a presença é computada na pontuação anual para atribuição de aula.

B – O TRABALHO

P – Fale-me um pouco sobre as suas atividades na ETESP (disciplinas que leciona, em que unidade, carga horária, turmas).

E.3 – Dar aulas, preparar e corrigir as provas, fazer a chamada e preencher os diários de classe, no final do bimestre levar as notas para a secretaria da Etec lá na avenida Tiradentes.

P – Com a carga horária, turmas e horários é (foi) possível se relacionar com alunos e colegas? Fale-me um pouco sobre isso.

E.3 – Não temos o tempo disponível para atender todas as necessidades pedagógicas e interpessoais durante a jornada de trabalho na escola com a carga horária, pois se desviarmos o foco do conteúdo fica atrasado e não conseguimos cumprir o Plano de Trabalho Docente.

P – Durante seu trabalho na ETEP quais dificuldades, limitações ou pressões você encontra ou encontrou? Como você se sente profissionalmente?

E.3 – Dificuldades de compartilhar conteúdos com outros docentes, pois o plano de curso é interdisciplinar, mas não acontece na realidade. Com relação à gestão pedagógica, por estar na unidade da sede, não temos o acompanhamento do coordenador pedagógico, fazendo você mesmo essa função maçante para todos, pois você precisa de outras pessoas participando do processo de formação do aluno. Sinto limitação nos projetos pedagógicos e sinto que eu poderia agregar muito mais, meus conhecimentos e práticas na unidade, porém acaba sempre limitado ao PDT.

P – Como se sente (se sentiu) como professor(a) contratado(a) em relação ao trabalho realizado por você na unidade escolar?

E.3 – Sinto-me em condições razoáveis, falta alguns recursos didáticos e pedagógicos e o espaço físico é também razoável, e esta situação acontece por estarmos em uma extensão, fora da sede em espaço de terceiros.

P – Existe alguma diferença no trabalho realizado pelos professores contratados e o trabalho realizado pelos professores efetivos?

E.3 – Não existe, os mesmos tem que cumprir a jornada e o Plano de Trabalho Docente.

P – Quais são (eram) as exigências do seu trabalho? Como se sente (sentia) em relação a elas?

E.3 – Planejamento com antecedência das aulas, utilização de pesquisas em biblioteca, orientar e facilitar o entendimento do educando quanto ao conteúdo abordado, seguir o Plano de Trabalho Docente, porém não é engessado. Elaborar e corrigir avaliações, trabalhos e fechamento das menções final. Aqui na Etec não é nota é menção e fica assim: A = ótimo; B = bom; C = regular e D = Insatisfatório. Com D o aluno reprova.

P – Qual o grau de satisfação com o seu trabalho? Fale-me um pouco sobre essa questão.

E.3 – Hummmmm cansada, desmotivada! Porém, muitas vezes realizada com os objetivos e metas alcançados.

D. A REMUNERAÇÃO

P – Qual o valor da sua hora aula? Existe alguma diferença entre o valor de sua hora aula e a do professor efetivo? Fale-me sobre isso?

E.3 – Vixi... sim existe mas precisa consultar o Regimento Interno e a proposta de Plano de Carreira que não tenho agora.

P – Como se sente em relação ao seu salário, e o que está dando de si?

E.3 – Desmotivada. O professor independente de que grau de ensino estiver, deveria ser a melhor profissão remunerada, pelo tempo que se dedica, pelo desgaste físico e emocional

P – Fale-me um pouco sobre a relação entre a sua condição de vida e o seu salário.

E.3 – Vixi.... preciso complementar com outro emprego, pois só o de professora da Etec não dá para ter uma boa condição de vida para mim e para ajudar aos meus pais.

P – Fale-me sobre o que sente em relação a seu salário e as exigências do seu trabalho.

E.3 – Desmotivada, pois como já disse e volto a dizer, o professor deveria ser melhor remunerado, pelo tempo que se dedica e pelo desgaste físico e emocional, hummmmm...

P – Você tem conhecimento dos direitos e deveres dos docentes da ETESP, no que diz respeito à carreira e remuneração?

E.3 – Sim, eu tenho conhecimento hoje porque já estou com quase três anos de professora efetiva e já tive tempo suficiente para ler e conhecer o Regimento Interno, mas quando era professora determinada não conhecia não. Não me lembro de terem me passado.

P – Existem diferenças (carreira e remuneração) entre o professor efetivo e o temporário? Quais são essas diferenças? Conte-me um pouco sobre o que sabe e sente (sentiu) a respeito.

E.3 – Não, no início do contrato. Caso o determinando passe para indeterminado por um concurso público, como foi o meu caso, o mesmo poderá após o tempo previsto de carreira fazer jus à progressão. Por isto hoje eu sou categoria 1 A e a minha remuneração por hora aula é de, hummm... preciso consultar a cartilha do Sindicato porque nem sei ao certo. É, é, é de R\$ 17,15.

D: A SAÍDA

P – Descreva o que é (ou foi) estar como professor(a) contratado(a) na ETESP.

E.3 – No meu caso, eu pude aproveitar o meu tempo como professor determinado e aprofundar meus conhecimentos na docência para o ensino médio profissionalizante e fiz várias capacitações no Centro Paula Souza, inclusive tive a oportunidade de fazer a licenciatura (esquema 1) pela instituição, a qual abriu novas oportunidades em outros locais, fora da Etec.

P – Você já presenciou a saída de um colega por motivo de encerramento de contrato? Em caso afirmativo, fale-me sobre isto. E como você se sentiu diante desta situação?

E.3 – Sim já presenciei vários colegas tendo que sair depois do vencimento do contrato e é lamentável, triste e não dá para entender, pois mesmo sendo um professor determinado o comprometimento, a dedicação e a afinidade com a função eram excelentes. A escola perde muito com isto e desmotiva bastante.

P – Você já pensou como será o momento de sua saída? Ao pensar que em breve o seu contrato deverá ser rescindido como você se sente? Pretende retornar?

E.3 – Pensei e fiquei bem triste, mas como queria continuar na Etec, fui atrás dos concursos abertos na minha área e consegui. Tanto que estou aqui hoje aqui na Etec Costa Manso, novamente triste porque não vai ter mais a escola aqui. As turmas que ainda têm vão concluir no semestre que vem e precisamos ver outra escola.

P – Como se sentiu na rescisão de seu contrato? Seu contrato poderia ser renovado? Informaram a respeito do porquê da não renovação? Quem e de que maneira esta informação se deu?

E.3 – Quando do encerramento do meu contrato na instituição, em agosto e 2012, fiquei apreensiva, pois mesmo já tendo sido aprovada no concurso para indeterminado, já havia outro candidato com a licenciatura (esquema 1), e no Centro Paula Souza vale 15 pontos a mais na pontuação final do concurso e eu só terminaria a licenciatura no final de 2012, precisei ficar um semestre aguardando a vaga.

P – Você gostaria de acrescentar algo a esta entrevista?

E.3 – Como eu já falei ... é... é... triste e a Escola perde muito com o professor determinado, pois é uma descontinuidade

